

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**“Para o Povo Ver”:
A Materialidade dos Engenhos Banguês do Norte de
Alagoas, no século XIX.**

RUTE FERREIRA BARBOSA

**RECIFE/PE
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**“Para o Povo Ver”:
A Materialidade dos Engenhos Banguês do Norte de
Alagoas, no século XIX.**

RUTE FERREIRA BARBOSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Arqueologia.

Orientador: Dr. Scott Joseph Allen PhD

**RECIFE/PE
2012**

Catálogo na fonte
Bibliotecário, Tony Bernardino de Macedo, CRB4-1567

B238p Barbosa, Rute Ferreira

“Para o Povo Ver”: A materialidade dos Engenhos Banguês do Norte de Alagoas, no século XIX / Rute Ferreira Barbosa. – Recife: O autor, 2012.

190 f: Il., 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Scott Joseph Allen

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 2012.

Inclui bibliografia.

1. Arqueologia histórica. 2. Alagoas. 3. Engenhos. . 4. Louças. 5. Ideologia I. Allen, Scott Joseph. (Orientador). II. Título.

930.1 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2012-147)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA RUTE FERREIRA BARBOSA

Às 14 horas do dia 28 (vinte e oito) de maio de 2012 (dois mil e doze), no Curso de Mestrado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Rute Ferreira Barbosa** intitulada *“Para o Povo Ver:” a materialidade dos Engenhos Banguês do Norte de Alagoas no século XIX*, sob a orientação do **Prof. Dr. Scott Joseph Allen**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito **“Aprovada”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: **Daniela Cisneiros Silva Mützemberg, Ricardo Pinto de Medeiros e Luís Cláudio Pereira Symanski**. Assinam também a presente ata, o Coordenador, Prof. Ricardo Pinto de Medeiros e a secretária Luciane Costa Borba para os devidos efeitos legais.

Recife, 28 de maio de 2012

Profa. Dra. Daniela Cisneiros Silva Mützemberg

Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros

Prof. Dr. Luís Cláudio Pereira Symanski

Luciane Costa Borba

À Sebastiana da Silva (Babá), que mesmo sem saber ler me contava as histórias mais fascinantes. Uma das pessoas mais lindas e simples que eu tive o prazer de conhecer na minha infância. Babá, aquela sua cristaleira velhinha, com louças coloridas e cheia de histórias, foram responsáveis por isso.

À Rosália Oliveira (vovó) que me levava quando criança pra visitar os engenhos em Porto Calvo.

[...] A história das atitudes relativamente ao objecto e à mercadoria na nossa sociedade é aqui capital: postula que uma história do consumo é uma maneira de conciliar sujeito e objecto, interioridade e exterioridade. O principal argumento da história da civilização material é a relação dos homens com as coisas e com os objectos. (ROCHE, 1998:12)

AGRADECIMENTOS

Mais um ciclo está se encerrando e eu não poderia deixar de agradecer as várias pessoas que contribuíram para essa conquista. Para além de um título, esses dois anos foram de muitas experiências compartilhadas que seguramente me fizeram ser uma pessoa melhor.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Scott Joseph Allen, que tem me acompanhado desde a graduação e foi fundamental para que hoje eu tivesse concluindo esse trabalho. Professor, não tenho palavras pra agradecer as muitas horas ao longo desses anos de ensinamentos, conversas e conselhos, que certamente irão me acompanhar por toda vida profissional. Obrigada demais!

Gostaria de agradecer também a todos os professores e colaboradores que compõe o PPARQ, em especial aos professores Ricardo Pinto, Daniela Cisneiros, que contribuíram, além das disciplinas, para o enriquecimento deste trabalho. Aos professores Viviane Castro, Claudia de Oliveira e Henry Lavalle, gostaria de agradecer pelas disciplinas e por sempre se mostrarem solícitos em esclarecer minhas dúvidas. Muito obrigado.

Também não poderia deixar de agradecer aos professores do curso de história da Universidade Federal de Alagoas, que foram muito importantes para minha formação. Aos Professores Antonio Filipe, José Ferreira e Clara Suassuna, gostaria de agradecer o incentivo todas as vezes que eu retorno a UFAL.

A todos que compõe o Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueologia (NEPA), em especial ao João, que sempre disposto a ajudar no que fosse preciso. À geração NEPA de 2006, Sarah, Filipe e Catarina, o tempo ao de vocês é uma eterna alegria.

Aos colegas da turma de mestrado pela harmonia e amizade: Cecília, Emília, Genival, Petrius, Rômulo e, em especial, a Danúbia, por nosso convívio diário, conversas, angustia partilhadas e companheirismo de sempre.

À Suzane, pela amizade, carinho, e compreensão durante todos esses anos.

Ao Flávio, pela ajuda de sempre, amizade e confiança.

À Pâmara, pelas leituras compartilhadas, noites mal dormidas, paciência e amizade.

À Daniela Ferreira, pelos mapas, pela amizade, paciência e pelos conselhos depois das 00:00h. Não tenho palavras!

As amigas Aliane Oliveira e Ledja Leite, por me acolherem no coração.

Aos amigos da UFAL: Dani, Vanessa, Lanuza, Arthur, Filipe, Mari e Eudson, que são uma eterna alegria na minha vida.

Aos meus amigos espalhados mundo afora: Júlia Schorr, Ana Lascura, Francisco Claudino, Vinicius Ramalho, Salah Chalal, Nadim Bioud, Bruno Barreto, Chico Coutinho, Abel Transivânia Arias.

Aos amigos da pós-graduação e graduação em arqueologia da UFPE: Nilo Nobre, obrigada por tudo; Gregoire Van Havre, não tenho como agradecer por todos os jantes, almoços e amizade; Rose Alencar por sempre nos trazer tantas risadas; Hebert e Allyson pelas conversas; Jouldes, Andréia e Ilana pela simpatia.

Agradeço a minha família, mãe, pai, Kel e Léia pelo apoio incondicional e por perdoar sempre minha ausência.

Ao Vitor, pelo carinho, paciência, compreensão e companheirismo.

A todos, muito obrigada.

RESUMO

Durante o século XIX, a crise no sistema dos engenhos banguês colocou em cheque o prestígio político e econômico dos proprietários do açúcar no norte de Alagoas. Na tentativa de melhorar esta situação, os proprietários destes empreendimentos agrícolas criaram diversas estratégias para não perder o tão almejado *status* de senhor de engenho. Estas estratégias são perceptíveis através da cultura material, que durante o período oitocentista atuou como demarcador de posições sociais em decorrência dos novos padrões de comportamento voltados a um modo de vida mais civilizado, cosmopolita e burguês. Neste contexto, as louças assumiram um papel importante, agindo como poderosos instrumentos de ação social, comunicando simbolicamente identidades, hierarquia e poder. Este estudo busca compreender os significados atribuídos as louças pelos produtores de açúcar no norte de Alagoas. Para isso, foram analisados fragmentos de louças oriundas de cinco engenhos e um entreposto comercial, sendo três desses engenhos banguês e dois movidos a vapor.

Palavras-chave: louças, engenhos, arqueologia histórica, Alagoas, ideologia.

ABSTRACT

During the 19th century a crisis in the sugar economy, felt particularly by the mills run by animal or water power, put in check plantation owners' economic and political prestige in the north of Alagoas State. In an attempt to ameliorate this situation, the owners created diverse strategies to secure their coveted role as plantation masters and all this signified within society at that time. Their strategies are discernible in the material culture, which, during this 19th century functioned as markers of social position in the face of new behavior patterns geared to a more civilized, cosmopolitan and bourgeois life. In this context, refined earthenwares assumed an important role, serving as powerful instruments for social action, symbolically communicating social identity, hierarchy and power. The present study seeks to understand the meaning attributed to refined earthenwares by owners and their families in northern Alagoas State. To this end, five sugar plantations and a commercial port provided the ceramic assemblage analyzed in order to detect consumption patterns in the archaeological record of these sites. Of the sugar mills compared, two were steam powered and three were run by either water or animal traction.

KEY WORDS: refined earthenwares, Alagoas State, historical archaeology, ideology, sugar plantations

ÍNDICE DE FIGURAS

Capítulo 2

Figura 1 – Área de estudo.....	49
Figura 2 – Roda de Engenho Movida a Água.	52
Figura 3 – Máquina à Vapor.....	53

Capítulo 3

Figura 1 - Vista panorâmica do sítio e abaixo o detalhe da estratigrafia apresentando uma concentração de material arqueológico.	78
Figura 2 - Mapa de delimitação do Sítio Patacho.....	78
Figura 3 – Casa dos moradores do engenho Capiana.	81
Figura 4 – Casa-grande do engenho Cova da Onça	82
Figura 5 - Engenho Escurial.....	83
Figura 6 - Engenho Estaleiro.....	84
Figura 7 - Máquina a vapor do engenho Estaleiro	85
Figura. 8 - Engenho São Gonçalo.	85
Figura 9 - Locais prospectados no Projeto Rota	87
Figura 10 - Sítios arqueológicos estudados na dissertação.....	88
Figura 11 - Louça com o esmalte pearlware.....	92

Capítulo 4

Figura 1 - Estrutura do engenho e casa-grande.....	111
Figura 2 - Capela do Engenho	112
Figura 3 - Rio Maucaitá.....	113
Figura 4 – Engenho São Gonçalo e acima o detalhe do forno	115
Figura 5 - Piso.....	117
Figura 6 - Estrutura.....	117
Figura 7 – Estrutura do Antigo Anexo da Casa Grande.	122
Figura 8 - Interior da casa-grande, sala de estar	124
Figura 9 – Casa Grande Engenho São Gonçalo.....	124
Figura 11 - Louça pintada a mão livre.....	128
Figura 10 - Fragmento de louça, em destaque para o esmalte pearlware.	128
Figura 12 - Louça pintada a mão livre.....	129
Figura 13 - Louça pintada a mão livre.....	129
Figura 14 -Louça pintada a mão com o auxílio do carimbo.....	130
Figura 15 - Louça pintada a mão com o auxílio do carimbo.....	131
Figura 16 - Carimbada	131
Figura 17 - Louça decorada na técnica banhada.....	132
Figura 18 - Louça decorada na técnica banhada.....	133
Figura 19 - Louça decorada na técnica banhada.....	134
Figura 20 - Louça decorada na técnica banhada.....	134
Figura 21 - Pintada a mão em superfície não modificada	136

Figura 22 - Pintada a mão em superfície não modificada.....	136
Figura 23 - Pintada a mão com motivo florais.....	137
Figura 24 - Louça pintada a mão com o auxílio do carimbo.....	137
Figura 25 - Decorada na técnica transfer-print.....	140
Figura 26 - Decorada na técnica transfer-print.....	140
Figura 27 - Decorada na técnica transfer-print.....	142
Figura 28 - Decorada na técnica transfer-print.....	142
Figura 29 - Decorada na técnica transfer-print.....	143
Figura 30 - Decorada na técnica transfer-print.....	144
Figura 31 - Decorada na técnica transfer-print.....	144
Figura 32 - Decorada na técnica transfer-print.....	144
Figura 33 - Decorada na técnica transfer-print.....	145
Figura 34 - Decorada na técnica transfer-print.....	146
Figura 35 - Decorada na técnica transfer-print.....	146
Figura 36 - Decorada na técnica transfer-print.....	147
Figura 37 - Decorada na técnica transfer-print.....	148
Figura 38 - Decorada na técnica transfer-print.....	149
Figura 39 - Figura A	150
Figura 40 - Figura B	150
Figura 41 - Figura C.....	150
Figura 42 - Decorada na técnica transfer-print.....	150
Figura 43 - Decorada na técnica transfer-print.....	150
Figura 44 - Louça branca	151
Figura 45 - Pintada a mão e inciso	153
Figura 46 - Figura- Decalcomania e inciso com borda moldada	155
Figura 47- Decalcomania e inciso com borda moldada	155
Figura 48 - Decoração em relevo.....	155
Figura 49 - Decoração em relevo com borda modificada.....	156
Figura 50 - Figura A	158
Figura 51 - Figura B	158
Figura 52 - Figura C.....	158
Figura 53- Figura D	158
Figura 54 - Figura A	158
Figura 55 - Figura A	159
Figura 56 - Figura B	159

ÍNDICE DE TABELAS

Capítulo 2

Tabela 1 - Exportação anual cubana e brasileira de açúcar 1885-1899	53
Tabela 2- Fortuna do Senho de Engenho.....	62

Capítulo 3

Tabela 1 - Motivos característicos dos desenhos centrais.....	95
Tabela 2 - Motivos impressos nas bordas	95
Tabela 3 - Cores	96
Tabela 4 - Azul borrão, associado à técnica transfer printing.....	96

Capítulo 4

Tabela1- Prospecção de sub-superfície – Engenho São Gonçalo	109
Tabela 2 - Frequência da técnica decorativa	160
Tabela 3 – Aviação das louças sem decoração. Informações extraídas do inventário de um comerciante de louças de Porto Alegre	165
Tabela 4 - Valor aproximado das louças nos engenhos pernambucanos no século XIX. ...	167
Tabela 5- Frequência das Formas	169

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Capítulo 2

Gráfico 1 - Café e Açúcar na Pauta das Exportações Brasileiras.....	55
Gráfico 2 - Diminuição na produção de açúcar dos engenhos bangüês.....	58
Gráfico 3 - Tipos de Engenhos em Alagoas em 1875	59

Capítulo 3

Gráfico 1 - Material Cerâmico - Sítio Patacho	75
Gráfico 2 - Louças de Patacho (Decoração)	98
Gráfico 3 - Frequência da técnica decorativa no engenhos	100

Capítulo 4

Gráfico 1 - Tipo de esmalte.....	126
Gráfico 2 - Frequencia da técnica decorativa.....	160
Gráfico 3 - Frequência dos motivos decorativos	164
Gráfico 4 - Frequência das peças - azul borrão	164
Gráfico 5 - Frequência de formas - louça sem decoração.....	166
Gráfico 6 - Frequência de Formas - Motivos Florais	167
Gráfico 7 - Frequência das Formas	169

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. NARRANDO NOVAS HISTÓRIAS: A INTERPRETAÇÃO NA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA...	22
1.1. O Desenvolvimento da Arqueologia Histórica.....	23
1.1.2. <i>Como abordar a cultura material de Sítios Históricos?</i>	33
1.1.3. <i>Artefatos e Contextos Históricos no Brasil</i>	36
1.2. Cultura material e Ideologia nas Arqueologias do capitalismo	39
1.3 As louças contam história materiais.....	43
2. CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DOS ENGENHOS BANGUÊS NO SÉCULO XIX NO NORTE DE ALAGOAS	48
2.1. Status social, decadência e aquisição de materiais nos engenhos banguês.	50
2.2. Opulência no Brasil no século XIX: um olhar sob as louças	63
3. ARQUEOLOGIA E O COMERCIO DE LOUÇAS NO NORTE DE ALAGOAS	72
3.1. Pesquisas arqueológicas na região de estudo.....	73
3.1.1. <i>O Sítio Patacho</i>	73
3.1.2. <i>O Projeto Rota</i>	79
3.1.3 - <i>Engenho Escurial</i>	82
3.1.4. <i>Engenho Estaleiro</i>	83
3.1.5. <i>Engenho São Gonçalo</i>	85
3.2. Metodologia aplicada aos estudos das louças.....	89
3.3. Análise preliminar.....	97
4. O ENGENHO SÃO GONÇALO	108
4.1. Contexto Histórico e Arqueológico	110
4.2. AS LOUÇAS DE SÃO GONÇALO	125
4.2.1. Louças com superfície não modificada	127
4.2.3. <i>Superfície Modificada</i>	152
4.2.4. <i>Marcas de fabricantes</i>	155
4.2.5. <i>Considerações sobre a técnica decorativa, motivo e formas.</i>	160
5. DISCUSSÃO: AS SALAS DE JANTAR COMO PALCO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	182

INTRODUÇÃO

As pesquisas arqueológicas em Alagoas são recentes, apenas nas últimas décadas os trabalhos começaram a ser desenvolvidos de forma sistemática. Em relação à Arqueologia Histórica, o cenário se caracteriza por estudos de curta duração, geralmente voltados a estudos preventivos. Algumas pesquisas realizadas nas cidades de Penedo, Porto de Pedras e Porto Calvo, apresentaram um rico acervo arqueológico que ressaltaram o potencial do campo da Arqueologia Histórica em Alagoas (ALLEN et al, 2007a; 2007b; 2008). Por toda extensão do estado é conhecida uma grande quantidade de sítios arqueológicos históricos que vão da zona da mata até o sertão. Destes, poucos foram estudados.

O potencial apresentado pela Arqueologia Histórica no estado pode gerar grandes contribuições à historiografia alagoana que se apresenta, por diversas vezes, generalizante e com grandes lacunas. Parte delas, em detrimento da documentação escrita que é parca, e parte, pelo caráter positivista que permeou a história local por vários anos. Neste aspecto, a Arqueologia Histórica tem muito a oferecer, pois através da cultura material, é possível se conhecer um passado mais plural em fontes e abordagens. Além disso, o simultâneo acesso dos arqueólogos históricos a diversas fontes – documentos escritos, cultura material e oralidade – dão subsídios sobre as condições do passado e permite o estudo de processos comportamentais envolvidos na ação humana.

De acordo com Lima (1993:230) um dos aspectos mais notáveis para se trabalhar na arqueologia histórica é a capacidade de dispor de dados contextuais, os quais permitem ao pesquisador trabalhar simultaneamente com o registro documental, o registro arqueológico e o registro oral. Segundo a pesquisadora, a comparação entre aquilo que foi escrito e aquilo que realmente foi feito faz brotar uma informação preciosa, extraída do confronto entre as duas fontes. Neste ponto, a arqueologia histórica demonstra seu grande potencial, permitindo que o pesquisador vá além, atingindo os domínios cognitivos, dentre outras questões do comportamento cultural. Este confronto pode levar a uma nova via de análise e interpretação, pois possibilita a discussão de problemas que não seriam passíveis

de evidênciação, caso o dado arqueológico fosse trabalhado apenas com o propósito de fornecer informações complementares a uma pesquisa histórica.

Seguindo as tendências da arqueologia em geral, nos últimos 20 anos surgiram na arqueologia histórica uma diversidade de perspectivas pautadas em orientações críticas e simbólicas, que exploram várias temáticas ligadas ao comportamento de consumo, relações de poder e ideologias, entre outras. De acordo com Symanski (2009:08) o que essas abordagens possuem em comum é a preocupação em entender os contextos locais considerando as forças mais amplas que moldaram o mundo moderno. Essas abordagens podem ser rotuladas de Arqueologias do Capitalismo.

No Brasil, pesquisadores influenciados por essas abordagens passaram a dar atenção a diversas áreas, considerando o grande potencial oferecido por estas para interpretações. Estas pesquisas se distinguiram pelas novas abordagens e problemáticas que atribuíram aos sítios, onde objetivavam não só descrição do material arqueológico, mas também a compreensão das relações sociais, econômicas e culturais que permearam esses contextos (TOCCHETTO, 2010; SOUZA, 1995; SYMANSKI, 2009; FUNARI 1995; 1999; ALLEN, 1998; 2000; 2006).

A pesquisa em questão tem como interesse de estudo a região do Vale do Rio Manguaba, situado no norte do estado de Alagoas, apontada desde o século XVI pelos colonizadores como um local propício ao cultivo da cana de açúcar. Assim, Porto Calvo se apresenta como uma das mais antigas Vilas do estado, um dos primeiros espaços habitados pelos portugueses no Brasil. Foi uma região com um papel importante em diversos acontecimentos econômicos e militares, como as disputas entre portugueses e holandeses pelo seu fértil território. Com a chegada de Cristóvão Lins¹ na região foram implantados os primeiros engenhos banguês² que fomentaram economia durante séculos.

¹Cristóvão Lins foi um dos primeiros colonizadores da região norte do estado de Alagoas e o primeiro a fundar engenhos de cana de açúcar, recebeu o título de alcaide-mor de Porto Calvo no ano de 1600.

² Banguês foram os primeiros tipos de engenhos implantados no Brasil, eram movidos por força hidráulica ou pela força de animais, conforme apresenta Diegues Júnior (2006:41-42).

Decorrente de tais fatos e das ocupações históricas que permearam a região, Porto Calvo abriga hoje um grande patrimônio histórico e arqueológico. No biênio 2007/2008, foi realizada a primeira etapa do projeto “Rota da Escravidão/Rota da Liberdade: A Arqueologia Histórica da Diáspora Africana em Alagoas”, pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico (NEPA), da Universidade Federal de Alagoas, sob a coordenação do arqueólogo Scott Joseph Allen. Esse projeto teve como objetivo mapear os locais ocupados por populações africanas e afro-brasileiras no estado de Alagoas, visando identificar e estudar, através de evidências arqueológicas esses sítios, e com base na Arqueologia Histórica, interpretar o cotidiano do escravo na sociedade colonial.

Em consequência do referido projeto, foram catalogados 12 sítios históricos e mais de 13 áreas de potencial interesse arqueológico. Através da prospecção visual e da prospecção de subsuperfície, foi recolhida uma grande quantidade de artefatos que proporcionaram um rico acervo material. Foram coletados fragmentos de faiança, louça, grés, cerâmica simples e vitrificada, porcelana, entre outros artefatos diagnósticos de sítios históricos no nordeste do Brasil.

Com base nos resultados parciais do referido projeto, pôde-se perceber uma grande quantidade na amostra de louças, em suas maiorias inglesas, fabricadas no século XIX e inseridas no cotidiano desses engenhos.

Nesse período, o Brasil passou por acentuadas mudanças nos padrões de comportamento social, mais especificamente no âmbito doméstico, quando diversos costumes começam a ser incorporados dentro das famílias brasileiras, principalmente nas que dispunham de um maior poder aquisitivo. Percebe-se uma tentativa por parte destas em emular as elites europeias consumindo os produtos industrializados, produzidos em larga escala pela revolução industrial que acontecia na Europa e buscava mercados consumidores para seus produtos.

Symanski (2002:83) assegura que um conjunto de elementos atuou para a conformação dessa nova cultura de consumo no Brasil; “o contato mais intenso com a Europa em função de fatores com a chegada da família real e sua comitiva, a abertura dos portos e o aumento no intercâmbio entre brasileiros e europeus levou as elites brasileiras a adotar modelos e padrões de comportamento das elites

européias, numa busca pela distinção e pela identificação com um modo de vida mais civilizado, cosmopolita, burguês”.

Advindos desses fatores, no ambiente doméstico tais mudanças vão ocorrer, principalmente, segundo Reis Filho (1995), na sala de jantar, que até o começo do século XIX era a tradicional varanda colonial, “um local alpendrado nos fundos da casa, espaço íntimo e multifuncional, no qual a família fazia suas refeições” (REIS FILHO, 1995). E que no início do século teve esse aspecto transformado segundo Lima (1996), passando a ser um ambiente de sociabilidade, onde os itens dispostos nesses momentos obedeciam toda uma regra de etiqueta, atuante na sociedade oitocentista.

Alagoas acolheu os produtos industrializados tanto que no século XIX grande parte da econômica regional era fruto do comércio inglês (PÔRTO et al, 1985). A região norte do estado tinha seu próprio entreposto para chegada desses produtos. Pesquisas arqueológicas realizadas nas imediações deste local, denominado de Patacho, apresentaram uma amostra significativa de diversos materiais, sobretudo, de louças inglesas (ALLEN et al, 2007).

Contudo, na primeira metade do século XIX, os engenhos banguês no estado de Alagoas começaram a sofrer os impactos provocados pela modernização. Neste século, chegaram à região as primeiras máquinas a vapor que possibilitavam uma moagem mais rápida e barata da cana-de-açúcar. Perante esta conjuntura os velhos banguês passam a enfrentar um progressivo declínio econômico, uma vez que com a modernização das técnicas de produção estes se tornaram obsoletos, tendo dificuldades em competir com o modo de produção dos engenhos mecanizados.

Essas circunstâncias puseram em cheque o prestígio político de muitos senhores da aristocracia açucareira portocalvense, que para não perder o poder, criaram diversas estratégias que promoveram a manutenção do seu *status* social. Considerando que a cultura material é utilizada por indivíduos cujas escolhas são contextualizadas através de momentos socialmente, economicamente e ideologicamente determinados, esta pesquisa se propõe a estudar **“de que modo as louças foram incorporadas no cotidiano da aristocracia açucareira do norte de Alagoas no século XIX.”**

Hollanda (2007a) assevera que os senhores dos engenhos no século XIX expunham ao público suas grandes casas, ornamentadas de utensílios domésticos, decorados para servir grandes banquetes a convidados, com salas aconchegantes. Outros autores também descrevem a respeito de grandes festas que eram concedidas por senhores para alta sociedade durante século XIX, com o intuito de exhibir seus bens matérias que eram trazidos da Europa (SANTANA, 1970; CARVALHO, 1988). Deste modo, **a hipótese trabalhada considera que os Senhores dos engenhos banguês do norte de Alagoas adquiriram louças na tentativa de manter o verniz de estabilidade em face do declínio na economia açucareira durante o século XIX.**

Escavações conduzidas em sítios históricos do século XIX têm apresentado nos fragmentos de louças um dos principais vestígios recuperados. Na sua quase totalidade, esses cacos correspondem a peças diversas de serviços de chá, café, jantar e almoço como: pratos, xícaras, pires, malgas, canecas, tigelas, terrinas, travessas, bules, açucareiros, e assim por diante, em uma ampla variedade de padrões decorativos. De acordo com Lima (1995:129) esta “frequência impressionante de centenas de fragmentos requer uma reflexão sobre os possíveis significados desses artefatos para a sociedade que os incorporou com tanta intensidade a sua vida cotidiana”.

O quadro teórico utilizado nesta pesquisa trabalha com uma das abordagens mais difundida dentro da Arqueologia do Capitalismo voltada para compreender os modos complexos pelos quais as **Ideologias** e o **Poder** atuaram numa determinada sociedade. Estas pesquisas procuram interpretar os valores simbólicos atribuídos a determinados artefatos e como agem as ideologias através destes, suas estratégias e como estas se naturalizam (LITTLE 1994:11).

O conceito de ideologia derivado da ótica marxista tem feito grandes contribuições em estudos na Arqueologia Histórica. Por exemplo, Leone (1984) em pesquisas na cidade de Annapolis interpretou como a cultura material atuou para naturalizar uma ideologia oriunda das classes dominantes. Suas pesquisas estiveram pautadas no conceito de Ideologia proposto por Althusser (1971), que considera que as ideologias das classes dominantes são impostas aos grupos

subordinados, através de representações ideologicamente formadas, que servem para naturalizar e assim, mascarar, a arbitrariedade da ordem social.

De acordo com Yentsch (1991:192) a cultura material deve ser compreendida como metáfora, através das quais as pessoas *falam* sobre relações sociais, cabe ao arqueólogo compreender o que está por detrás de tal *linguagem*. Ao selecionarem e se apropriarem desses textos os indivíduos os decodificam, ao mesmo tempo em que ajudam a produzi-los no ato de sua apropriação. Assim, esses objetos não apenas refletem aspectos da cultura, “mas são ativamente manipulados no sentido da sua construção, muitas vezes condicionando e controlando a ação social” (LIMA, 1995).

Baseado nestes pressupostos, o estudo em questão considerou o universo de louças oriundas dos engenhos; Estaleiro, Escurial, Cova da Onça e Capiana, provenientes do projeto Rota, que já fora citado acima. Também foram trabalhados os dados da pesquisa feita no Porto de Patato, considerando a importância deste para o abastecimento da região. Como estudo de caso a pesquisa se debruçou sobre a amostra de louças proveniente do Engenho São Gonçalo, que apresentou um maior número de artefatos.

Sobre os Capítulos

O primeiro capítulo discorre acerca do desenvolvimento da arqueologia histórica, seus métodos e suas abordagens. No primeiro momento foi discutido de que modo se deu este desenvolvimento na América do Norte, as primeiras pesquisas e as críticas que foram feitas à disciplina. Posteriormente, a discussão se centra em como os artefatos estão sendo abordados nos contextos históricos e quais as principais correntes teóricas que norteiam tais problemáticas. Também, de forma sucinta, é apresentado como se deu o desenvolvimento da disciplina no Brasil e como essas novas abordagens relacionadas à cultura material foram assimiladas nos contextos nacionais. Por último, as questões relacionadas à arqueologia do capitalismo são trabalhadas, dando ênfase ao conceito de ideologia que está sendo empregado neste trabalho, bem como as pesquisas arqueológicas que tem trabalhado as louças.

O segundo capítulo trabalha as questões mais pontuais sobre a história da região de estudo, abordando como se deu a implantação dos engenhos e das famílias patriarcais. O período de decadência dos engenhos banguês é apresentado através das pesquisas históricas realizadas tanto em Alagoas como em Pernambuco, por historiadores especialistas na área. Neste capítulo também é trabalhado como as louças, associadas aos demais itens industrializados, adquiriram importância na sociedade oitocentista e na região de estudo.

Compreendendo o contexto no qual as louças estiveram envolvidas durante o século XIX no norte de Alagoas, o terceiro capítulo discorre sobre as pesquisas arqueológicas realizadas na região e sobre as louças recuperadas nestes sítios históricos. Com o objetivo de realizar uma análise preliminar das louças oriundas dos engenhos e do entreposto comercial de Patacho é apresentada a metodologia adotada para estudo das louças. Posteriormente, é realizada uma análise com o objetivo de entender como as louças estão distribuídas nos engenhos da região, bem como em Patacho.

O engenho São Gonçalo foi o que apresentou uma maior quantidade nos fragmentos de louças, sendo desse modo escolhido como estudo de caso desta dissertação. O quarto capítulo se centra tanto nas informações históricas referentes a este engenho, como na análise mais aprofundada das louças, considerando vários atributos, tais como: técnica decorativa, motivo, morfologia, entre outros. O objetivo do capítulo é interpretar de que modo as referidas peças foram utilizadas no contexto deste engenho e como estas atuaram para imposição de limites sociais.

O quinto capítulo procura realizar uma discussão sobre a sala de jantar, visto que essa assumiu um papel fundamental durante o período oitocentista. A partir dos resultados arqueológicos associados aos dados contextuais, tentou-se corroborar com a afirmação de que este espaço foi também destinado a representações sociais por parte de determinadas famílias que desejavam reafirmar seu *status* social. O conceito de ideologia proposto por Leone (1988) também é discutido, assim como os conceitos de representação de Lima (1995). Neste momento é feita uma associação dos conceitos com o contexto trabalhado.

1. NARRANDO NOVAS HISTÓRIAS: A INTERPRETAÇÃO NA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

Há algumas décadas atrás a historiografia, a arqueologia e as ciências humanas se preocupavam de um modo geral em narrar apenas os grandes fatos políticos baseados em fontes documentais escritas. Este fazer da história, denominado atualmente de positivista, deixou de lado aspectos da vida cotidiana de sujeitos que não faziam parte de uma parcela da sociedade que detinha o poder da escrita. Em meados de 1960, influenciados por novas abordagens teóricas, as ciências humanas passam a observar aspectos antes não estudados e novos objetos de estudos passam a ser considerados.

Assim, apesar da prática de escavações em sítios históricos ter começado nos Estados Unidos em meados do século XIX, só na década de 60 do século XX, em decorrência das influências difundidas por intermédio destas novas abordagens, muitos arqueólogos começam a perceber a necessidade de compreender o cotidiano das comunidades e de pessoas que foram, de certo modo, excluídas da história oficial. Estes pesquisadores também perceberam que os subsídios fornecidos pela cultura material poderiam fornecer releituras para fatos apregoados pela história tradicional (DEAGAN, 1996; LITTLE, 1996).

Neste período arqueólogos voltados para estudar sítios históricos passaram a discutir acerca das possibilidades de interpretação através da cultura material, que por sua vez, estava subsidiada pela grande quantidade de dados contextuais presentes nestes sítios. Este aspecto tornou possível aos pesquisadores realizar reflexões sobre vidas de homens e mulheres que ficaram pouco visíveis nos documentos oficiais, e, além disso, fornecer valiosos subsídios que nenhuma outra disciplina seria capaz de fornecer.

Contudo, para chegar a essas reflexões, a arqueologia histórica teve seu desenvolvimento caracterizado em várias etapas. Nos últimos 50 anos algumas mudanças podem ser observadas concernentes à arqueologia enquanto disciplina

autônoma da história e da antropologia, desenvolvendo seus próprios parâmetros teóricos e metodológicos.

Em decorrência disto, novas formas de estudar as materialidades também se fizeram sentir no campo da arqueologia histórica, que concomitantemente com as novas tendências observadas na arqueologia e nas ciências humanas de um modo geral, avançou e desenvolveu metodologias específicas para estudos em contextos históricos.

1.1. O Desenvolvimento da Arqueologia Histórica

Na segunda metade do século XVII encontram-se na literatura americana alguns exemplos isolados de escavações em sítios históricos, que em sua maioria, estavam voltados para suprir necessidades de colecionadores, antiquários, museus e afins, ou para utilizar a cultura material como comprovação da documentação escrita. Porém, podem ser destacados, nesta época, alguns exemplos de escavações em sítios históricos que dispunham de uma metodologia e sistematização nas informações de campo. É o caso das investigações desempenhadas pela *New York Historical Society*, que tinham por objetivo recuperar dados sobre a vida no campo militar e os respectivos objetos oriundos da guerra. Escavações foram realizadas no Distrito de Bronx por funcionários da sociedade, que cuidadosamente descreveram o material coletado em campo (CALVER e BOLTON, 1950 *apud* LITTLE, 2009:67).

Nos Estados Unidos, durante a última década do século XIX, houve um forte interesse público em preservar antiguidades. Surgiram a partir de então no referido país muitas exposições que apresentavam para o povo americano coleções de peças antigas. No ano de 1892, o presidente Benjamin Harrison emitiu uma ordem executiva estabelecendo a *Casa Grande Ruins*³ como a primeira reserva arqueológica nacional. Outros esforços foram feitos para proteger as antiguidades

³ Monumento Nacional em Coolidge, Arizona, está entre os mais conhecidos marcos culturais, devido à sua notável "Casa Grande", uma das maiores estruturas pré-históricas conhecidas nos Estados Unidos. Estabelecido como a primeira reserva arqueológica pelo Presidente Benjamin Harrison em 1892, a Casa Grande Ruins não é só o maior sítio de Hohokam protegido, mas também o único Parque Nacional que preserva a unidade e interpreta a cultura Hohokam. A área dentro de limite atual do parque também preserva algumas, das aldeias associados à estrutura de adobe impressionante.

no país, como a Lei de Antiguidades que em 1906 estabeleceu a política de preservação básica para locais históricos do Governo Federal dos Estados Unidos (LITTLE, 2009:365).

A Arqueologia Histórica teve seu início profissional e prosperou, pela primeira vez, em detrimento destas leis de preservação. O desenvolvimento de programas como *history Preservation* concedeu à década de 30 recursos para projetos que aliviassem os efeitos provocados pela crise econômica dos anos 20. As pesquisas realizadas com estes recursos abarcaram uma gama de sítios, que incluíam as fortificações, missões espanholas, os entrepostos comerciais, entre outros (FAIRBANKS 1956, SMITH 1948, LOMBARD 1953, KELLEY 1939 *apud* DEAGAN 1996:22).

Um dos aspectos importantes observados no século XIX e início do XX, é que a pesquisa arqueológica, como aconteceu na maioria dos países, foi um trabalho feito por amadores (DEAGAN 1996:22). Todavia, o desenvolvimento de leis voltadas para o patrimônio histórico tiveram um forte impacto sobre o desenvolvimento da arqueologia como profissão, que impulsionaram a formulação de diretrizes metodológicas que faziam exigências específicas a descrição tipológica dos artefatos e vestígios e a uma análise estratigráfica apurada nos trabalhos de campo, que se tornaram normas no país para os profissionais da arqueologia (MCMANAMON 2006:171).

Apesar do crescimento dos profissionais e do campo, até 1930 a arqueologia histórica não havia alcançado grandes avanços em termos teóricos. As pesquisas realizadas tinham o mesmo caráter: visavam preencher lacunas deixadas pela historiografia tradicional que a documentação escrita por si só não tinha possibilidades de suprir.

Na década de 40, observa-se uma preocupação constante por parte dos arqueólogos que escavavam contextos históricos em definir tipologias e estabelecer cronologias. Estas preocupações estavam atreladas aos métodos pré-históricos, influenciados fortemente pela arqueologia histórico-cultural, que “buscava explicar o passado determinando os sucessivos episódios idiossincráticos de difusão que modelaram o desenvolvimento de cada cultura” (TRIGGER

2004:148). Ainda nesta década, no meio acadêmico começaram a surgir questionamentos considerando a arqueologia, de modo geral, sem interesse teórico. Para Deagan, naquela época, a arqueologia histórica, apesar de datar cronologicamente os artefatos e vestígios, estava servindo apenas para encher as coleções dos museus.

Não é de surpreender que o propósito da arqueologia histórica, neste período de tempo, não estava vinculado ao exercício intelectual, mas sim buscar locais de preservação. O Arqueólogo como arqueólogo foi considerado apenas um técnico de cavar materiais físicos (...). (DEAGAN 1996: 367)⁴

Apesar de ter iniciado desde os fins do século XIX, a Arqueologia Histórica na América do Norte não teve um papel contínuo. Segundo Deagan (1996:21), houve uma confusão quanto ao que era considerado Arqueologia Histórica e a delimitação de seu campo, passando a ser questionado também o seu potencial enquanto disciplina. Estes contratempos geraram o que a pesquisadora considera como uma crise de identidade dentro disciplina, que se refletiram com a falta de iniciativas para pesquisa neste campo. Um dos aspectos importantes foi ressaltado por Deagan (1996) como um dos problemas que gerou esta *crise de identidade* esteve relacionado com qual disciplina a Arqueologia Histórica estaria mais ligada:

As diversas posições tomadas a respeito da crise de identidade se encontraram fundadas na pergunta se a História ou a Antropologia eram as disciplinas mães deste campo e, por extensão, se a arqueologia histórica era particularizante, ou antropológica e com alcance generalizante. (DEAGAN, 1996:68)

Embora sabendo que o crescimento no campo da arqueologia nos Estados Unidos esteve diretamente vinculado ao desenvolvimento de uma legislação no país que obrigava a preservação e proteção dos sítios arqueológicos, percebe-se que uma das causas no problema de definição no campo da arqueologia histórica se deu em função da maioria das pesquisas estarem submetidas aos trabalhos de restauração arquitetônica (DEAGAN, 1996:22).

A Arqueologia Histórica surgiu partindo da premissa que estava estudando locais históricos, ou seja, estava se fazendo uma *Arqueologia de sítios históricos*. Isto implicou que o campo se concentrou em locais de importância histórica, que é o contrario de significado cultural (DEAGAN 1996, DEETZ 1977, ORSER 1996, SCHUYLER, 1979). Até

⁴ A tradução dos textos inglês-português foi realizada pela autora.

meados da década de 60, as pesquisas arqueológicas em sítios históricos estavam voltadas a estudar locais associados a personagens famosos na história, ou a personagens que dispunham de grande poder aquisitivo. Deetz (1977) aponta que neste momento a tendência do fazer arqueologia histórica estava voltada para escavar sítios onde residiram ou foram palco de pessoas importantes, os ditos heróis históricos.

No final da década de 50, com o surgimento de uma série de críticas a falta de abordagens teóricas na arqueologia histórica, sentiu-se a necessidade em caracterizar esta disciplina como autônoma da pré-história e apresentá-la como uma disciplina científica. Segundo Schuyler (1979) a arqueologia histórica obedecia a divisões, que foram identificadas como: científica (generalização), histórica (particularização) e humanística (cultura, estética). Para Deagan, se a arqueologia histórica é uma disciplina científica, deve estar preocupada com o desenvolvimento de princípios gerais que podem explicar as regularidades e variabilidade na cultura e no comportamento humano. Se ela é essencialmente uma disciplina histórica, ela deve estar preocupada com o estudo dos eventos e processos de uma determinada hora, local e sociedade. Finalmente, se a arqueologia é uma disciplina humanística ela deve dar uma apreciação estética com as condições humanas no passado. (DEAGAN, 1996: 23)

As críticas à metodologia mostraram que havia pouca diferença entre os métodos de observação, recuperação, controle e análise utilizados pelos arqueólogos pré-históricos. Postas estas observações em discussão, arqueólogos e historiadores envolvidos na arqueologia histórica, começaram a perceber que a natureza da extensão documental dos contextos históricos trabalhados tornava os métodos analíticos pré-históricos inadequados para a arqueologia histórica (DOLLAR 1968; HARRINGTON 1952, 1955; HUME 1964; WALKER 1967 *apud* DEAGAN, 1996:22).

Foi no desenvolvimento destas discussões que a arqueologia histórica começou a dar seus primeiros e firmes passos para a consolidação. Em meados de 1960 obteve seu primeiro reconhecimento formal e se afirmou como uma subdivisão autônoma na arqueologia. Nesta mesma década foi realizada a

Conference On Site Archaeology, onde foram publicados diversos trabalhos relacionados à Arqueologia Histórica que estavam sendo desenvolvidos no país. Posteriormente a conferência, se formou a *Society For Historical Archaeology* em 1967, que tornou a disciplina ainda mais consolidada. Nesta década se intensificaram as pesquisas voltadas para os períodos históricos na América do Norte que se desenvolveram atrelados às novas abordagens e metodologias específicas para o campo, influenciadas pelos novos pressupostos teóricos que estavam surgindo no âmbito das ciências humanas na década de 60 (Orser, 2000).

O final dos anos 50 e início da década de 60 se caracterizou como um período de reviravoltas para muitos campos das ciências humanas e para a sociedade de modo em geral. Antropologia, História e muitas das Ciências Sociais passaram por um momento de revisão de conceitos, metodologias e enfoques. Novas abordagens surgiram relacionadas, principalmente, à semiótica, ao estruturalismo, a teoria marxista, entre outros (LITTLE, 2009).

Os enfoques pregados pela nova arqueologia, ou arqueologia processual, foram refletidos no âmbito da arqueologia histórica. Para ir além da descrição, característica da arqueologia tradicional, os arqueólogos processualistas basearam seus pressupostos a partir da teoria do neoevolucionismo, dos antropólogos Julian Steward e Leslie White, no positivismo lógico dos filósofos da ciência Hempel e Hoppenheim; e na Teoria Geral dos Sistemas do biólogo Ludwig Von Bertalanffy.

Os arqueólogos históricos que aderiram à corrente processual na Arqueologia Histórica, pelo fato de trabalharem com sociedades complexas, pré-industriais e industriais, deram menos ênfase aos aspectos teóricos relacionados ao neoevolucionismo e ao caráter adaptativo da cultura. No entanto, segundo Symanski:

É mantida a necessidade de se fazer uma investigação orientada cientificamente, baseada, sobretudo, em dados quantitativos que são estatisticamente trabalhados. Da mesma forma, é sustentada uma forte concepção materialista, privilegiando aspectos tecnológicos, econômicos e sociais da cultura em detrimento dos ideológicos. (SYMANSKI, 2001:135)

A Teoria Geral dos Sistemas também passou a ser muito utilizada na arqueologia histórica neste período. Porém sua aplicação nos contextos históricos

difere, pois as variáveis ambientais são menos enfatizadas e são consideradas outras que podem influenciar o comportamento material dos ocupantes de um sítio, como condição econômica, acesso ao mercado, etnicidade, composição e ciclo de vida. (LITTLE 1996, SYMANSKI2001). Essas variáveis podem ser controladas em contextos históricos pelo pesquisador devido a diversidades de fontes que se fazem presentes na arqueologia histórica.

No decorrer da década de 60, os enfoques e temáticas se expandiram. Alguns arqueólogos começaram a considerar que apesar do fato de que dados de sítios históricos contribuam para o elevado nível da produção e gasto de energia, estes dados podiam corroborar com a busca de padrões intra e intersítio, “para explorar questões ligadas a cronologia, estrutura, assim como status, rota de comercio, etnicidade, padrões de assentamento, fronteiras e variáveis ambientais” (SOUTH, 2007:133).

Uma das abordagens mais corriqueiras, em grande parte das pesquisas até meados dos anos 70, se concentrou em estudos voltados para processos de aculturação durante o período de contato, entre nativos e europeus, na América do Norte. Os arqueólogos históricos abraçaram a etnicidade como um assunto pelo qual a disciplina poderia fazer grandes contribuições a antropologia. Muitas pesquisas foram orientadas para elucidar esse processo devido à vantagem de se encontrar artefatos de presença europeia em sítios indígenas. Alguns estudos se centraram na aculturação através das relações de escambo, comerciais, na conversão dos nativos às praticas religiosas dos colonizadores, e em uniões consensuais entre culturas distintas. (LITTLE 1996, DEAGAN, 1996, DEAGAN 2009).

Outras temáticas de estudos na arqueologia histórica vieram derivadas da dialética marxista, pela qual a sociedade contemporânea é econômica e socialmente organizada, ou seja, de que modo se dava a produção, distribuição e mecanismo de intercambio. Os arqueólogos perceberam que através do potencial de controle da arqueologia histórica, dispondo das fontes documentais, sobre as variáveis econômicas das sociedades no passado, as questões desta dialética poderiam ser previstas e testadas no registro arqueológico (PAYNTER & MCGUIRE,

1991). Estudos com este fim foram capazes de demonstrar que as associações entre os dados arqueológicos e o comportamento no passado poderiam ser padronizadas de maneira específica.

Durante este período, a arqueologia histórica foi aproveitada para aplicar teste de uma série de métodos e premissas usadas na análise e interpretação em contextos pré-históricos. Little (1996) aponta que por possuir uma gama de fontes que possibilita um controle na análise dos artefatos, a arqueologia histórica se apresentou como um laboratório para os modelos e conceitos pré-históricos. Um dos mais proeminentes estudos de caso foi para testar a hipótese da distribuição da frequência normal para traços estilísticos através dos tempos, ou o conhecido nível de curvas de popularidade, em combinação com os princípios da estratigrafia ou seriação. Este pressuposto foi fundamental para descrição e interpretação dos acontecimentos na história da cultura (DEAGAN, 1996). Alguns estudos foram realizados com materiais datados, lápides (DEETZ, 1977) e cerâmicas históricas (SUL, 1972). Estes estudos demonstraram que a curva de popularidade era um fenômeno diacrônico e verdadeiro no mundo material.

Nota-se, neste período, uma preocupação em entender os modos de vida, o cotidiano, sobretudo, nos espaços domésticos e industriais. Dentro dessas pesquisas, estiveram muito presentes os estudos voltados para compreensão de comportamentos de consumo. Spencer-Wood realizou investigações, a partir das amostras de louças, para examinar as questões de nível socioeconômico. Ela explicou que as variações de padrões de artefatos nos sítios poderiam estar conectadas à participação de grupos domésticos em padrões de comportamento cultural relacionados à estratificação econômica e social (SPENCER-WOOD, 1987:08).

Em meados dos anos 70, um grande número de arqueólogos se convenceu que havia mais diversidade nas culturas do que poderiam explicar os esquemas evolutivos gerais. No âmbito dessas discussões surgiu no “cenário arqueológico anglo-americano”, no início dos anos oitenta, a arqueologia pós-processual como resposta “a ênfase extremada da arqueologia processual no adaptacionismo, funcionalismo, positivismo e generalizações” (SYMANSKI, 2001:146).

Um dos principais representantes dessa nova corrente é o arqueólogo britânico Ian Hodder, que criticou severamente o caráter funcionalista da arqueologia processual. Para ele a dicotomia entre cultura e utilidade adaptativa restringiu o desenvolvimento da arqueologia processual, posto que, “além de funções e atividades, a cultura apresenta uma estrutura e um conteúdo que devem ser parcialmente entendido em seus próprios termos, com sua própria lógica e coerência”. (HODDER, 1992:07)

Segundo Hodder (1992:08), o modo no qual a cultura material age sobre as pessoas é social, sendo que “a ação somente pode existir dentro de uma estrutura social de crenças, conceitos e disposições.” Sendo assim, os itens materiais adquirem significados simbólicos que irão variar de acordo com o complexo cultural no qual se encontram. “Para poder compreender esses significados é necessário examinar o contexto histórico no qual estes estão inseridos, havendo assim uma reaproximação da arqueologia com a história”. (HODDER 1992:75)

Para os processualistas, os dados padronizados correspondem ao comportamento humano. No entanto, Hodder (HODDER 1992:75) vai contra essa premissa, considerando que toda padronização material é gerada por estruturas simbólicas dentro de uma matriz cultural. Dessa forma, o papel do arqueólogo deve ser examinar o papel da cultura material nas relações sociais.

Muitos arqueólogos consideram complexa a definição das vertentes teóricas dentro do pós-processualismo. Contudo, é consenso que ela está fundamentada em diferentes vertentes da teoria social contemporânea, tais como as abordagens cognitivas, estruturalistas, simbólicas, marxistas e críticas. Orser (1992 *apud* SYMANSKI, 2001:147) propõe três vertentes: simbólica, estrutural e crítica. Hodder (1986) crítica as correntes estruturalistas e marxistas, defendendo uma arqueologia contextual, que ele relaciona com a prática pós-processualista.

Em 1990, Thomas Patterson publicou no *Journal of Anthropological Archaeology*, um artigo intitulado “*Some Theoretical Tensions within and between the Processual and Postprocessual Archaeology*”, no qual se referia há três linhas pós-processualista: uma praticada por Ian Hodder, influenciada pelos trabalhos de Anthony Giddens, Clifford Geertz, Pierre Bourdieu, Paul Ricoeur e, sobretudo, o

filósofo inglês Robin Collingwood; outra linha defendida por Michel Shanks e Christopher Tilley, estes influenciados por Michel Foucault, Roland Barthes, e alguns teóricos críticos como Walter Benjamin e Jürgen Habermas; e uma terceira linha, elaborada por Mark Leone, influenciados por Althusser, Paul Ricoeur e pela teoria crítica da escola de Frankfurt.

Apesar deste leque de correntes, todas elas dizem respeito à necessidade de se resgatar o significado que a cultura material teve para a sociedade que a utilizou (SYMANSKI 2001:147). Estas abordagens começaram a ser difundidas dentro da arqueologia histórica e ganharam um grande espaço. Segundo o próprio Hodder (1996:141) em sítios históricos abordagens pós-processuais estão em posição favorecida, em virtude da ampla gama de dados contextuais.

As pesquisas arqueológicas em contextos históricos, derivadas de posições pós-processuais passaram a abraçar ambientes urbanos, buscando a compreensão da concepção simbólica e o significado da cultura material para determinada sociedade. Vários estudos foram desenvolvidos a fim de entender as desigualdades, classe, gênero; outros atentaram para uma arqueologia da paisagem, casas fazendas, locais industriais; o capitalismo, a escolha do consumidor, os campos de batalha agora com intenção de compreender o cotidiano. Houve um desenvolvimento de uma mentalidade de responsabilidade política e social que fizeram com que muitos arqueólogos desenvolvessem projetos para englobar a comunidade com a arqueologia. (DEAGAN 1996, ORSER 1996, DEETZ, 1991).

Atualmente, não há um consenso quanto ao um único conceito para arqueologia histórica. Entre os arqueólogos, o mesmo vem sendo definido várias vezes no decorrer do desenvolvimento da disciplina (DEETZ, 1974; DEAGAN, 1996; LITTLE, 1996). Isto se deu em decorrência do debate em caracterizar a abrangência no campo da arqueologia histórica. Deagan (1996), aponta que apesar do surgimento da Arqueologia Histórica como um ramo legítimo na consciência da maioria dos arqueólogos, principalmente norte-americanos, ser relativamente recente, grande parte das primeiras pesquisas arqueológicas realizadas na Europa

foram históricas, pois estavam preocupadas com as sociedades que desenvolveram algum tipo de escrita.

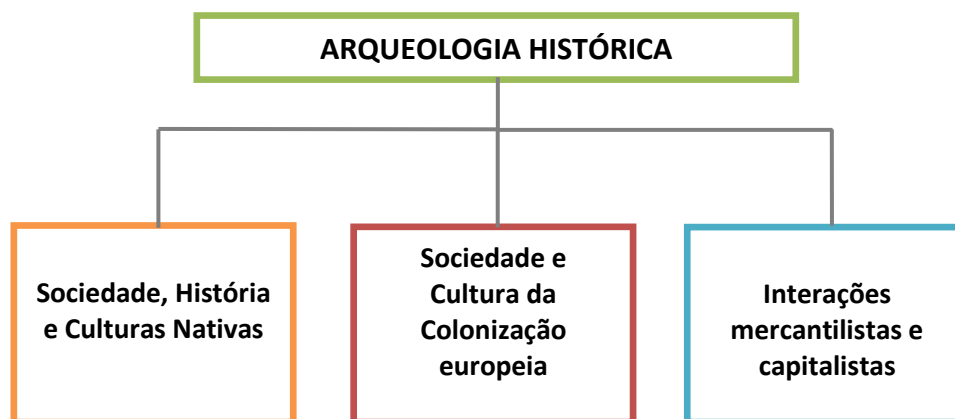
Orser, em *Encyclopedia of Historical Archaeology* (2002), caracterizou a Arqueologia Histórica, num contexto mundial:

Ela pode ser definida como a investigação arqueológica de qualquer cultura do passado que desenvolveu uma tradição literária; ou ela pode ser vista como o estudo do 'mundo moderno', as condições históricas e culturais que modelaram nosso mundo desde aproximadamente 1500 A.D. Essas definições de Arqueologia Histórica coexistem e não são excludentes, e ambas são largamente utilizadas pelos arqueólogos históricos. (p. XIII)

Alguns pesquisadores consideram que a Arqueologia Histórica representa o estudo da cultura material associada a períodos históricos, ou seja, os períodos temporais que sociedades desenvolveram uma forma de escrita. Outros pesquisadores a definiram como uma metodologia que possui um enfoque interdisciplinar caracterizado pelo uso da evidência arqueológica, relacionado com os registros escritos.

Segundo Zarankin e Salermo (2007:18), a bibliografia recente da Arqueologia Histórica a define como o estudo do processo de formação do mundo moderno. E o mesmo começa com a expansão europeia do século XVI que coincidiu segundo Johnson (1996), com a consolidação do sistema capitalista. Para Deetz (1974), os arqueólogos históricos observam a maneira como o desenvolvimento da cultura se compara e contrasta com seus antecedentes do Velho Mundo e seu impacto sobre a tradição cultural dos povos nativos.

Seguindo tais parâmetros, atualmente a arqueologia histórica se propõe estudar as transformações no cotidiano, sejam elas reflexos de medidas econômicas, políticas ou sociais. Os trabalhos situados nesta perspectiva assinalam que a sociedade moderna se formou com o surgimento, dispersão e reprodução de novas práticas, o que expressa transformações nas relações entre os indivíduos, assim como entre os grupos e as coisas. (ZARANKIN, 2007; JOHNSON, 1996; DEETZ, 1974) Orser (2000) classificou a arqueologia histórica em três abordagens centrais:



Fonte: ORSER, 2000: 22

Atualmente, a arqueologia histórica se constitui como uma disciplina sólida, que contribui para o conhecimento dos grupos que viveram no passado. A diversidade nos enfoques dentro da disciplina ressalta ainda mais o potencial desta na difusão do conhecimento. As problemáticas orientadas por abordagens teóricas coerentes a diversos contextos históricos tem resultado em uma série de trabalhos multidisciplinares que tem colocado os artefatos no cotidiano dos grupos que os utilizaram.

1.1.2. Como abordar a cultura material de Sítios Históricos?

O cenário teórico da arqueologia histórica atualmente é caracterizado por duas tendências principais: a perspectiva mentalista e a perspectiva materialista. Não é intenção deste trabalho um aprofundamento sobre as correntes teóricas que permeiam estas tendências, entretanto faz-se necessário discorrer rapidamente a respeito destas.

A perspectiva mentalista foi iniciada por Deetz (1977), com raízes no estruturalismo. De acordo com ele, as formas compartilhadas de artefatos refletem pensamentos compartilhados, fazendo com que todas as categorias da cultura material de uma sociedade sejam produtos de um só padrão mental, o qual é estruturado em termo de oposições binárias análogas. “Na ótica estruturalista, as mudanças entre tais categorias aparentemente não relacionadas, seriam decorrentes de mudanças de atitudes e visões de mundo compartilhadas por uma sociedade” (DEETZ, 1988 *apud* SYMANSKI, 2005:146).

A perspectiva materialista está dividida em três vertentes: as abordagens de inspiração marxista, a Teoria dos Sistemas Mundiais e as Teorias do Comportamento de consumo (GIBB, 1996 *apud* SYMANSKI, 2001:148).

As abordagens de orientação marxista seguem uma teoria conflitual da sociedade, considerando que as ações políticas conscientes dos grupos ou classes sociais são avaliadas como centrais, podendo estar relacionadas com a estrutura econômica. Esta vertente é representada por duas linhas: a Arqueologia crítica e a antropologia político-econômica. Os partidários da arqueologia crítica utilizam o conceito de ideologia dominante proposto por Althusser, considerando que as ideologias dos grupos dominantes em uma sociedade são impostas aos grupos subordinados, através de representações ideologicamente formadas, que servem para naturalizar e, assim, mascarar a arbitrariedade da ordem social (LEONE, 1988:255). Já os partidários da antropologia político-econômica criticam esta tese pelo fato dela negar aos grupos subordinados as condições para formar suas próprias ideologias (BEAUDRY et al 1991 *apud* SYMANSKI, 2001:149). Em seu lugar é usada a noção de hegemonia cultural, de Gramsci, “considerada menos arbitrária por permitir aos grupos subordinados negociar essas ideologias em defesa dos seus próprios interesses” (McGUIRE & PAYNTER 1991 *apud* SYMANSKI, 2001:149).

Os arqueólogos que adotam a Teoria dos Sistemas Mundiais estudam a cultura material considerando os processos de larga escala, que acontecem através de uma divisão espacial do trabalho, “da desigualdade espacial no acesso aos meios de produção, extração e expropriação do valor dos excedentes dos produtores” (SYMANSKI, 2001:149). Essa teoria tem sido amplamente empregada tanto por arqueólogos de orientação processualista (SOUTH, 1988), quanto por aqueles que adotam orientação marxista e que consideram o capitalismo como foco principal da análise na arqueologia histórica (ORSER, 1996).

A terceira vertente materialista tem suas bases na teoria do comportamento de consumo, utilizadas, sobretudo, pelos arqueólogos processualistas. Esta vertente considera que os indivíduos buscam afirmar sua identidade a partir da aquisição e utilização de determinadas categorias de artefatos (SYMANSKI, 1997).

Não há dúvidas de que os métodos desenvolvidos especificamente para arqueologia histórica contribuíram significativamente tanto para descrição dos dados, como para criar novas problemáticas dentro da disciplina, que ressaltaram seu potencial como uma área independente no campo da arqueologia. Um dos grandes desafios, hoje, para os arqueólogos históricos é tomar as teorias e métodos concebidos para um local e aplicá-los em outra realidade (DEAGAN, 1996:07).

Deste modo, a arqueologia histórica tem sido capaz de fazer contribuições que não seria possível através de qualquer outra forma de investigação. As informações documentadas sobre o passado temporal e econômico, as variáveis sociais, permitem a investigação dos processos culturais que afetam essas variáveis. Além disso, o simultâneo acesso dos arqueólogos históricos para diversas fontes – documentos escritos, cultural material, oralidade – dão subsídios sobre as condições do passado e permite o estudo de processos comportamentais envolvidos na percepção humana, na manipulação e os meios como lidaram com o ambiente. O potencial único da arqueologia histórica não reside apenas em sua capacidade de responder questões de interesse arqueológico e antropológico, mas também, na sua capacidade de fornecer dados históricos que não estão disponíveis através de documentação ou qualquer outra fonte.

De acordo com Deetz (1977), os arqueólogos históricos devem encontrar uma maneira de perceber significados nos objetos materiais, além de entender como estes foram usados e pensados. Artefatos carregam mensagens de seus usuários e fabricantes e é tarefa do arqueólogo decodificá-las e aplicá-las a nossa compreensão. A arqueologia estuda pessoas, processos; homens, mulheres, crianças e idosos fizeram parte do contexto da cultura material que são encontradas nos sítios, para além de entender a função destes artefatos, os pesquisadores devem possuir profundo interesse nas vidas diárias, no cotidiano e no tempo em que as pessoas viveram.

No decorrer desta discussão foi possível perceber que a Arqueologia Histórica, de um modo geral, fez uma rápida progressão em aspectos teóricos e metodológicos, sobrepondo os aspectos meramente descritivos e buscando compreender cada vez mais os aspectos sociais, econômicos e culturais que

fizeram parte do universo de uma determinada sociedade. Na contemporaneidade, ela se caracteriza como uma disciplina complexa, que incorpora princípios de uma série de disciplinas, sobretudo, antropologia, história e ciências sociais.

O desenvolvimento da arqueologia histórica na América do Sul, assim como no Brasil, aconteceu de forma distinta temporalmente, seguindo, contudo, as mesmas tendências teóricas e metodológicas que aconteciam na América do Norte. Desse modo, é necessário fazer uma rápida descrição de como se deu o desenvolvimento da disciplina no Brasil e como estão sendo abordadas as materialidades no contexto nacional.

1.1.3. Artefatos e Contextos Históricos no Brasil

De acordo com Lima (1993:225) os primeiros interesses voltados para contextos históricos no Brasil se deram por volta da década de 30, no sertão baiano, sob o comando de Herman Kruse, que tinha como objetivo a localização das chamadas casas fortes, construídas no século XVI por Gabriel Soares de Souza. Nesta mesma década foram realizados trabalhos no estado do Paraná por Loureiro Fernandes, em paredões que continham ossadas e vestígios humanos, que foram interpretados como, possivelmente, pertencentes a quilombolas (LIMA, 1993:225).

Outros trabalhos se desenvolveram no decorrer das décadas seguintes e estiveram atrelados, sobretudo, aos exemplares da arquitetura. Esta perspectiva, ainda de acordo com Lima (1993) fora fortemente influenciada pela ideologia então vigente nas esferas patrimoniais, “cuja concepção elitista e eminentemente arquitetônica de bem cultural privilegiava os monumentos de pedra e cal como principal interesse dos segmentos dominantes” (LIMA, 1993:226).

Assim como acontecera nos Estados Unidos, a Arqueologia Histórica se fortaleceu no Brasil, principalmente, em decorrência da Lei 3.924⁵. Lima (1993) aponta que esse foi um momento de grande dinamismo no país, com implementação de pesquisas em diversas áreas. Contudo, a pesquisadora destaca que no campo da arqueologia histórica as pesquisas foram profundamente

Lei Nº 3.924, de 26 de julho de 1961, dispõe sobre os Monumentos Históricos, Sítios Arqueológicos Históricos e Pré-Históricos.

comprometidas pelos trabalhos de restauração de monumentos, em geral, empreendidos pelos órgãos encarregados da preservação do patrimônio histórico e cultural da nação. A arqueologia histórica, neste momento, “estava operando num nível meramente arqueográfico, não obstante a excelência de vários trabalhos”. (LIMA, 1993:226)

Apenas no início dos anos 60 a arqueologia histórica passou a ser reconhecida no Brasil como um campo de pesquisa. Os trabalhos conduzidos em sítios históricos naquele momento estiveram em quase sua totalidade sendo coordenadas por pré-historiadores⁶. As temáticas iniciais estiveram centradas às reduções jesuíticas dos séculos XVI, XVII e XVIII existentes no sul do Brasil e aos sítios de contato do litoral nordestino (BROCHADO, 1969; ALBUQUERQUE, 1969 *apud* SYMANSKI, 2009). As pesquisas estavam sendo desenvolvidas, obedecendo aos princípios teóricos e metodológicos da arqueologia histórico-cultural. Tais métodos estavam sendo aplicados tanto aos sítios pré-coloniais quanto aos sítios históricos, e a ênfase estava na identificação e delimitação espaço-temporal de complexos de artefatos, os quais eram associados diretamente a populações específicas (ver SYMANSKI 2009).

Lima (1993:228) nota que durante os anos 80 surgiram novas perspectivas no campo da arqueologia histórica brasileira. O potencial da disciplina foi reconhecido em estudos destinados a compreender os modos de “vida dos grupos étnicos e segmentos subalternos que não tiveram possibilidades de escrever sua própria história, a arqueologia se mostrou capaz em recuperar memórias sociais, estudar praticas cotidianas e reinterpretar a historia oficial” (SYMANSKI, 2009). Durante esse período, também foram intensificados os estudos em sítios missioneiros na região sul e iniciado na região nordeste (KERN 1989A; 1989B; LA SALVIA 1983; RIBEIRO 1981, 1985; RIBEIRO ET AL 1989, SOUZA, VICTOR E BARBOSA, 1989; *apud* SYMANSKI, 2009:01). No nordeste os estudos em sítios indígenas de contato seguiram principalmente sob o comando de Albuquerque (1984).

⁶ Apesar dos arqueólogos durante a década de 60 em sua maioria pertencerem na universidade ligados aos departamentos ligados a história e as ciências sociais, as pesquisas arqueológicas voltadas para contextos pré-históricos no Brasil já se encontravam mais consolidado. Sendo assim, o leque de profissionais que estudavam esta área era consideravelmente maior, fazendo com que muitos desses também realizassem pesquisas nos contextos históricos.

Ainda em decorrência da Lei nº. 3.924, que trata da preservação do patrimônio histórico, uma diversidade de sítios monumentais, tais como fortes, igrejas e palácios começaram a ser contemplados, principalmente, em estudos que acompanhavam projetos de restauração. No sudeste, unidades domésticas ocupadas tanto pela elite quanto por segmentos subalternos começaram a ser estudadas. O foco nos segmentos da sociedade subalterna foi introduzido através de estudos de quilombos em Minas Gerais, aldeamentos indígenas pós-missionários no Rio Grande do Sul, e do arraial de Canudos na Bahia (SYMANSKI 2009:03).

Apesar do reconhecimento, a arqueologia histórica no Brasil foi alvo de muitos preconceitos e discriminações, sendo notório o tratamento diferenciado em reuniões científicas que recebia a disciplina (GASPAR, 2003:278). No entanto, ao final de mais de duas décadas este panorama começou a ser revertido. “Em outubro de 1985, com o objetivo de reunir profissionais atuantes na área da arqueologia histórica” em todo o país, “discutir conceitos, métodos, técnicas e apresentar pesquisas em andamento”, o então Núcleo de Arqueologia da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Pró-Memória, organizou o seminário de arqueologia histórica, realizado no paço imperial do Rio de Janeiro. Este seminário “expôs a situação da arqueologia histórica no país, as pesquisas que estavam sendo desenvolvidas, as inadequações metodológicas e técnica” e buscou “contornar essas deficiências contando com a presença de especialistas presentes”. (LIMA, 1993:228)

Com o fortalecimento da arqueologia histórica, as reuniões científicas da SAB, a partir de 1987, abriram um espaço para apresentação de trabalhos voltados para arqueologia histórica, que contou com a presença de 14 comunicações, sob a coordenação de Arno Kern (GASPAR, 2003:275). Vários arqueólogos até então voltados exclusivamente para pré-história, passaram também a divulgar os resultados de estudos materiais provenientes do período de contato com os europeus: “Gabriela Martin apresenta seus estudos na Missão Vila Flor; Margarida Andreata e Dorah Uchôa analisam uma caeira que fabricavam cal proveniente de um sambaqui; Tania Andrade de Lima estuda sítios históricos no Rio de Janeiro.” (GASPAR, 2003:275)

No início da década de 90, influenciado pelas abordagens pós-processuais que vinha se consolidando no cenário norte-americano, uma grande diversidade de tipos de sítios históricos, desconsiderados nas décadas anteriores, entram no foco da Arqueologia Histórica no Brasil:

Povoados e sítios associados a atividades de mineração, lixeiras coletivas urbanas, senzalas, cemitérios, estradas coloniais e engenhos começam a ser pesquisados. Também continuaram as pesquisas em sítios monumentais como fortalezas, igrejas e monastérios, assim como nos sítios missionários, quilombos, unidades domésticas rurais e urbanas. (SYMANSKI, 2009:05)

Ainda de acordo com Symanski (2009), em termos de orientação teórica, o cenário contemporâneo da arqueologia histórica no Brasil é caracterizado por uma diversidade de abordagens, que podem ser divididas nas seguintes categorias: 1) continuidade da abordagem histórico-cultural, 2) aplicação de conceitos e métodos das abordagens processuais, 3) reprodução da abordagem histórico-cultural, porém sob o viés da arqueologia contextual, 4) abordagens críticas e simbólicas, explorando uma diversidade de temáticas relacionadas aos processos da expansão do capitalismo.

As pesquisas voltadas para contextos históricos crescem significativamente no Brasil. Apesar de nova, a diversidade de abordagens teóricas tem apresentado significantes contribuições para compreensão dos processos sociais, econômicos e, indo mais além, a respeito do cotidiano e dos modos de vida de pessoas, que não estão nas fontes escritas. Apesar de se observar trabalhos que apresentam apenas informações de caráter descritivo a respeito dos sítios, há uma nova vertente crítica na disciplina que se torna cada vez mais influente e considera o potencial da disciplina em recuperar informações a respeito de grupos oprimidos, que foram marginalizados pela historiografia, e reinterpretar a história das elites, tendo a cultura material como subsídio.

1.2. Cultura material e Ideologia nas Arqueologias do capitalismo

Nos últimos vinte anos, com o surgimento de uma série de novas abordagens pautadas em perspectivas críticas e simbólicas, pode-se observar no cenário da arqueologia histórica a exploração de uma diversidade de temáticas voltadas a compreender comportamento de consumo, relações de poder, afirmação de status social, entre tantas outras. De acordo com Symanski (2009:08), o que essas abordagens têm em

comum é a preocupação em entender os contextos locais em função de uma perspectiva macro, considerando as relações desses contextos com as forças mais amplas que moldaram o mundo moderno. Essas abordagens podem ser rotuladas como as Arqueologias do Capitalismo, que como enfatizaram Zarankin e Salerno (2007:31), tem sido um dos temas a despertar mais interesse na arqueologia histórica do continente Sul Americano.

Little (1996) refere-se a três temas gerais que têm sido abordados na Arqueologia do Capitalismo: pesquisa transcultural, consumo e industrialização, e por fim, ideologia e poder. A pesquisa transcultural refere-se aos encontros coloniais entre povos europeus e não europeus, focalizando o papel da cultura material nesses processos de interação e conflito. Consumo e industrialização dizem respeito às mudanças culturais que acompanham as transformações sociais na organização do trabalho, conectando as condições de produção com as circunstâncias do consumo. Poder e ideologia referem-se aos modos complexos pelos quais as ideologias atuam na manutenção da estrutura social hierárquica, ou mesmo aos modos que caracterizam o capitalismo.

Neste panorama, o conceito *ideologia* vem sendo considerado um dos mais importantes nos estudos dentro da vertente da arqueologia do capitalismo. O mesmo tem sido utilizado em várias pesquisas com diversos significados (LITTLE, 1996; BEAUDRY et al, 1991). Os elementos principais das abordagens que trabalham com o conceito de ideologia incluem o desejo de incorporar informações sobre aspectos cognitivos e simbólicos das sociedades ao registro arqueológico (Preucel & Hodder, 1996). No tocante a isto, muitas pesquisas têm se dedicado ao reconhecimento do papel ativo de ideologias em determinados contextos arqueológicos, reconhecendo seu potencial constitutivo na cultura material e explorando os interesses e conflitos internos como uma força significativa na mudança cultural.

De acordo com Johnson (1996) o sistema capitalista é caracterizado por uma relação especial com a produção, circulação e consumo de objetos. Estes fatores ocupam um lugar essencial no mesmo, a ponto de criar uma cultura de consumo vinculada ao processo de fetichização da mercadoria, como ressaltado por Marx (1996). No entanto, a cultura material é carente de significado por ela mesma, e só adquire uma dimensão ativa e ideológica dentro de um sistema.

Os objetos produzidos e utilizados pelos homens são ativos, dinâmicos, portadores e geradores de significados. Sendo assim, por meio de sua análise, pode-se encontrar uma linha para estudar as pessoas e seu mundo social. Vários pesquisadores tem afirmado a importância de se realizar abordagens da cultura material através desta perspectiva (DEETZ, 1977; HODDER, 1992; LEONE, 1984, 1988; MILLER, 1987; ZARANKIN, 2001).

Os arqueólogos que têm trabalhado o conceito de ideologia derivado da ótica marxista se baseiam na teoria de que esta se fundamenta e surge na infraestrutura⁷. Portanto, a ideologia funciona para encobrir e mascarar as contradições e os conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção (HODDER, 1994:77).

O conceito de ideologia adotando esse viés tem feito grandes contribuições para arqueologia histórica. O trabalho de Leone, por exemplo, adotou o conceito proposto por Althusser que considera que uma ideologia pressupõe uma série de práticas e representações materiais, cuja existência física consubstancia em um determinado aparelho (ZARANKIN, 2001:38). A ideologia para Althusser é funcionalmente necessária em toda sociedade, é uma organização prática inconsciente do cotidiano (HODDER, 1994:82).

Procurando entender as transformações de ordem econômica entre os séculos XVIII e XIX na cidade de Annapolis, nos Estados Unidos, Leone se debruçou sobre os aspectos ideológicos presentes naquela sociedade. Ele estudou a disposição espacial de um jardim do século XVIII, recuperado por arqueólogos históricos na cidade de Annapolis, em Maryland. O contexto histórico da região aponta que durante este século o controle social ostentado pelos proprietários de plantações rurais estava debilitado em vários aspectos e os membros da sociedade burguesa como Willian Paca, proprietário do referido jardim, vivia a contradição de ter herdado sua riqueza em decorrência da escravidão e ao mesmo tempo de

⁷Infraestrutura são as relações materiais de produção. É a relação dialética do homem com a natureza através do trabalho, no sentido proposto por Engels e também as relações de produção estabelecidas entre os homens. A infraestrutura estabelece e se inter-relaciona dialeticamente com a superestrutura que representa a base ideológica de um determinado sistema de produção. Assim, a superestrutura são as crenças, o direito, a política, a moral, as ideias, a religião, a arte de que justifica e é justificada por um determinado sistema de produção.

defender os ideais de liberdade. Leone (1988) propôs que a posição de poder de Paca esteve legitimada através da natureza, que se materializou nas ideias propostas pela arquitetura georgiana⁸ de casa e o jardim que atentavam para simetria e perspectiva bilateral. O equilíbrio e a organização do jardim em relação a casa davam uma conotação convincentemente natural e ordenada, convertendo a elite no centro natural do controle social (HODDER, 1994:82). Desta forma, a arbitrariedade da ordem social se converteu em algo natural, ou seja, segundo Leone (1988) as ideias sobre a natureza, causa e tempo serviram para mascarar as relações sociais.

A concepção materialista de ideologia utilizada por Leone funcionou em relação às crescentes contradições da sociedade em Annapolis no século XVIII, mas sua contribuição mais importante está relacionada com o objetivo de analisar como as estruturas do significado simbólico podem estar relacionadas com as estruturas e sistemas sociais. “O trabalho de Leone foi um retorno da arqueologia histórica às estruturas simbólicas que estiveram vinculadas diretamente às estruturas sociais mediante aos aspectos ideológicos” (HOODER, 1994:80).

Assim, a maioria dos pesquisadores que segue esta linha de análise considera que a organização e o funcionamento de qualquer sociedade implica, obrigatoriamente, em referir-se de maneira explícita às relações de poder (ZARANKIN, 2001:25). São nestas relações que atuam as ideologias, criadas por interesses distintos. Por exemplo, o jardim de Paca, foi criado para legitimar seus próprios interesses: afirmação do seu *status* social perante a sociedade de Annapolis.

⁸Arquitetura georgiana é o nome dado à arquitetura produzida ao longo dos reinados de George I, George II, e George III e George IV do Reino Unido, compreendendo o período de 1720 a 1840, aproximadamente. Este estilo não é fortemente unificado, pois transita do final do Barroco até o ecletismo romântico de meados do século XIX, passando pelo Neoclassicismo, recupera traços do Rococó e assimila influências do Neogótico. As estruturas geralmente empregam uma forma básica clássica, mas incorporam uma série de elementos e ornamentos daquelas outras origens. Esse ecletismo agradou especialmente a classe média, mas também serviu à nobreza. As casas são geralmente de dois pavimentos principais, amplas e confortáveis, com uma distribuição simétrica e regular de aberturas, e uma ornamentação relativamente discreta, mas podendo ter uma entrada bastante imponente com pórticos, escadarias e colunatas. Foi um estilo largamente empregado nas Ilhas Britânicas, nos Estados Unidos, Canadá e em outras colônias inglesas (Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Georgian_architecture).

De acordo com Hodder (1986) todos os aspectos da cultura material possuem seus componentes simbólicos. A construção desses significados é sempre uma prática social. Além da identificação de funções utilitárias em um determinado artefato, também percebem-se funções sociais do mesmo, que podem ser utilizadas para simbolizar, por exemplo, uma posição social ou para legitimar posições de autoridade.

Considerando estes pressupostos, esta pesquisa tem como objeto de estudo as louças oriundas da região norte de Alagoas, recuperadas em cinco engenhos e um entreposto comercial.

Ora, louças são objetos inseridos no cotidiano e estão assim carregadas de valores e sentidos próprios de uma determinada sociedade que as utilizaram, neste caso, os senhores de engenho daquela região. Desse modo, esta categoria cerâmica pode ser utilizada para denotar ideologias, transmitindo seus valores e significados por meio de um discurso material nãoverbal, que podem ser interpretados quando a cultura material de sítios históricos é analisada associada aos dados contextuais.

Nos sítios históricos escavados atualmente no Brasil as louças se constituem em uma das categorias cerâmicas mais populares. Em decorrência disto, muitos arqueólogos têm desenvolvido pesquisas, guiados por problemáticas influenciadas pelas diversas abordagens teóricas que foram discutidas anteriormente. A seguir, serão expostas algumas pesquisas desenvolvidas que tiveram as louças como fonte de estudo para compreender os processos sociais e econômicos de determinados grupos sociais.

1.3 As louças contam história materiais

Na arqueologia histórica muitos arqueólogos têm observado que as louças possuem um grande potencial interpretativo. Muitas pesquisas vêm sendo desenvolvidas, fundamentadas em diversas problemáticas como relações de poder, gênero, discurso ideológicos, análise de classes, status socioeconômicos, entre outros.

No Brasil, assim como nos Estados Unidos, vários pesquisadores vêm dedicando pesquisas para a análise e interpretação das louças, como tem

demonstrado os trabalhos de Zanetinni (1986), Lima (1989; 1995; 1996), Araújo e Carvalho (1993), Symanski (1997), Tocchetto et al (2001), Otto (1977), Spencer-Wood e Heberling (1987), Miller (1987), Beaudry et al (1991).

Nos trabalhos de cunho processualista, destaca-se a pesquisa desenvolvida por Otto (1977), que buscou observar os padrões referentes aos hábitos alimentares específicos de determinados grupos sociais relacionados a sua classe econômica com a cultura material encontrada no sítio. Otto comparou amostras de louças associadas aos proprietários, aos administradores e aos escravos de uma *plantation*, ocupada entre os anos de 1794 e 1861. Nos resultados obtidos, ele verificou que 80% (oitenta por cento) da amostra pertencente aos proprietários era compostas por pratos, sendo apenas 8% (oito por cento) que se caracterizavam em malgas. Já os objetos pertencentes aos administradores representavam 25% (vinte e cinco por cento) dos utensílios referentes à malga, enquanto que nas habitações dos escravos estes mesmos objetos se caracterizaram em um total de 40% (quarenta por cento). De acordo com Otto, esses resultados foram indicativos dos hábitos alimentares distintos, entre os proprietários e os escravos, com os primeiros privilegiando alimentos sólidos e os escravos dando “preferência” aos ensopados.

Como são itens padronizados que apresentam períodos de fabricação específicos, as louças também são utilizadas em algumas pesquisas como indicadores cronológicos. Um dos métodos mais empregados por arqueólogos é o *terminus post quem*, que considera o ano inicial do artefato mais antigo para o início da formação do depósito arqueológico. South (1972) também desenvolveu uma forma para calcular a data média de ocupação de sítios históricos, denominado de *Mean Ceramic Data Formula*⁹, que é representada pela seguinte expressão:

⁹ Nesta formula Xi corresponde a data média da manufatura de cada tipo de louça; fi a frequência de fragmentos de cada tipo, e n o número de tipos de louça na amostra.

$$Y = \frac{\sum_{i=1}^n X_i \cdot f_i}{\sum_{i=1}^n f_i}$$

A data média de ocupação do sítio é calculada e obtida a partir da multiplicação de cada tipo por sua respectiva data média, que posteriormente deverão ser somados aos demais tipos que já foram trabalhados. Assim, a data média é obtida quando os fragmentos considerados para o calculo são divididos, obtendo-se deste modo a data média para ocupação do sítio estudado.

Alguns arqueólogos, como Deetz (1977) enfatizaram que a utilização deste método deve ser feita com ressalvas, visto que um grande número de fatores pode ser considerado para explicar a ausência de um determinado tipo de artefato em um sítio arqueológico (SYMANSKI, 2001:137).

Outras pesquisas destinadas a compreender o modo no qual a variabilidade do status social é refletida arqueologicamente procuram entender o comportamento de consumo de determinadas unidades domesticas. Um pressuposto básico é que o poder de compra do individuo estará refletido na qualidade do material encontrado no registro arqueológico. Uma das abordagens utilizadas com frequência para inferir a posição dos ocupantes de um sítio é determinada pela escala econômica proposta por Miller (1980), que buscou listas de preço dos fabricantes de louças em Staffordshire, Inglaterra, para os anos de 1796, 1814, 1833 e 1846 e em uma fabrica escocesa denominada de *Fife Pottery* para o ano de 1855. Posteriormente, Miller expandiu sua pesquisa e sua escala econômica pode ser utilizada para análises das louças até o ano de 1880. Um dos aspectos observado pelo pesquisador foi que os preços das louças variavam principalmente em função da complexidade técnica na aplicação da decoração (SYMANSKI, 1997; 2001; LIMA, 1995).

No Brasil, a pesquisa realizada por Symanski (1997) no Solar Lopo Gonçalves, utilizando a escala econômica proposta por Miller (1980), obteve um

resultado satisfatório na identificação do comportamento de consumo das famílias que residiram nesta unidade doméstica durante o século XIX. A partir da análise das louças e da própria estrutura de habitação, Symanski propôs discutir não só as questões relacionadas ao comportamento de consumo dos ocupantes desse sítio, mas também suas mudanças com o decorrer do século. A amostra foi dividida em dois períodos, referentes às duas famílias que ocuparam o solar entre 1850 e 1890. As diferenças entre o material atribuído a cada ocupação indicaram mudanças no modo de uso desses itens de consumo que foram explicadas em função de um contexto mais amplo, relacionado ao do desenvolvimento urbano de Porto Alegre no século XIX (SYMANSKI, 1997).

Nos estudos pós-processuais voltados a entender o comportamento de consumo, se destacam as pesquisas desenvolvidas por Beaudry et al (1991), no complexo de Boot Mills, em Lowell, Massachussets. Nesta pesquisa foram escavados duas áreas, uma pensão e um prédio de apartamento, ambos ocupados por empregados de uma fábrica no final do século XIX. A cultura material recuperada dessas unidades mostrou “a expressão, se não de resistência, de aspirações pessoais e auto-expressão” dos trabalhadores da fabrica (BEAUDRY et al, 1991:167 *apud* SYMANSKI, 2001:150). A amostra de louça oriunda dessas unidades relevou uma predominância de louças brancas. Entretanto, no prédio destinado aos supervisores da fábrica foi evidenciado um serviço de mesa mais elaborado, sendo encontradas também peças para o consumo de chá e café, ausentes na pensão. Vale ressaltar que as circunstancias econômicas de ambos os locais eram similares. Beaudry et al (BEAUDRY et al, 1991:167) entende que a presença de um serviço de mesa mais requintado demonstra a necessidade de seus ocupantes de imitarem os rituais de refeição da classe média, que em contraponto com a pensão possuía apenas os itens básicos necessários para consumir alimentos.

A pesquisa realizada por Beaudry et al demonstra que as louças recuperadas nos contextos históricos podem sim ser interpretadas como elementos no discurso social. No Brasil, Lima (1996) tem enfatizado essas questões realizando pesquisas voltadas a compreender como as louças foram inseridas no ambiente doméstico oitocentista da sociedade no Rio de Janeiro. Ela investigou a utilização destes

objetos pela sociedade carioca, buscando compreender a partir da cultura material a emergência de um modo de vida burguês no rio de janeiro, antecedendo a instalação da burguesia propriamente dita. O modo de vida burguês é visto por Lima (1996) como as formas de comportamento decorrentes da ideologia de privatização que valorizava o individualismo, as fronteiras entre o público e o privado, o universo familiar e a ritualização da vida cotidiana, a acumulação de capital e a ascensão social (LIMA, 1995:130). Assim, sua pesquisa buscou compreender de que modo as louças foram utilizadas para imposição e manutenção de limites sociais naquela sociedade.

Os conceitos utilizados por Lima (1995) – representação social - e Leone (1988) – ideologia - estão sendo utilizados nesta pesquisa, com o objetivo de compreender como as louças foram incorporadas no cenário doméstico da sociedade açucareira oitocentista portocalvense e o que elas representavam.

Como foi discutido ao longo deste capítulo, os dados contextuais são muito importantes na arqueologia histórica, pois dão subsídios para que o pesquisador possa interpretar o significado do artefato para a sociedade que o utilizou. Deste modo, o próximo capítulo fará uma discussão contextual a respeito da região de estudo e dos processos socioeconômicos no qual a sociedade açucareira esteve inserida no século XIX.

2. CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DOS ENGENHOS BANGUÊS NO SÉCULO XIX NO NORTE DE ALAGOAS

O objeto de estudo desta pesquisa está localizado no norte de Alagoas (ver figura 1), antiga comarca de Porto Calvo, um dos primeiros lugares em Alagoas ocupado pelos portugueses. A ocupação da região deu-se em razão do projeto político-militar que tinha como objetivo a defesa das terras para proteção da Capitania de Pernambuco. De acordo com Lindoso (2000:17), a geografia da região era um ponto estratégico militar, pois estava situado num interlúdio¹⁰ que facilitava acessos e saídas importantes da Capitania.

A fundação da Vila de Porto Calvo está atribuída à Cristovão Lins, a quem foram doadas terras que se estendiam do Rio Camaragibe ao Cabo de Santo Agostinho. A sesmaria recebeu o nome de Santo Antônio dos Quatro Rios – Manguaba, Camarajibe, Santo Antônio Grande e Tatuamunha – e compreendia as terras entre os rios Manguaba, passando pelo Camaragibe (Matriz e Passo do Camaragibe), Tatuamunha (Porto de Pedras) e chegando ao rio Santo Antônio, em São Luiz do Quitunde (LINDOSO, 2000:18).

De acordo com a documentação escrita, Cristovão Linz teria fundado os primeiros engenhos banguês¹¹ dando início a monocultura da cana de açúcar que permeou a economia da região por vários séculos. O sucesso desta atividade agrícola em Porto Calvo elevou a esta porção da província ao posto de mais importante e principal fornecedor de açúcar para toda região entre os séculos XVI e XVIII (DIEGUES JÚNIOR, 2006a:120).

¹⁰ Elevações no terreno que servem de limites geomorfológicos entre duas bacias hidrográficas ou cursos d'água.

¹¹ Segundo Diegues Júnior são denominados Banguês os engenhos de unidades pré-industriais especializada na transformação da cana sacarina em açúcar ou outros derivados, como o melaço ou a aguardente de cana. Sua força motriz está ligada a água ou a tração animal (DIEGUES JÚNIOR, 2006:29). Para Campos banguês são os engenhos que possuíam um forno de tijolo, dentro do qual se acende o bagaço ou a lenha, por uma fornalha localizada na extremidade, cujas chamas aquecem o fundo das tachas, de forma chata e hemisférica, saindo o fumo por uma chaminé, situada na extremidade oposta (MATTOS, 1942:65 apud CAMPOS, 2001:21).

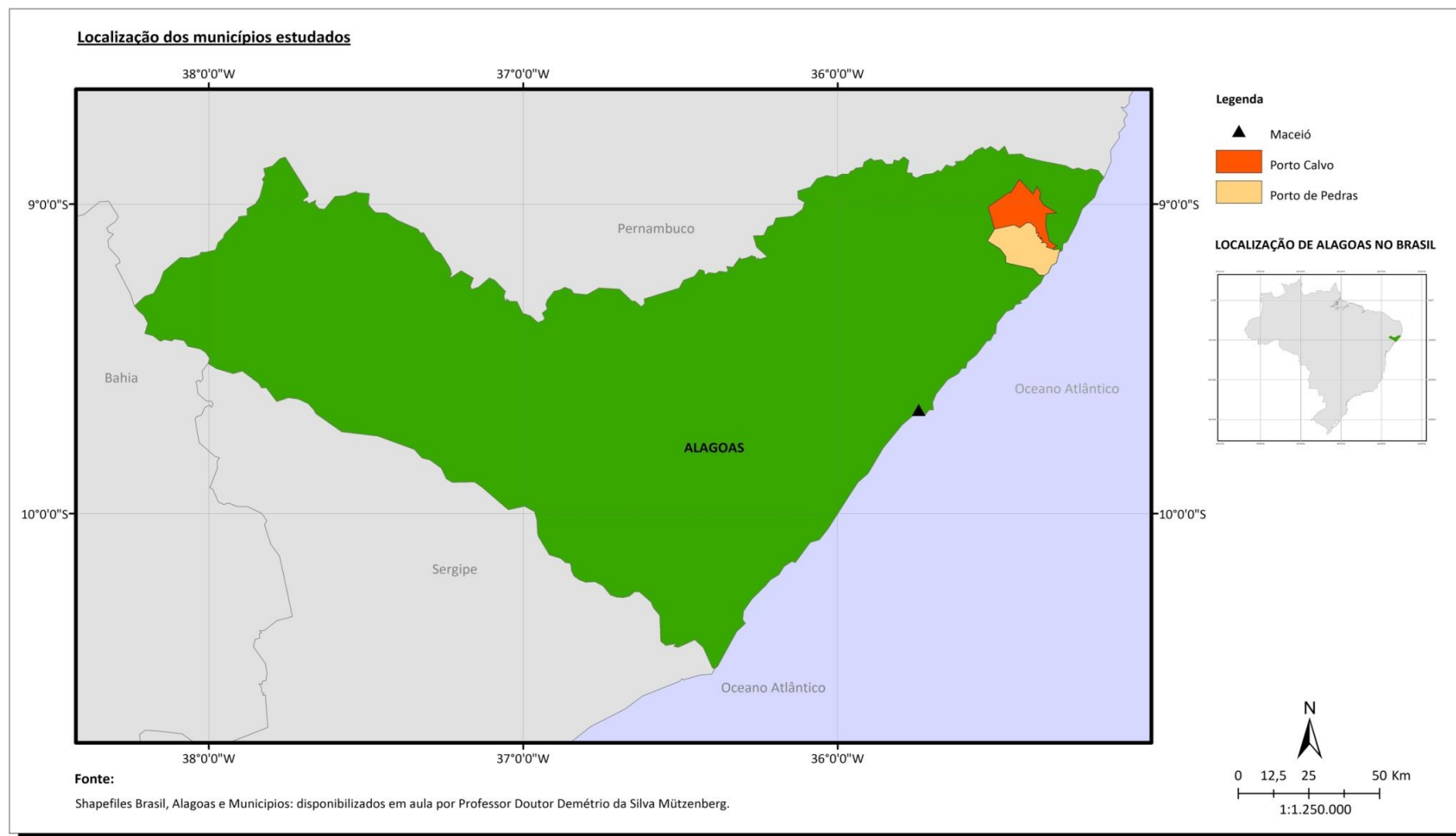


Figura 1 – Área de estudo. Mapa: Daniela Ferreira.

2.1. Status social, decadência e aquisição de materiais nos engenhos banguês.

Os séculos XVI e XVIII se caracterizaram, em Porto Calvo, pela expansão territorial em direção ao interior da colônia, gerado pela intensa plantação da cana de açúcar. De acordo com Diegues Júnior (2006a:120), o número de engenhos banguês cresceu tanto que em 1718 a região de Porto Calvo já contabilizava 33 empreendimentos agrícolas, passando para o número de 160 no início do século XIX (SANT'ANA, 1970:278).

A ocupação desses novos territórios se deu mediante a formação de famílias através de estratégias matrimoniais, que se baseavam no modelo patriarcal correspondente aos ideais oficializados pela igreja católica no Concílio de Trento. Alguns relatos de cronistas narram que para alastrar seu poderio, os donos de engenhos praticavam intensamente a endogamia – primos casavam-se com primas, tios com sobrinhas – e graças a esses casamentos, as famílias senhoriais aumentavam sua área de influência e, conseqüentemente, seu patrimônio – terras, escravos e bens.

Durante o período colonial e imperial a união entre duas pessoas “iguais”, ou seja, mesma cor, religião e condição social, foi muito recomendada pela igreja. Vários manuais de casamento escritos nesta época em Portugal aconselhavam o matrimônio entre indivíduos da mesma situação social como medida para garantir a harmonia entre os cônjuges. O “Guia dos Casados” de autoria de Francisco Manoel de Melo (1747), ensinava que para assegurar a felicidade os casados deveriam rejeitar a desigualdade no sangue e na fazenda (posses).

Desse modo, nas terras onde o açúcar imperava, o modelo de sociedade patriarcal foi decisivo para o sucesso dos engenhos de cana de açúcar. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1997) nestes engenhos a família prevalecia como centro de todas as coisas, e no centro do grande grupo o senhor de engenho era o todo poderoso chefe, o respeitado *pater-família*. O Jesuíta André João Antonil, no início do século XVIII, descreveu a importância de ser senhor de engenho na sociedade colonial no Brasil:

O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino. Porque engenhos há na Bahia que dão ao senhor quatro mil pães de açúcar e outros poucos menos, com cana obrigada à moenda, cujo rendimento logra o engenho ao menos a metade, como de qualquer outra, que nele livremente se mói; e em algumas partes, ainda mais que a metade (ANTONIL, 1997:75).

Neste ambiente totalmente rural a grande propriedade constituía-se em um dos centros da riqueza e da pobreza. Segundo Del Priore, o objetivo desses senhores era a acumulação de escravos e terras, que se constituíam em fatores de honraria e poder. A eles se subordinavam familiares e agregados (negros alforriados, mulatos livres, brancos pobres que prestavam ajuda no engenho), escravos, lavradores da cana e o próprio clero (DEL PRIORI, 2000:10).

Para Schwartz (1988), os senhores de engenho eram diferentes dos barões feudais que viviam isolados, cercados por servidores alheios ao mundo exterior. Os produtores de açúcar diversificavam seus negócios, investindo em fazendas de gado, navios mercantes e propriedades urbanas, mantendo-se atualizados sobre a cotação do açúcar em Lisboa e Amsterdã. Desta forma, “esses proprietários, invariavelmente brancos, ou assim considerados, arrogavam-se o *status* de nobreza e o direito de exercer o poder localmente”.

No norte do estado de Alagoas os senhores de engenho, além da influência sobre a economia, atuavam fortemente sobre a política. Eles constituíram a “figura de Deus e do Diabo nas terras do açúcar” (DEL PRIORE, 1998:39). Cada um se apresentava como chefe político; o governo se sustentava neles, contando com seu apoio para esse ou aquele partido. Estes senhores eram absolutos em suas terras; aplicavam justiça, distribuíam e gozavam de privilégios.

Até o final do século XIX em Alagoas o engenho se constituía em centros de atividades políticas da província, como, de resto, fora na colônia. O Senhor de Engenho não era apenas o chefe de sua propriedade; seu prestígio alargava-se por todo o espaço que o rodeava e ia juntar-se com o de outros proprietários, formando um verdadeiro bloco homogêneo (DIÉGUES JUNIOR, 2006a:209). Foi perante esta conjuntura político-social, que a economia açucareira do norte de Alagoas prosperou e se consolidou. Os engenhos se caracterizaram como locais

importantes da região e seus proprietários possuíam os direitos e privilégios que poucos conseguira alcançar.

Contudo, no início do século XIX a economia açucareira no Brasil foi afetada por uma acentuada crise decorrente de diversos fatores: um dos principais esteve relacionado ao modo rudimentar como era produzido o açúcar no Brasil, que o colocava abaixo na competição por consumidores no mercado mundial. Durante todo este século os engenhos banguês sofreram os impactos provocados pela industrialização, que se acentuaram quando surgiram na região os primeiros engenhos a vapor¹² que produziam açúcar em maior quantidade, com menor custo e menor tempo.

Este novo modo de produção ameaçou o sistema dos banguês e, principalmente, o prestígio que os senhores de engenhos detinham.

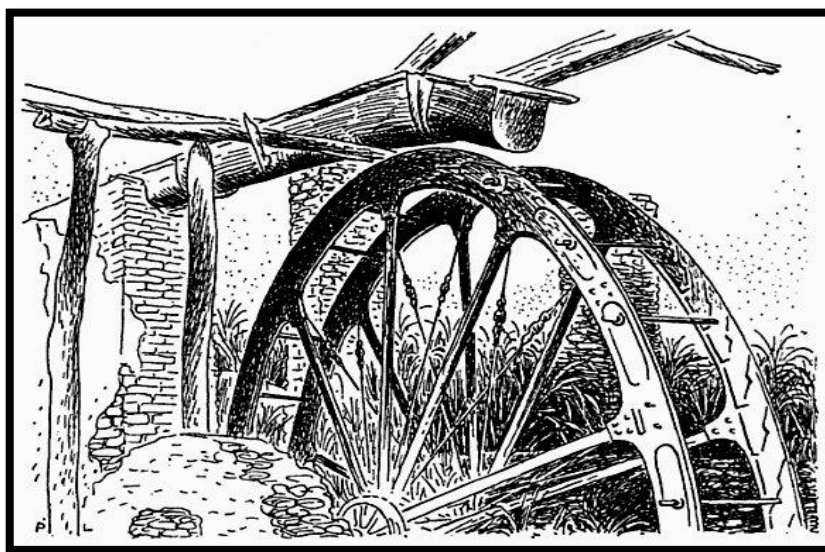


Figura 2 – Roda de Engenho Movida a Água. Fonte: Diegues Júnior, 2006:43

¹² A utilização do vapor no engenho de açúcar iniciou-se nas primeiras décadas do século XIX, ou mais exatamente em 1815, e na Bahia. Foi um dos mais notáveis melhoramentos a verificar-se na economia açucareira. Os maquinários dos engenhos a vapor, bem como peças avulsas, eram importados da Europa, e particularmente da Inglaterra, tal como se vê em anúncios de jornais Pernambucanos do século XIX (DIEGUES JÚNIOR 2006a: 43).

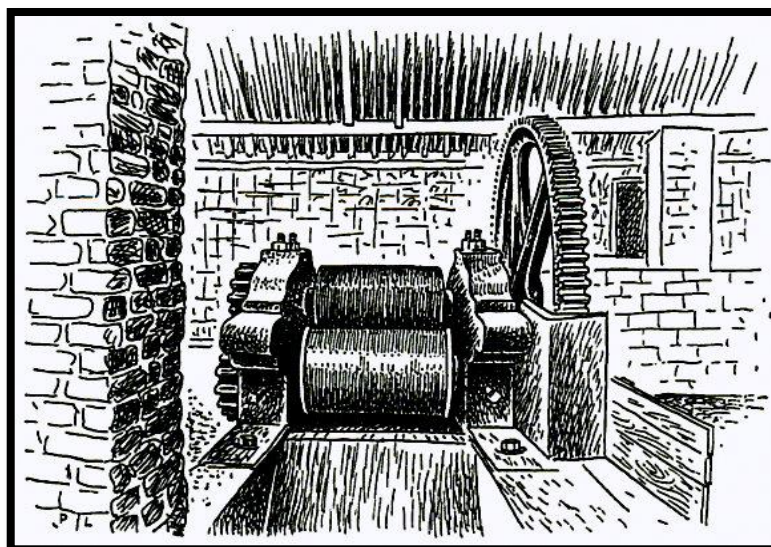


Figura 3 – Máquina à Vapor. Fonte: Diegues Júnior, 2006:46

Em contraponto a realidade dos engenhos brasileiros, já no início do século XIX, Cuba havia iniciado a transformação das antigas fábricas em unidades semi-mecanizadas, havendo, no ano de 1860, 1.318 engenhos, sendo 67,45% dessas unidades movidas a vapor. Na mesma época, em Pernambuco, a mecanização dos engenhos oscilava entre 1% e 2%, havendo 1.606 fábricas produtoras de açúcar (PERES E PERES, 1991:30-31, 72-74 3 79 *apud* CAMPOS, 2001:26).

EXPORTAÇÃO ANUAL CUBANA E BRASILEIRA DE AÇÚCAR 1885-1899		
Safras	Cuba Toneladas	Brasil Toneladas
1885	651.178	273.311
1886	753.964	112.399
1887	666.233	226.010
1888	676.683	200.000
1889	577.367	200.000
1890	651.595	200.000
1891	844.680	184.902
1892	1.006.476	161.872
1893	840.697	103.962
1894	1.086.262	152.398
1895	1.034.793	163.530
1896	232.067	172.886
1897	218.497	127.712
1898	314.831	126.484
1899	346.872	50.268

Tabela 1 - Exportação anual cubana e brasileira de açúcar 1885-1899 Fonte: Dados referentes a Cuba: Hermes Júnior, 1922:39 e Dados concernentes ao Brasil: Anuário Açucareiro, Rio: I A A, 1935:236 *apud* CAMPOS, 2001:23 (Adaptado).

Neste século, em Pernambuco e Alagoas, os agricultores utilizavam nas várzeas toscos arados puxados por bois; pelo fim de 1880 começaram a importar arados franceses, alemães e norte-americanos, “mas ainda confiavam nas enxadas para cavar os sulcos nas encostas das colinas – alegavam que os troncos de árvores e raízes impediam o emprego do arado” (CAMPOS, 2001:30).

A permanência do Brasil no comércio exterior do açúcar dependia do desenvolvimento tecnológico desses engenhos, que possibilitaria manter à disposição do mercado mundial 400 ou 500 mil toneladas de açúcar, como acontecia em Cuba, sendo necessário um aumento quantitativo na produção (CAMPOS, 2001:22). Retomar o mercado externo significava transformar o açúcar em um produto mais competitivo, diminuindo os custos de produção por intermédio da melhoria técnica, tanto no setor agrícola, quanto no setor industrial.

Para isso, os engenhos banguês deveriam adotar novas tecnologias. Estas, por sua vez, demandavam grandes investimentos que exigiam do proprietário capital ou crédito. Entretanto, o investimento via crédito não era possível, em virtude do pequeno número de instituições creditícias no Império, que preferindo correr menos riscos emprestavam dinheiro aos comissários do açúcar, que emprestavam dinheiro aos produtores do setor, cobrando altos juros e endividando cada vez mais o fabricante e, conseqüentemente, dificultando a modernização dos engenhos do nordeste brasileiro (CAMPOS, 2001:27).

O comissário do açúcar, de quem o Senhor de Engenho levantava capital, emprestava dinheiro por até 6% ao mês de juros, para empréstimos de curto prazo. Por sua vez, o comissário, pagava aos bancos, de onde tomava seu dinheiro emprestado, uma taxa básica de juros correspondente entre 0,75% e 1% ao mês (EISENBERG, 1977:91). É frequente na documentação histórica do século XIX se encontrar relatos de senhores de engenhos maldizendo os métodos dos comissários.

Vários, chamando-os de “usuários”, “agiotas”, “uma horda de harpias sociais”. Esses senhores ainda protestavam contra a “infernial usura” e os “dragoninos adiantamentos” que o “correspondente que de mãos dadas com o armazenário sugava do pobre agricultor” (EISENBERG, 1977:91).

O deslocamento do eixo econômico para o sul, em decorrência da expansão da produção cafeeira, contribuiu para que a crise no sistema se acentuasse. O crédito oficial cedido pelo governo imperial passou a ser direcionado para as províncias do Centro-Sul, porque sua participação na pauta das exportações brasileiras entre os anos 1851 e 1880 superava a do açúcar. De acordo com Campos (2001:25) entre os anos de 1851 e 1860, o café somou 48,9% do total das exportações nacionais, enquanto que o açúcar representou 21,2%. Na última década que antecedeu ao fim do império, a participação do café nas exportações nacionais cresceu consideravelmente, atingindo 56,6%. Nesse período o açúcar já se encontrava em uma acentuada crise exportando apenas 11%, como pode ser observado no gráfico abaixo:

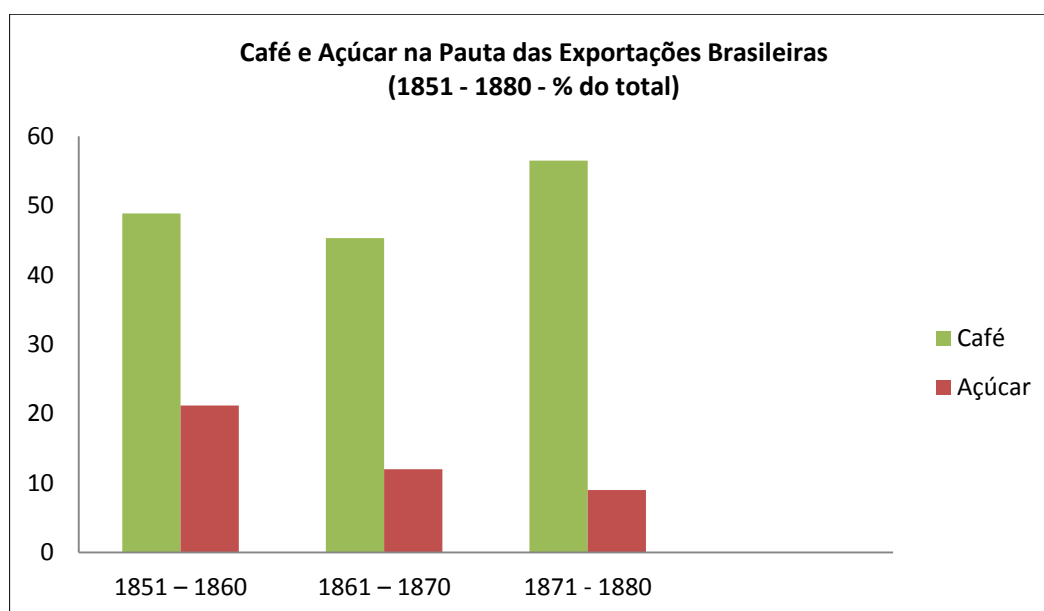


Gráfico 1 - Café e Açúcar na Pauta das Exportações Brasileiras Fonte: “Brésil d’aujourd’hui” in Perruci, 1978:83 Apud CAMPOS 2001:25 (adaptado).

Alguns agricultores da cana escreviam cartas culpando o governo imperial pela falta de auxílios destinados aos engenhos banguês. Nestas cartas os proprietários desses empreendimentos rurais denominavam o governo de “Rei-Café” (SANT’ANA, 1970:305).

Com a abolição da escravidão, pronunciada com a Lei de 1850 (abolição do tráfico de escravos) e, posteriormente, com a Lei de 1871 (Lei do Ventre Livre) a vida dos engenhos banguês se tornou quase impossível, uma vez que estes tinham no trabalho escravo um dos elementos fundamentais do seu sucesso. No ano de

1860 em Alagoas, o Presidente Pedro Leão Veloso, que também era proprietário de engenhos banguês, ao acentuar a crise advinda com a repentina cessação do tráfico de africanos, refere-se a estes dizendo: *“fora dos banguês nenhuma outra fonte de riqueza temos”*. De acordo com ele, o quadro que a agricultura da província oferecia *“nada tinha de alegre, e mais triste seria o povir”* (DIÉGUES JÚNIOR, 2006a:125).

O engenho banguê começava a sofrer seus desencantos, que se agravou ainda mais no final do século com o aparecimento das usinas. Sobre a situação destes na região de Alagoas durante o século XIX Diegues Júnior diz:

Este passado, o do esplendor do banguê, fora dos séculos anteriores. O início do XIX já apresentava os indícios de declínio do prestígio do banguê, assim o final do século é apenas o ponto culminante dessa situação desagradável para o engenho. (DIÉGUES JUNIOR, 2006a:121)

Durante todo o século XIX, encontra-se em jornais anúncios de vendas de engenhos; alguns não explicam o motivo; outros não o escondem, como é o caso, por exemplo, do proprietário do engenho Cachoeira de Baixo que confessa “falta de suficientes forças”. Também Francisco Henrique Silveira, Senhor do Engenho Boa Vista, anunciava a venda de sua propriedade e acrescentava: “Não por não ter forças do trabalho do mesmo” (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 15 de abril 1861). Outras vendas sem motivos alegados também são encontradas em jornais do século XIX.

Já no início do século pode-se observar muitos anúncios de vendas de engenhos, como os descritos a seguir:

Vende-se um engenho denominada Lagamar, distante 4legoas para o norte de Goiania; moente e sem escravatura. Quem pretender dirija-se a loja junto a guarda da cadeia, que lhe dirão quem pretende vender. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 19 de Abril de 1827)

Mais um engenho banguê a venda:

Quem quizer comprar um engenho de fazer assucar denominado Limoeiro de Cima cito na freguesia de N. S. da Escada, procure o advogado Alexandre Bezerra de Albuquerque Uxoá, morador na rua do Rosário, que tem ordem do dono para tratar do seu ajuste. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 21 de Maio de 1827)

Na Sessão de arrendamentos também é observado muitos anúncios relacionados aos engenhos:

Arrenda-se engenho Riacho do Padre na Freguesia de Sirinhaem a pessoa que o quizer arrendar dirija-se a pracinha do corpo santo casa nº 67 que o achará com quem tratar. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 21 de Maio de 1827)

Esta situação, a de venda de engenhos e a de cobrança de dívidas, traduzia as dificuldades pelas quais passavam os banguês, que se sustentava no processo rudimentar do fabrico do açúcar. Enquanto isso, a introdução dos engenhos a vapor no estado de Alagoas era aclamada com louvor na Assembleia Legislativa, onde o presidente José Bento da Cunha Figueiredo, no ano de 1851, refere-se à existência engenhos movido a vapor em Alagoas:

Já a pouco chegaram os jogos de aparelho de força centrífuga para clarificar ou cristalizar o assuçar; mandado vir pelo governo provincial em conformidade com da Lei n. 167, de 28 de julho do ano passado.

Na documentação escrita¹³ se encontram vários casos de apoio do governo de Alagoas ao novo sistema, que no propósito de dar melhor orientação, baseado na lei nº 266, mandou ao Rio de Janeiro senhores de engenho, “com o fim de lá estudarem o novo *systema* de moagem da *canna* realizado com muita vantagem pelos ilustrados *inglezes* Dogson e Coats em suas fazendas”¹⁴.

O Presidente João Marcelino de Souza Gonzaga, em sua “fala” no ano de 1863, não esconde o mau estado dos engenhos banguês perante a agricultura alagoana. Entre alguns aspectos, o mesmo salienta a diminuição das safras de açúcar em decorrência da implantação dos novos engenhos a vapor.

¹³ A documentação citada é referente a jornais do século XIX – Diários de Alagoas – e atas de reuniões da Assembléia Legislativa da Prov. de Alagoas, analisadas por Diégues Junior(2006).

¹⁴ SÁ E ALBUQUERQUE, Antônio Coelho. Fala dirigida à Assembléia Legislativa da Prov. Alagoas (...) Recife, 1856

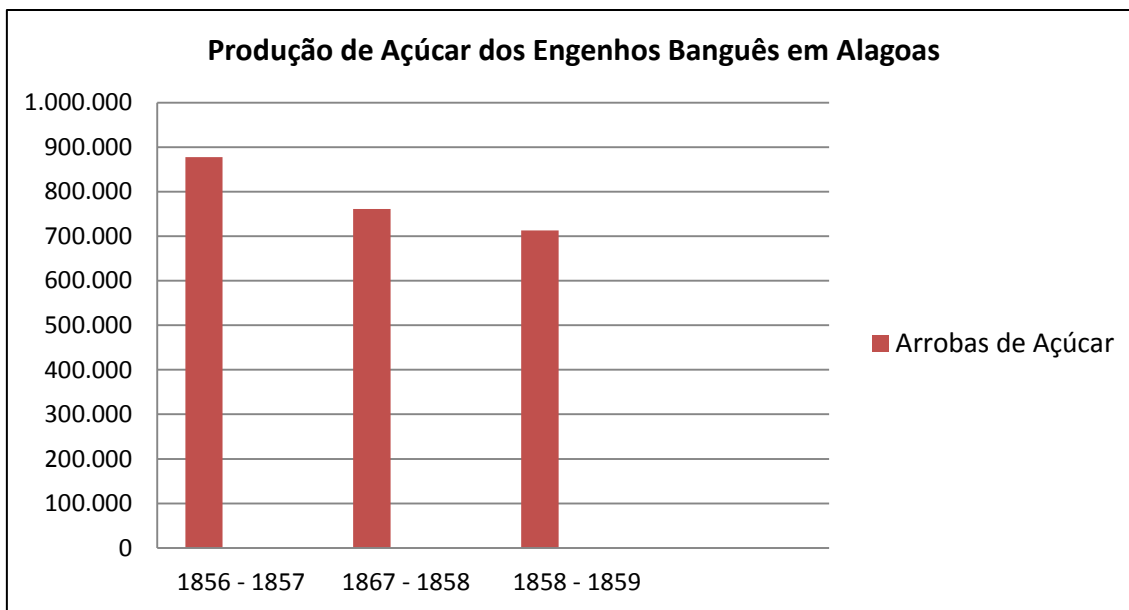


Gráfico 2 - Diminuição na produção de açúcar dos engenhos banguês. Fonte: DIÉGUES JÚNIOR, 2006a:126 (Adaptado).

Para tentar levantar a economia açucareira no Brasil o governo imperial, cedendo às pressões dos produtores de açúcar, criou o projeto dos engenhos centrais que constituía para época uma revolução técnica naquela indústria. A criação dos engenhos centrais visava aumentar e aperfeiçoar a fabricação do açúcar, separando este trabalho do que constituía propriamente a lavoura da cana (SANT'ANA 1970:329). O aviso-circular do Ministério da Agricultura de 30 de abril de 1875, falava sobre a concessão de auxílio, pela Província, a pessoas que por todos os títulos estivessem em condições de realizar tais empresas, e que fossem capazes de dirigi-las e fazê-las prosperar.

A reação dos produtores de açúcar pernambucanos e alagoanos à política econômica do governo imperial manifestou-se em 1878, quando aconteceu o 1^o Congresso Agrícola do Rio, levado a efeito no mesmo e que se ocupou exclusivamente dos problemas da lavoura cafeeira. Neste congresso, foi apontada como solução às aspirações da aristocracia açucareira de Pernambuco a modernização dos velhos engenhos d'água e animais ou a fundação dos engenhos centrais pelos próprios agricultores, através de uma associação, a fim de que eles pudessem concorrer com os engenhos de Cuba (CAMPOS, 2001:29).

Fazendo um paralelo com os escritos deixados pelo viajante Henry Hoster, Eisenberg (1977), aponta que este não era um desejo de todos os agricultores de

açúcar. De acordo com ele, a combinação de terra barata com trabalho produziu a aristocracia açucareira uma atitude conservadora, rotineira em relação à inovação tecnológica. Esta postura também fora reafirmada no ano de 1860 quando um deputado provincial lamentou a aversão dos agricultores contra as inovações tecnológicas (EISENBERG, 1977:64).

Entretanto, documentos pesquisados do século XIX por Carvalho (1988) mostram que o custo ainda era uma preocupação básica. Descapitalizados, a maioria dos produtores do setor estavam impossibilitados de introduzir tecnologia moderna em seus engenhos. Os poucos empreendimentos agrícolas que aderiram à máquina a vapor eram compradas com os recursos próprios de seus proprietários.

Em Alagoas, no final do século XIX, poucos eram os engenhos que haviam aderido a máquina a vapor. A maioria continuava a funcionar mesmo com uma produção anual de açúcar muito baixa. Em meados de 1875, o Ministério da Agricultura publicou uma pesquisa realizada no estado em que mostrava o número de engenhos e o tipo desses presentes no estado, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

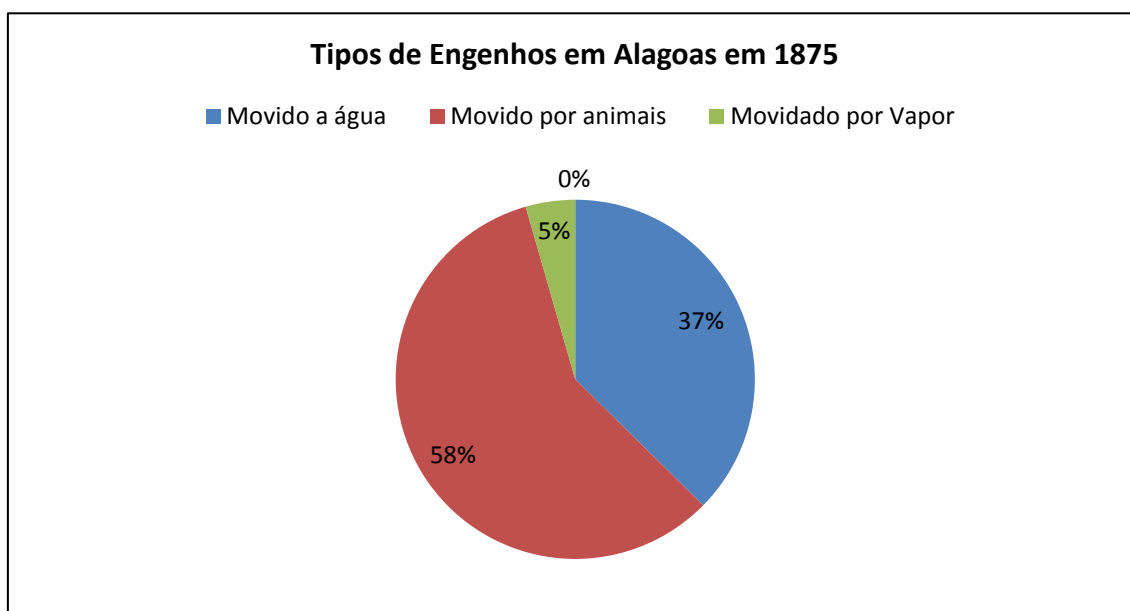


Gráfico 3 - Tipos de Engenhos em Alagoas em 1875. Fonte: SANTA'ANA, 1970:328 (Adaptado).

Entretanto, apesar do declínio pelo qual os senhores de engenhos foram afligidos no século XIX, estes proprietários conseguiram se arrastar no poder

durante várias décadas. Historiadores locais, como Manuel Diégues Júnior, relacionam isso à função que os engenhos exerciam perante a sociedade alagoana, que apesar do gradual declínio;

(...) e do perigo que os engenhos banguês estavam passando, parece fora de dúvida que nas Alagoas o engenho continuou a exercer função primordial nos fatos da sua história; e não exclusivamente de sua história econômica ou política, porque se prolonga à sua história de sua gente, em todos os seus aspectos. Até no período de sua decadência, mostra sua luta permanente contra os novos modos de produção, e até o século atual luta por uma sobrevivência contra a produção industrial que insiste em aniquilar. (DIÉGUES JUNIOR, 2006a:34)

Ora, de que modo este sistema ameaçado e em decadência conseguiu se sustentar até meados do século XX? De que modo a arqueologia histórica, através de seus métodos e abordagens associados aos registros escritos, pode contribuir na compreensão deste processo?

Quando se reporta a sustentação do sistema dos engenhos banguês, pode-se considerar o fato de que estes, mesmo com a maioria de seus proprietários falidos e com grandes dívidas, continuaram com uma produção de açúcar por diversas vezes medíocre para não ter que se afastar das terras e manter o arrogado *status* de senhor de engenho.

É o caso do proprietário do engenho São José (Cova da Onça), que produzia apenas 250 pães de açúcar por ano, mas mesmo assim organizava grandes festas e banquetes para muitos convidados a troco de apresentar aquisições materiais que havia feito para o interior da casa ou mesmo aquisições para o seu engenho, como cavalos e bois. Santana (1970:08) aponta que até meados do século XX no norte de Alagoas existiam Senhores de Engenho a ostentar uma opulência que estava longe de poder manter.

Para outros engenhos que não estavam em condições tão ruins e produziam uma quantidade de açúcar considerável, ostentar pareceria ser uma competição segundo Santana (1970:08). Estes proprietários rurais compravam casas no núcleo urbano de Porto Calvo e Porto de Pedras para facilitar os encontros sociais, uma vez que o acesso aos engenhos em tempos de chuva era demasiado trabalhoso.

Para Carvalho (1988:43) os senhores de engenho da zona da mata nordestina viviam o num principio muito difundido durante o século XIX: “Cada uma dá a festa que pode dar.” O *status* do senhor de engenho era avaliado perante a sociedade em decorrência das festas que dava ou patrocinava. As festas não deveriam sofrer alterações, embora subisse constantemente o custo de vida, e o custo de vida subia à medida que o tempo ia agravando a crise do açúcar.

As senhoras nestas festas sempre deveriam se apresentar abastecidas de joias e com belas roupas. Gastar para a aristocracia açucareira era indício de riqueza. Naquela época de crise ostentar joias era fonte de crédito para custeio das despesas do engenho e para o pagamento das próprias joias. “Senhora de engenho sem joias era conceito intrinsecamente absurdo” (CARVALHO, 1988:38). Quanto mais ouro lhe cobrisse o corpo, mais alto se situava o prestígio da família e o crédito do senhor.

De acordo com Hollanda (2007a:156) a maior parte da população urbana portocalvense no século XIX era composta por senhores de engenho e suas famílias, que não deixavam se integrar-se a vida social, “se abasteciam nas lojas e nas feiras, tratavam de seus negócios, participavam de festas e solenidades.”

No tocante a isto pode ser citado o exemplo do engenho Várzea Souza, em Camaragibe, que foi o primeiro a adquirir um piano inglês. A família Pimentel dona do engenho, para exibição do novo item realizou um grande festejo, com direito a recital de poesia declamada ao som do novo piano (DIÉGUES JUNIOR, 2006a:227).

As aquisições materiais de produtos importados se tornaram mais comuns durante o século XIX, em decorrência de vários fatores que serão explanados com maior clareza mais adiante. O que vale ressaltar é que os proprietários de engenhos no norte de Alagoas foram consumidores assíduos destes produtos, como tem apresentado a cultura material presente nesses engenhos, oriundas das pesquisas arqueológicas.

Pesquisas em inventários *post-mortem* (ver tabela 2) do século XIX em Pernambuco mostram uma relação dos bens em valores que os senhores de

engenhos possuíam e apresentam um panorama de quanto esses senhores investiam em seus bens materiais.

FORTUNA DO SENHOR DE ENGENHO		
Bens do Senhor de Engenho	Valores de Bens do Senhor de Engenho	% dos Bens do Senhor de Engenho
Escravos	496.155\$990	32,62
Engenhos	428.044\$990	28,14
Sobrados na Cidade	172.959\$250	11,37
Propriedades (Fazendas e Sítios)	143.552\$000	9,43
Casas na Cidade	58.322\$537	3,83
Safras de Cana	58.268\$537	3,82
Bois	53.951\$000	3,55
Pães de Açúcar	28.570\$520	1,88
Cavalos	16.115\$000	1,06
Ouro	14.328\$783	0,94
Prata	13.408\$190	0,88
Móveis	9.175\$580	0,60
Objetos de Ferro	6.735\$000	0,44
Burros	6.450\$000	0,42
Carros	3.721\$000	0,24
Méis	3020\$000	0,20
Roças	2.899\$000	0,19
Cobres	2.533\$831	0,17
Barcos	1.150\$000	0,076
Louças	767\$363	0,051
Objetos de lavoura	501\$720	0,033
Carneiros	223\$000	0,015
Aviamentos para fazer farinha	87\$000	0,006
Objetos de latão	55\$980	0,004
Moendas	50\$000	0,003
Livros	39\$380	0,003
Objetos de Arame	4\$840	0,0003
TOTAIS	1.521.089\$987	100,0000

Tabela 2- Fortuna do Senhor de Engenho. Fonte: CARVALHO, 1988:28

Criando diversas estratégias, os senhores de engenho atuaram para manutenção do seu *status* social durante o século XIX. Algumas dessas estratégias, que são contextualizadas pelos dados históricos, se deram por intermédio da cultura material que se refletem atualmente, sobretudo, no registro arqueológico. Estes materiais, por sua vez, representam uma opulência que se tornou mais acentuada durante o século XIX em virtude dos novos padrões de comportamento que foram inseridos na sociedade oitocentista.

2.2. Opulência no Brasil no século XIX: um olhar sob as louças

No decorrer do século XIX, algumas configurações que já se esboçavam no século anterior, em decorrência do processo de industrialização e das transformações econômicas, políticas e sociais dele decorrentes, foram aos poucos se consolidando na Europa Ocidental. “Profundas mudanças estruturais foram responsáveis por novas formas de comportamento, mas condizentes com os interesses das elites vigentes” (LIMA 1995:131).

Desde meados do século XVIII, a Europa assistia as transformações provocadas pela revolução industrial, que culminaram em um conjunto de mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo produtivo em nível econômico e social. Como consequência desse processo, a era da agricultura foi superada, surgindo uma nova relação entre o capital e o trabalho. A partir de então, com uma série de invenções, tais como o motor a vapor, que possibilitava a produção de itens em massa, o capitalismo tornou-se o sistema econômico vigente. Tendo início na Inglaterra, os aspectos da Revolução Industrial se expandiu para mundo a partir do século XIX (HOBBSAWM, 2009:49).

A obtenção de lucros é um dos principais objetivos do modelo capitalista. E um dos seus principais problemas é a concorrência. Paynter (1988:413) chama a atenção para duas estratégias utilizadas pelos produtores para lidar com os competidores: a busca de mercados anteriormente não explorados e a produção de novos itens de consumo para grupos já inseridos no mercado. Assim, no começo do século XIX, o Brasil se apresentou dentro dos quadros da economia mundial como um excelente novo mercado para o despejo dos produtos industrializados europeus, sobretudo, ingleses.

Alguns fatores foram favoráveis para que os produtos industrializados ingleses chegassem ao Brasil em grande demanda. Um desses fatores, foi o confronto que aconteceu no início do século XIX entre a França Napoleônica e a Inglaterra, ambos os países correndo na disputada de mercados consumidores. Para vencer os ingleses, a França decidiu isolar a Inglaterra economicamente, interferindo nas relações que esta mantinha no continente. Para isso, obrigou os países europeus a fecharem seus portos à Inglaterra (ARRUDA, 2008).

Contudo, Inglaterra e Portugal eram velhos aliados¹⁵, de tal modo que D. João foi favorável aos ingleses e como parte do plano traçado, transferiu a corte portuguesa para a colônia brasileira, sob a proteção dos navios ingleses.

Com a corte no Brasil, a Inglaterra foi muito beneficiada, tendo em vista que uma das primeiras ações promovidas pelo príncipe-regente foi a abertura dos portos às nações amigas:

[...] sou servido ordenar interina, e provisoriamente enquanto não consolido um sistema geral que efetivamente regule semelhantes matérias o seguinte = primeiro que sejam admissíveis nas Alfândegas do Brasil todos e quaisquer gênero, fazenda, e mercadorias transportadas, ou em navios estrangeiros das potências que conservam em paz e harmonia com a minha Real Coroa [...] (ARQUIVO PÚBLICO NACIONAL, 1808)

Em 1810 foram firmados acordos que faziam a Inglaterra pagar menos impostos ao Brasil que os próprios portugueses. Nesses tratados, os direitos aduaneiros sobre as mercadorias inglesas eram reduzidas de 15% a 1%, menos do que os que incidiam sobre os próprios artigos portugueses.

Foi neste período que o Brasil passou por acentuadas mudanças estruturais e nos padrões de comportamento social, mais especificamente no âmbito doméstico, quando diversos costumes começam a ser incorporados dentro das famílias brasileiras, principalmente nas que dispunham de um maior poder aquisitivo. Há uma tentativa por parte destas em emular as elites europeias, consumindo diversos itens produzidos em larga escala pela revolução industrial.

Vários elementos atuaram para a conformação dessa nova cultura de consumo no Brasil: o contato mais intenso com a Europa em função de fatores como a chegada da família real e sua comitiva, a abertura dos portos, e o aumento no intercâmbio entre brasileiros e europeus. Esses aspectos fizeram com que as elites brasileiras adotassem modelos e padrões de comportamento similares ao modo de vida europeu, numa busca pela distinção e identificação com um modo de vida mais civilizado (SYMANSKI, 2002; LIMA, 1995).

¹⁵ A influência Inglesa foi assegurada por meio de três tratados nos anos de 1642, 1654 e 1661, que garantia aos ingleses, entre outras coisas, a liberdade de culto residente no reino; proteção aos danos da Inquisição e um status de nação mais privilegiada comercialmente.

Segundo Freyre (2008:69) em meados do século XIX, o refinamento da vida atingiu seu clímax. Em Pernambuco, durante este século um observador “chama atenção para o luxo que começara a tomar impulso” (CARVALHO, 1858:50 *apud* FREYRE 2008:70). Luxo de uma nova espécie: inspirado em modelos europeus, que já não eram ibéricos, mas sim, franceses, ingleses e alemães.

Os anúncios de jornais da época indicam ter sido grande a importação para o Brasil de obras inglesas de literatura, de filosofia e, principalmente, de política em meados do século XIX. Também houve uma considerável importação da Inglaterra, da França, de Hamburgo, de artigos elegantes de uso pessoal, de móveis e espelhos para as salas aristocráticas ou burguesas, de alimentos, vinhos, cervejas e licores considerados finos e capazes de dar prestígio as mesas das casas de famílias que os ostentassem ou as de restaurantes ou hotéis que pudessem oferecê-los aos seus hóspedes (FREYRE, 2008:62).

Em pesquisas realizadas em jornais do século XIX que tinham circulação diária em Pernambuco, é possível perceber a influência que os produtos importados exerciam no cotidiano da sociedade:

No forte do mato na hospedaria *ingleza* tem para vender *hum* novo piano forte chegado proximately de Inglaterra quem o pretender pode-se dirigir-se a mesma hospedaria que lá achara com quem trata. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19 de junho de 1827)

Alguns anúncios especificavam detalhadamente os produtos que as lojas podiam oferecer:

Vende-se: Na loja Antonio Gomes Villar, na rua da Cadeira *caza* nº 10, bairro do Recife tem para vender, além de hum surtimento de fazendas *inglezas*, jamais visto em Pernambuco, as do melhor gosto para *infeites* de senhores como abaixo se explica.

- Famosas levantinas para vestidos de Senhora
- Fitas de sinto de passarinhos, de varias cores,
- Fivellas de sinto, de muito bom gosto,
- Veos* bordados nos quatros faces ingleses,
- Bicos de seda, e tão bem de linha ingleses,
- Setins famosos de várias cores,
- Casas da índia bordadas,
- Vestidos de cassa da índia,
- Babados de dita para vestidos,
- Vestidos de touquim de todas as cores,
- Challes de dito,
- Mantas de dito,

- Lençóis de dito,
- Maulinhas* de varias qualidades, lenços de seda novos padrões,
- Sedas *escuezas*,
- Challes de meninos de todas as cores,
- Meias de seda das *milhores* qualidades,
- Cambraias e cambraelas de linho,
- Damasco de varias cores,
- Tafetás,
- Humsurtimento* geral em obras de brilhante,

Para homens

- Excellentes* meninos que servem para flaques, hoje muito em uso,
- Panos finos de varias cores,
- Duraques de varias cores, riscadinhos de varias qualidades,
- Barretinas de nova *envenção* para militares,
- Fustões De Novos Padrões,
- Canotões De Novos Padrões Para Coletes,
- Sarjas De Varias Cores

Para Ornamento De Sallas

- Espelhos Grande E Pequeno Com Diversas Pintas,
- Quadros. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 20 de novembro de 1828)

E foi assim ao longo do século XIX que as famílias mais ricas reafirmaram seu *status* social perante a sociedade: por intermédio das materialidades, que denotavam um sentimento de distinção, elegância e requinte.

Na região norte de Alagoas o século XIX se caracteriza por profundas mudanças nas estruturas política, econômica e social. Do ponto de vista econômico, no início deste século, muitas empresas britânicas se instalaram no burgo maceioense, fazendo com que no ano de 1824, 30,65% dos navios que aportavam no porto de Jaraguá fossem de origem inglesa, que perdiam apenas para os nacionais que correspondiam a 66,13% (BARROS, 1991).

Através de anúncios em jornais do século XIX as firmas britânicas tentavam vender seus produtos, estimulando a europeização dos modos de vida. Consta no jornal Diário de Alagoas do dia 01 de março de 1858, o anúncio do seguinte faqueiro inglês:

PARA QUEM TIVER BOM GOSTO: Tem o Ribas hum faqueiro de cabos de metal britânico, *emitando* prata, constando de duas dúzias de facas e garfos, 2duzias de colheres, trinchante, colher para *arros*, peixe e salada. (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 01 de março de 1859)

Em outro anúncio, encontram-se à venda chapéus ingleses:

Na loja de *chapeos* de Torquato Ramos tem para se vender o melhor que há em *chapeos* de castor branco ingleses, por *commodos* preços, e de palha do Chile finíssimos. (DIÁRIOS DAS ALAGOAS, 04 de mar. De 1858)

Encontra-se também a venda de manteiga e biscoito ingleses:

Vende-se na casa de F. Pires Carneiro na rua de Palácio n. 16 os seguintes gêneros por grosso e em porções – *genebrahollandeza* em botijas, espermacete, vinho do Porto engarrafado, manteiga *ingleza* e *franceza*, latas de biscoitos ingleses, farelo, algodão para sacos, *serveja* preta e branca. *Champagne*, *graxia* n. 97 em barricas, capas de *borraxe*, ricos cortes de seda para vestidos com babados, salvas de metal prateado, vinho do Porto em barris e de Lisboa, tudo por muito menos preço do que em qualquer outra parte. Também tem muito bons queijos flamengos, vinagres muito bom de Lisboa e pimenta da Índia. (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 05 mar. 1858)

e o anúncio de uma gramática:

Pompeogeographia historia ofengland, manual do guarda nacional, Rego, gramática *ingleza*, folhinhas de Pernambuco de Laemmert, vende-se na loja de José G. Guimarães (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 16 mar. 1858).

A influência inglesa fora tão grande em Alagoas que em meados do século XIX uma porcentagem expressiva da economia alagoana estava baseada na venda de artigos importados ingleses.

Em Alagoas, até o começo do século XIX, os móveis das casas eram pesados, sólidos, em geral, fabricados na cidade de Alagoas do Sul. Na primeira década do século a mobília da casa passa a ter um aspecto diferente, como nota Lima Júnior (1976:72). Eram adquiridas no Bazar das Novidades ou na Casa Duque de Amorim, na rua do comércio em Maceió, rua esta que se desenvolveu em virtude da proximidade com o porto de Jaraguá. Os móveis chegavam de Viena, via Hamburgo, nos cargueiros da Norddeutscher Lloyd Bremen, ou então, vindas de grandes casas importadoras que estava situada no Rio de Janeiro.

Já na segunda metade do século XIX, o luxo relacionado aos adornos materiais para o interior das casas em Alagoas era algo indispensável nas famílias mais abastardas. Sobre a sala de visitas em meados de 1870, Lima Júnior descreve:

Nas salas de visitas das famílias modestas, além de um sofá, no qual se sentavam os donos da casa, quando tinham visitas, ou noivos no dia do casamento, para serem vistos pelo “sereno” (...) viam-se seis cadeiras, duas de braços, duas de balanço envernizadas em cor amarela ou preta, todas com encosto e assento de palhas traçadas. (...) Via-se também um álbum, forrado

com couro da Rússia, fecho de metal amarelo, ou chapeado a ouro, adquirido no Regulador da Marinha, no Recife, com numerosos retratos de pessoas da família ou amigos conhecidos. (DIÉGUES JÚNIOR, 1976:73)

Por sua vez, nos engenhos, esta influência se fez sentir em vários âmbitos: no próprio engenho, nos modos de produção, com a instalação da máquina a vapor; nos modos de comportamento perante a sociedade como, por exemplo, nos tipos de vestimenta; a criação de novos ambientes no interior da casa-grande e a aquisição de objetos e gêneros alimentícios importados.

Ao contrário do que afirma Diégues Júnior (2006a); Carvalho (1988) aponta que durante o século XIX as casas-grandes nos engenhos se caracterizaram pelo requinte nos adornos materiais. Ao realizar pesquisas em inventários *post-mortementre* 1822 até 1888, em Pernambuco, Carvalho (1988) chama atenção para o rico mobiliário, que se caracterizou durante aquele século como uma exteriorização de prosperidade, mesmo que nem sempre esse fosse o verdadeiro significado, já que a grande parte dos engenhos eram banguês e se encontravam em gradual declínio.

De modo geral, ainda segundo Carvalho (1988), em razão do desenho e do tipo de construção dos móveis, o conforto não era uma característica dominante na casa-grande, onde o exibicionismo suplantava a preocupação da comodidade. A filosofia do senhor de engenho durante o século XIX se baseava em um postulado compartilhado por todos: “pela mobília que tens em casa se conhece a nobreza da tua família e o montante da tua fortuna.” (CARVALHO, 1988:43)

Durante todo século XIX a aristocracia do açúcar em Alagoas não só se apropriou dos produtos importados europeus como tentou emular seus modos de vida, adotando novos padrões de comportamento. No interior das casas as transformações deram abertura para diversos manuais de conduta e etiqueta. Como consequência, no ambiente doméstico, as mudanças ocorreram, principalmente, segundo Reis Filho (1995), na sala de janta, que até o começo do século XIX era a tradicional varanda colonial, “um local alpendrado nos fundos da casa, espaço íntimo e multifuncional, no qual a família fazia suas refeições” (REIS FILHO, 1995:86). Tendo no início do século este aspecto transformado, passando a

ser um ambiente de sociabilidade, onde os itens dispostos nesses momentos obedeciam toda uma regra de etiqueta, atuante na sociedade oitocentista.

Inventários realizados a respeito da mobília das casas no século XIX apontam uma tendência geral de incremento mobiliário na sala de jantar. Em São Paulo, segundo Araújo (2004:139), as cadeiras e as mesas foram um dos itens bem mais citados nos inventários na metade do século, apontando um expressivo aumento do número destas. No início do século, muitas mesas possuíam gavetas com fechaduras e chaves e podiam servir para todas as atividades domésticas. Na metade por volta de 1840 estas passaram a ter finalidades específicas: mesa de chá, de jogos, de canto, de centro e de jantar.

Estas mesas surgiram para comportar os aparelhos e conjuntos de louças, que se notabilizaram por uma parte importante do grosso comércio de importados no nordeste do Brasil. Também neste período surgiram serviços específicos como, por exemplo, os de chá, que era consumido com muito requinte pelas famílias abastadas;

Os manteigueiros, os açucareiros, as leiteiras, os bules, as chocolateiras e as chaleiras de louça completavam o serviço de chá. As mesas eram abastecidas por bandejas ou salvas. As salvas eram menores, comumente de prata e custavam em média 2\$500. Já as bandejas, mais variadas, eram feitas de charão, de madeira ou de porcelana, as de pratas e as louças podiam valer mais de 41\$000. (ARAÚJO, 2004:144)

O jantar passou a ser realizado mediante a uma sequência de regras extremamente rígidas, cuja ignorância ou desobediência eram “considerados imperdoáveis, precipitando o indivíduo no limbo da sociedade” (LIMA, 1995:146). Sendo um ritual de sociabilidade muito importante durante o século XIX, as louças servidas nestes encontros deveriam se apresentar tão importantes quanto o ritual e o *status* do anfitrião para afirmar a família perante a sociedade.

Na Europa, já por volta do século XVIII, as louças de mesa se tornaram um dos principais e mais representativos objetos no setor da indústria europeia. De acordo com Lima (1996:164) um grande fascínio em possuir essas louças tomou conta dos segmentos mais abastados da sociedade no continente europeu, que provocou uma efetiva epidemia, sendo classificada na literatura de *china mania*

(MCKENDRICK, 1982:100 *apud* LIMA, 1996:164). “Poucos anos depois já no Brasil, o comercio local acompanhou essa tendência” (MCKENDRICK, 1982:100 *apud* LIMA, 1996:164) como pode ser observado nos anúncios de vendas de jornais da época: “completo sortimento de aparelhos (...), em louça ou porcelana como ouro ou sem ouro.” (O FLUMINENSE, 25 de maio de 1883 *apud* LIMA, 1995:167)

Em Recife a importância dada aos aparelhos de louças era tamanha que as mesmas eram ofertadas em prêmios de grandes rifas, que eram consideradas grandes eventos para a cidade, conforme mostra o anúncio extraído do Diário de Pernambuco:

Plano: de *huma* rifa que faz Antonio João da Ressureição e Silca Companhia para ter extração com a sexta Loteria do Seminário, com 3500 bilhetes, contendo 73 prêmios correspondentes as sortes grandes, constantes do que abaixo se declara pelo seu real valor: sendo o preço dos bilhetes 100C.

- Ao Nº de 5:000\$000 Hum grande sitio no Janga no estado que abaixo se declara no N.B. no valor 2:500\$000
- Ao Nº de 2:000\$000 *Hum* grande faqueiro de prata moderno, e completo, e hum bom *Relojo* sabonete de prata no valor 200\$000 não querendo aceitar estas peggas, receberáa mesma quantia em dinheiro &c.
- Ao Nº de 1:000\$000 Hum Relojo com cadeias, e sinete de ouro no valor 100\$000Ou a mesma quantia em moeda.
- Aos Nº de 10\$000 cada hum, 1 aparelho de chá azul fino 10\$000 Ou a mesma quantia em dinheiro.
- Aos Nº de 600\$000 A cada hum, hum lindíssimo aparelho de xá dourado no valor de 50\$000 Ou a mesma quantia em dinheiro.
- Anos Nº de 400\$000 Hum par de banquinhas de jacarandá no valor cada par 35\$000Ou a mesma quantia em dinheiro. (...)
- Aos Nº de 100\$000 A cada *hum*, *humRelojo* de prata 12\$000Ou a mesma quantia em dinheiro.
- A Aos Nº de 25\$000A cada *hum*, *humchapeo* castor preto, ou branco 8\$000 Ou a mesma quantia em dinheiro. (...)N. B. Para evitar qual quer suspeita de exorbitância nos preços dados aos *objectos* que compõem esta Rifa, o que tem feito desacreditar este jogo, os Proprietarios*offerecem* dinheiro moeda o mesmo valor que dá no plano dos prêmios. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 01 de outubro de 1829)

No norte de Alagoas, os proprietários dos engenhos banguêsnão só aderiram as regras de sociabilidade vigentes no século XIX, como também se apropriaram das louças para este ritual de sociabilidade: o jantar. Hollanda (2007a:16) fala que expor riqueza sempre foi uma das características marcantes dos senhores de engenhos alagoanos. Quando compravam produtos importados como as louças, por exemplo, organizavam festas a fim de ostentar esses itens.

Como fora discutido, ao longo do século XIX, diversas transformações foram observadas no cotidiano, sobretudo, nos modos de comportamentos que influenciados por normas e códigos de conduta, muito difundidos neste período, aconselhavam como as pessoas deviam se vestir, comer, entre outros aspectos. Observando as regras voltadas para o jantar que sugeriam introdução de diversos tipos de objetos para compor este ritual, as louças se destacaram como um dos itens mais importantes.

Pesquisas arqueológicas realizadas em todo Brasil em residências urbanas e rurais do século XIX apresentam uma enorme quantidade nos fragmentos de louças de mesa, que correspondem a diversos modelos decorativos e morfologias. Pode-se supor, deste modo, que durante o século XIX as louças foram inseridas de forma generalizada na sociedade. Porém, cabe questionar de que modo estas louças foram assimiladas em contextos distintos, com peculiaridades históricas e com sujeitos históricos distintos.

Através dos dados históricos aqui expostos pode-se refletir a respeito da representação dos aparelhos de louça para a sociedade portocalvense no século XIX. Qual era papel simbólico dessas louças? Quais mensagens não-verbais essas louças transmitiam? A arqueologia histórica, através de suas abordagens e metodologias, é capaz de responder a esses questionamentos?

3. ARQUEOLOGIA E O COMERCIO DE LOUÇAS NO NORTE DE ALAGOAS

As pesquisas arqueológicas realizadas na região norte de Alagoas tem revelado uma significativa quantidade de fragmentos de louças, sobretudo de origem inglesa, utilizadas no ambiente doméstico. Esta categoria cerâmica, proveniente do registro arqueológico, trás aspectos de atividades rotineiras de indivíduos e são vitais para o acesso a aspectos pouco visíveis dos sistemas socioculturais (WALL, 1994 *apud* LIMA, 1995:93).

Essas evidências materiais da vida cotidiana podem ser estudadas com o objetivo de compreender como se deram as relações sociais em determinados contextos. Isso se torna possível quando as louças são consideradas como um objeto material intrinsecamente relacionado com a vida social de indivíduos. Yentsch (1991) ressalta que as louças devem ser compreendidas como metáforas, através das quais as pessoas *falam* sobre relações sociais.

Os trabalhos de prospecção de superfície e de subsuperfície realizados nos engenhos através do projeto *Rota da Escravidão/Rota da Liberdade: A Arqueologia da Diáspora Africana em Alagoas*¹⁶, tem apresentado uma grande variabilidade em padrões decorativos e morfológicos relacionados às louças. Através do projeto de *Delimitação e Prospecção do Sítio Patacho*, antigo entreposto comercial, localizado no município de Porto de Pedras, também foi possível constatar a entrada dessas louças e realizar uma comparação da amostra com os tipos de louça encontrados nos engenhos prospectados no projeto Rota.

Assim, através das abordagens teórico-metodológicas fornecidas pela arqueologia histórica, este trabalho propõe fazer uma reflexão aos modos como essas louças foram incorporadas ao universo social e simbólico da sociedade açucareira portocalvense durante o século XIX, como foram utilizadas e se estas também foram responsáveis por imposições e manutenção do *status* social.

¹⁶ A partir de agora chamado de Projeto Rota.

Para tanto, faz-se necessário discorrer a respeito das pesquisas arqueológicas desenvolvidos no norte de Alagoas, de modo que seja possível compreender preliminarmente a distribuição destas louças dentro deste contexto histórico.

3.1. Pesquisas arqueológicas na região de estudo

Buscando compreender a potencialidade de estudo do patrimônio arqueológico histórico na antiga comarca de Porto Calvo, o NEPA realizou nos anos de 2006, 2007 e 2008 dois projetos na região, sob a coordenação do arqueólogo Scott Joseph Allen.

3.1.1. O Sítio Patacho

O projeto *Delimitação e Prospeção do sítio Patacho* foi desenvolvido no antigo entreposto¹⁷ comercial do século XIX, no município Porto de Pedras. A metodologia de campo consistiu em: levantamento histórico e etnohistórico, prospeção visual e de sub-superfície, processamento e análise preliminar do material arqueológico.

Para a delimitação do sítio foram realizadas duzentos e doze sondagens do tipo poço-teste¹⁸, cujas dimensões médias eram 40x40cm de largura e aproximadamente 70 cm de profundidade. Cada sondagem foi realizada em níveis artificiais de 10cm, respeitando-se as camadas naturais e antrópicas, para se obter um melhor controle do sedimento escavado e da contextualização dos artefatos retirados. Outro meio para delimitação do sítio foi a utilização da unidade de

¹⁷Os entrepostos comerciais eram locais onde se depositavam as mercadorias enquanto aguardavam a sua venda, expedição ou pagamento de direitos alfandegários. Em casos especiais os entrepostos dispunham de instalações próprias para o transbordo de mercadorias importadas ou para o seu armazenamento, enquanto aguardavam pela reexportação ou pelo despacho para consumo (GOMES, 2008:64). Como o mercador em diversas regiões do Brasil dispunha de pouco tempo para deitar a mão de todos os produtos, era preciso haver no local uma organização de antemão. De acordo com os registros escritos (FIDELIS, 2007:39) Patacho servia como centro de recepção, desempenhando o papel de intermediário entre as embarcações e os comerciantes locais, além de efetuar os pagamentos entre estes.

¹⁸Os poços-teste ocorrem geralmente em intervalos regulares e aleatórios visando obter informações preliminares sobre a estratigrafia (dimensão vertical/ cronológica) e extensão de sítios (dimensão horizontal/ espacial). A escavação dele ocorre em níveis artificiais devido a largura limitada da unidade, porém com o registro em croquis da estratigrafia natural e/ou cultural. O sedimento é sempre peneirado em tela de trama fina.

sondagem¹⁹. Para este procedimento foram realizadas cinco intervenções, sendo duas de dimensões 50x50cm e as três últimas de 100x100cm.

A unidade de sondagem de número 5, realizada próxima a encosta com o oceano, revelou uma lente de argila compactada no perfil estratigráfico da encosta, que se tratava de um piso de habitação. Esta lente foi identificada há 120cm de profundidade em contexto com diversos tipos de artefatos característicos de sítios históricos no Brasil. Também foi encontrado uma grande quantidade de material malacológico, que provavelmente está associado a dieta alimentar dos indivíduos que habitaram aquele local. O piso de ocupação está associado a uma unidade doméstica pertencente a Maria Lúcia, a maior casa do povoado de Patacho, que segundo as informações orais dos moradores pertencia a uma família rica do local.

Através dessas intervenções, foram coletadas uma grande quantidade de material arqueológico, com ênfase para os artefatos históricos relacionado ao ambiente doméstico dos quais se destacam: cerâmica vitrificada e de torno, faiança, grés e louças, sendo esta ultima o material de interesse desta pesquisa. As louças do sítio Patacho correspondem a um total de 1259 fragmentos, representação de 23% dos materiais cerâmicos do Sítio Arqueológico. Estes fragmentos estão relacionados a diversos modelos, motivos decorativos e tipos morfológicos.

¹⁹ As unidades de sondagens têm por objetivo uma maior compreensão do contexto arqueológico. São realizadas em decorrência de determinados contextos apresentarem características mais significativas para compreensão do sítio arqueológico ou em decorrência das informações obtidas a partir dos poços-testes.

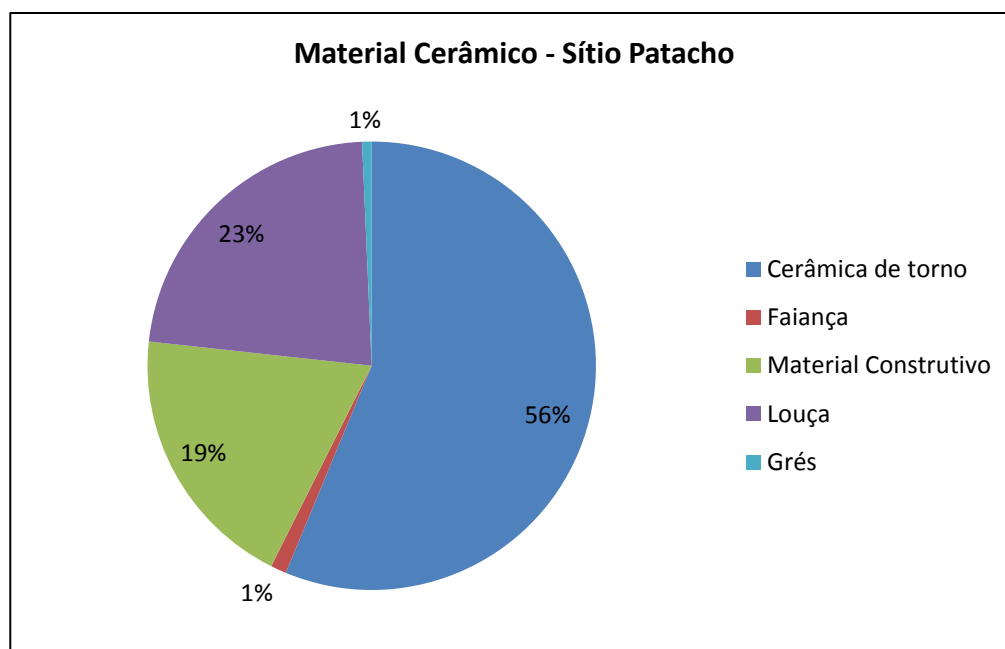


Gráfico. 1 - Material Cerâmico - Sítio Patacho

O comércio desses produtos se tornou comum através do entreposto comercial de Patacho que ganhou importância para o abastecimento da região norte de Alagoas, em decorrência do assoreamento do Rio Manguaba. O assoreamento deste rio pode ter favorecido o desenvolvimento de povoados costeiros como receptores de produtos importados, que realizavam a distribuição para os municípios e povoados vizinhos.

No início do século XX o porto de Patacho já havia se tornado o terceiro porto mais movimentado de Alagoas, recebendo o equivalente a cinco por cento das embarcações que aportavam no território alagoano, sendo superado apenas por Penedo (7,5%) e pelo porto de Jaraguá (77,5%) (BARROS, 1991:49).

No diário de Pernambuco é feita menção, por diversas vezes, ao entreposto comercial localizado em Porto de Pedras. Este porto servia como escala para navios que estavam chegando ou saindo do Porto do Recife, constatação esta que pode ser observada no anúncio abaixo transcrito sobre as notícias marítimas no império:

Notícias Marítimas: Dia 8 – Porto de Pedras, 24 horas, S. Estrela Matutina, M. Joze Manoel Martins, quiop. de caixas. equip 17 em lastro Ferreira & Mansfield – Liverpool, 38 dias, B Ingl Ptinvr, M. Alexandre Maekean, vários gêneros, a Diogo Kockshot. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, março de 1827)”

Como a distância geográfica entre o porto de Recife e Porto de Pedras não era grande, pode-se inferir que esses navios aportavam no Patacho para descarregar produtos em gênero seco e molhado²⁰, aproveitando a proximidade de rota de maior fluxo para incluir produtos possivelmente encomendados pelos comerciantes daquela região.

Na atualidade, não existe nenhuma construção relativa ao entreposto comercial do Patacho ou ao povoado localizado em suas imediações. Provavelmente estes foram destruídos pelo avanço do oceano, restando apenas alguns vestígios materiais dispostos nos quase um quilômetro de extensão do sítio arqueológico.

²⁰ A descrição “gênero seco e molhado” é comum na documentação referente aos tipos de produtos importados que chegassem ao Brasil. No gênero secos estavam incluídos as louças.



Figura 01 – Vista panorâmica do sítio Patacho e abaixo o detalhe da estratigrafia apresentando uma concentração de material arqueológico. Fonte: Acervo do NEPA.



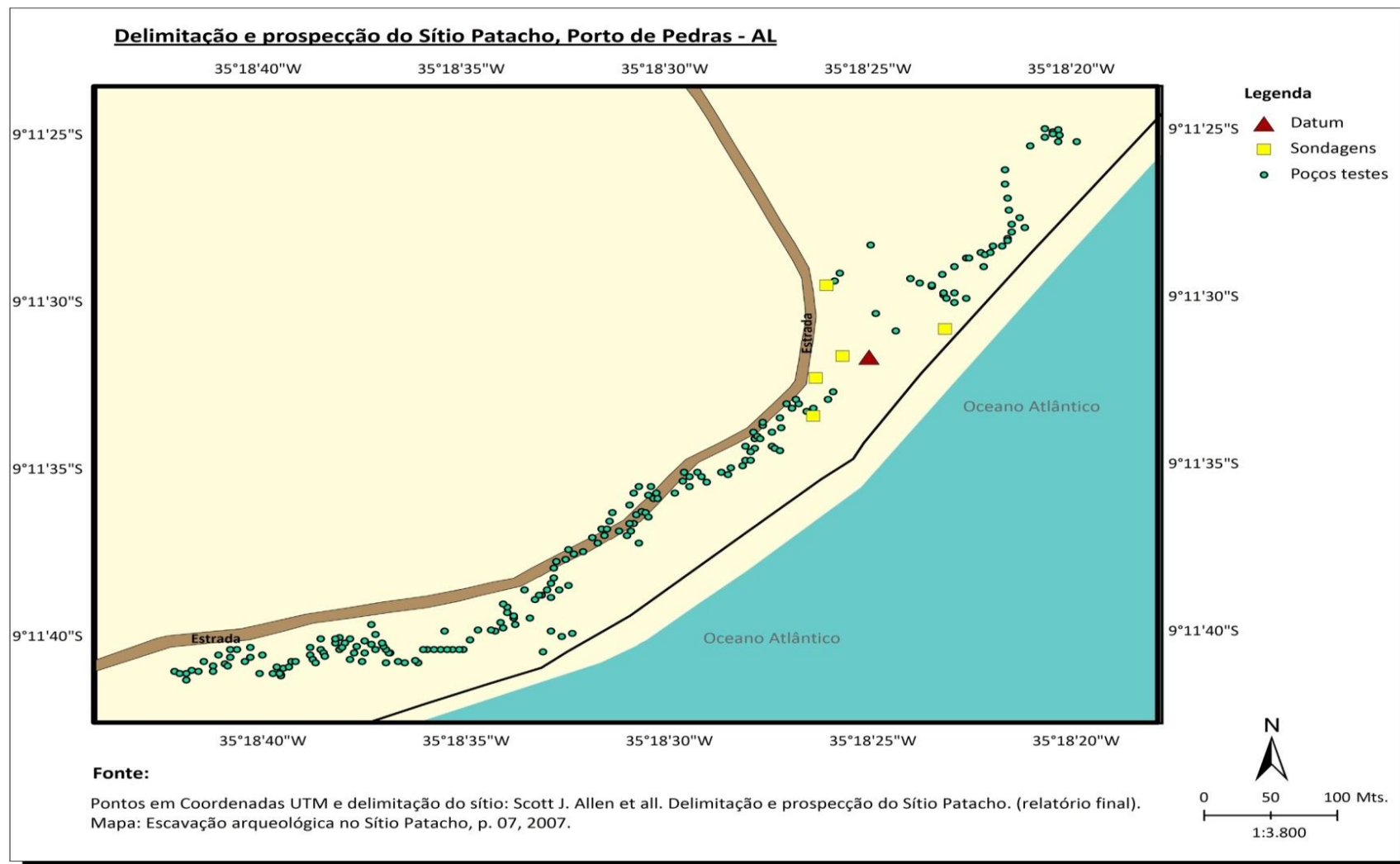


Figura. 2 - Mapa de delimitação do Sítio Patacho. Desenho: Daniela Ferreira

3.1.2. O Projeto Rota

O projeto *“Rota da Escravidão / Rota da Liberdade: A Arqueologia Histórica da Diáspora Africana em Alagoas”* teve sua primeira etapa realizada nos anos de 2007 e 2008. Este projeto teve como finalidade mapear através das evidências arqueológicas e históricas os locais ocupados por populações africanas e afro-brasileiras no estado de Alagoas, com o objetivo de compreender o cotidiano do escravo na sociedade colonial. A metodologia empregada teve início com a prospecção das áreas, coletas dos artefatos em superfície e, em cinco casos, sondagens avaliativas.

A prospecção visual ocorreu em duas escalas – regional e local, sendo a primeira destinada a identificar locais que potencialmente se encaixassem nos objetivos do projeto. A prospecção local consistiu na caminhada das áreas de interesse com fins de identificar características topográficas, concentrações de artefatos, resquícios de estruturas e demais vestígios. Esta técnica foi utilizada com o objetivo de identificar e delimitar, de modo preliminar, os sítios e seus componentes.

A prospecção de subsuperfície foi realizada visando a complementação de evidências obtidas em superfície, que foi feita mediante a realização de poços-testes e unidade de sondagem. Para coleta do material se optou pelo recolhimento de amostras diagnósticas visando os objetivos principais do projeto. Vale ressaltar, que as intervenções foram realizadas no contexto da casa-grande, sendo os artefatos recuperados oriundos de ações de deposição dos ocupantes destas unidades domésticas.

Para além do trabalho arqueológico foram desempenhadas consultas a bibliografia especializada, bem como realizado o levantamento documental e oral a respeito da história dos engenhos e do contexto no qual estavam inseridos. A pesquisa dos documentos foi feita no Cartório do Município de Porto Calvo e no Instituto Geográfico e Histórico Alagoano (IGHAL). O levantamento oral foi realizado nos próprios locais pesquisados em conversas dirigidas com os moradores.

Em decorrência deste projeto foram catalogados doze sítios históricos e mais de treze áreas de potencial interesse arqueológico (ver figura 9). Até o momento, cinco sítios apresentaram uma amostra arqueológica mais significativa e foram escolhidos como objeto de estudo deste trabalho: Engenho Capiana, Escurial, Estaleiro, Cova da Onça e São Gonçalo.

Engenho Capiana

O engenho Capiana (UTM 25L 9003477N, 243250E) está situado no município de Porto Calvo. Os trabalhos de campo neste engenho consistiram no levantamento etnohistórico, levantamento arquitetônico, educação patrimonial e a aplicação dos métodos da prospecção visual e de sub-superfície.

Foram realizadas duas sondagens do tipo poço-teste nas imediações da antiga casa-grande, local que hoje funciona uma escola municipal. Estas sondagens revelaram vestígios de estruturas, além de uma concentração de material arqueológico, sobretudo relacionados ao uso doméstico.

A partir das prospecções foi recolhida uma amostra de 201 artefatos, que correspondem a cerâmica simples, grés, faiança e louça. As louças apresentaram uma amostra composta por 99 fragmentos que correspondem a 49% do total da amostra.

Capiana foi um engenho bangüê e teve seu início ainda no primeiro século de colonização, como aponta a documentação escrita. Este engenho se caracteriza como o último engenho no norte de Alagoas a possuir uma roda d'água, que de acordo com as informações orais só foi derrubada em meados de 1930. Seu funcionamento enquanto engenho se estendeu até o início do século XX, quando o proprietário decidiu arrendar as terras para plantação de cana de açúcar para usina central (BARBOSA, 2009:64).



Figura. 3–Casa dos moradores do engenho Capiana. Fonte: Acervo do NEPA

Engenho Cova da Onça

O engenho Cova da Onça (UTM 25L 9001302N, 236512E) está localizado no município de Porto Calvo. O método de pesquisa aplicado neste engenho consistiu no levantamento de informações através da oralidade e análise da documentação escrita presente no cartório civil de cidade de Porto Calvo.

Neste sítio foi realizada prospecção de superfície que resultou em uma amostra de 292 artefatos, dentre os quais se destacam os fragmentos de cerâmica simples, grés, faiança, vidros e louças. As louças apresentaram uma amostra de 159 fragmentos e correspondem a 54% da amostra total.

A documentação escrita aponta que Cova da Onça, antigo engenho São José, foi um engenho banguê, mas não especifica de que modo se dava o sistema de moagem da cana de açúcar, se através de água ou de tração animal. Sabe-se que o engenho já existia por volta de 1780, quando há referências a este em documentos eclesiásticos (Holanda, 2007a:83). De acordo com as informações orais já nas primeiras décadas do século XX as terras deste engenho foram arrendadas para uma usina, não havendo lembranças do seu modo de funcionamento.



Figura. 4–Casa-grande do engenho Cova da Onça. Fonte: Acervo do NEPA

3.1.3. Engenho Escurial

O Engenho Escurial (UTM 25L 9000555N, 229541E) situa-se no município de Porto Calvo. Além do levantamento documental e etnohistórico e de ações destinadas a educação patrimonial, foram realizadas neste engenho prospecções de superfície e de sub-superfície.

Ao contrário dos demais engenhos, a prospecção visual não recolheu uma amostra significativa, optando-se desse modo pela realização de sondagens. Foram realizadas 17 sondagens do tipo poço-teste e duas trincheiras que possibilitou uma amostra de 1.372 fragmentos de artefatos, tais como: grés, vidro, ferro, porcelana, louca e, sobretudo, faiança. Em decorrência destes procedimentos foram reveladas três estruturas, sendo uma dessas, provavelmente, associada às fundações da antiga unidade de produção. As louças neste engenho apresentam 132 fragmentos e correspondem a 11% do universo total da amostra do sítio.

O engenho Escurial foi um dos primeiros construído na região norte do estado de Alagoas, sua fundação é atribuída a Cristovão Lins, que por volta de 1590 já havia fundado os primeiros engenhos da região. Foi um engenho importante

durante o século XVIII para a produção de açúcar, tendo sua força motriz ligada a água. No decorrer do século XIX este engenho adquiriu uma máquina a vapor, substituindo o modo rudimentar como era fabricado o açúcar²¹.



Figura. 5 - Engenho Escurial. Fonte: Acervo do NEPA

3.1.4. Engenho Estaleiro

O engenho Estaleiro (UTM 25L 8996841N, 238988E) está localizado no município de Porto Calvo. De modo similar aos engenhos apresentados anteriormente, foi realizado neste o levantamento documental e recolhidas informações orais dos atuais moradores. A metodologia de campo também se deu por intermédio da prospecção visual e da prospecção de subsuperfície.

Através de 33 sondagens do tipo poço-teste foi obtida uma amostra de 929 fragmentos de artefatos do tipo cerâmica simples, grés, vidro, ferro, porcelana e louça. Esta última, por sua vez, foi representada por 89 fragmentos que corresponderam a 10% da amostra total.

As evidências obtidas a partir da escavação neste engenho alicerçaram o levantamento histórico e etnográfico que aponta a criação deste empreendimento

²¹ Informação extraída do Livro nº 3-B de Transcrição das Transmissões – Registro Imobiliário da Comarca de Porto Calvo – Alagoas, doc. Nº 348, ano 1941, Cartório de Imóveis de Porto Calvo.

agrícola para meados do século XIX, já sendo um engenho movido a vapor²². O engenho Estaleiro, cujo nome inicial era Fazenda Bela Vista (popularmente, Boa Vista), localiza-se às margens do Rio Manguaba. Segundo os moradores de Porto Calvo, o nome Estaleiro foi dado por se tratar do antigo lugar onde se construíam as embarcações no período colonial, e que por um determinado período servia para escoar a produção de açúcar.



Figura. 6 - Engenho Estaleiro. Fonte: Acervo do Nepa



Figura. 7 - Máquina a vapor do engenho Estaleiro. Fonte: Acervo do NEPA

²²Informação extraída do Livro nº 3-B de Transcrição das Transmissões – Registro Imobiliário da Comarca de Porto Calvo – Alagoas, doc. Nº 349, ano 1941, Cartório de Imóveis de Porto Calvo.

3.1.5. Engenho São Gonçalo

Localizado no município de Porto de Pedras, o engenho São Gonçalo (UTM 25L 228189N 8995752E) se caracterizou pela maior expressividade de fragmentos de louças dentre os sítios pesquisados.

Na metodologia foi realizada, previamente, um levantamento documental e etnohistórico seguidos dos métodos de campo equivalentes a prospecção de superfície e subsuperfície. Foram realizadas 4 sondagens do tipo poço-teste e uma trincheira que resultaram numa amostra de 902 fragmentos de artefatos. Deste montante 810 fragmentos correspondem a louças, representando 90% do total da amostra.

Apesar de está em funcionamento desde o século XVIII, São Gonçalo apresentou uma baixa incidência nos fragmentos de faiança, que foram caracterizadas por apenas 8 fragmentos. Até ter suas terras arrendadas para usina, São Gonçalo atuou como um engenho banguê de grande importância como consta na documentação escrita (ver Holanda, 2007b), tendo os seus proprietários como senhores muito importantes e influentes na política da região.



Figura. 8 - Engenho São Gonçalo. Fonte: Acervo do NEPA

Até o presente momento as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no norte de Alagoas têm apresentando um material histórico muito rico e diversificado. No caso específico das louças, interesse de estudo desta pesquisa, pode ser observado a presença dessas em todos os engenhos que foram pesquisados, além da entrada das mesmas através do entreposto comercial de Patacho.

Considerando a discussão anterior sobre o século XIX e os novos padrões de comportamento que se estabeleceram no Brasil e que atribuíram grande importância a sala de jantar e, conseqüentemente, aos aparelhos de louças que faziam parte deste ritual, pode-se considerar que as louças inseridas nestes contextos são objetos sociais, e como tal estão carregadas de valores e sentidos.

Partindo desse pressuposto faz-se necessário uma análise deste material arqueológico a fim de perceber de que modo estas estavam sendo assimiladas no contexto específico dos engenhos. Para tanto é necessário a utilização de uma metodologia de análise adequada as louças, como vem sendo feitos por pesquisadores que estudam essa categoria cerâmica em sítios históricos no Brasil (SYMANSKI, 1997; LIMA, 1995; TOCCHETTO et al, 2001).

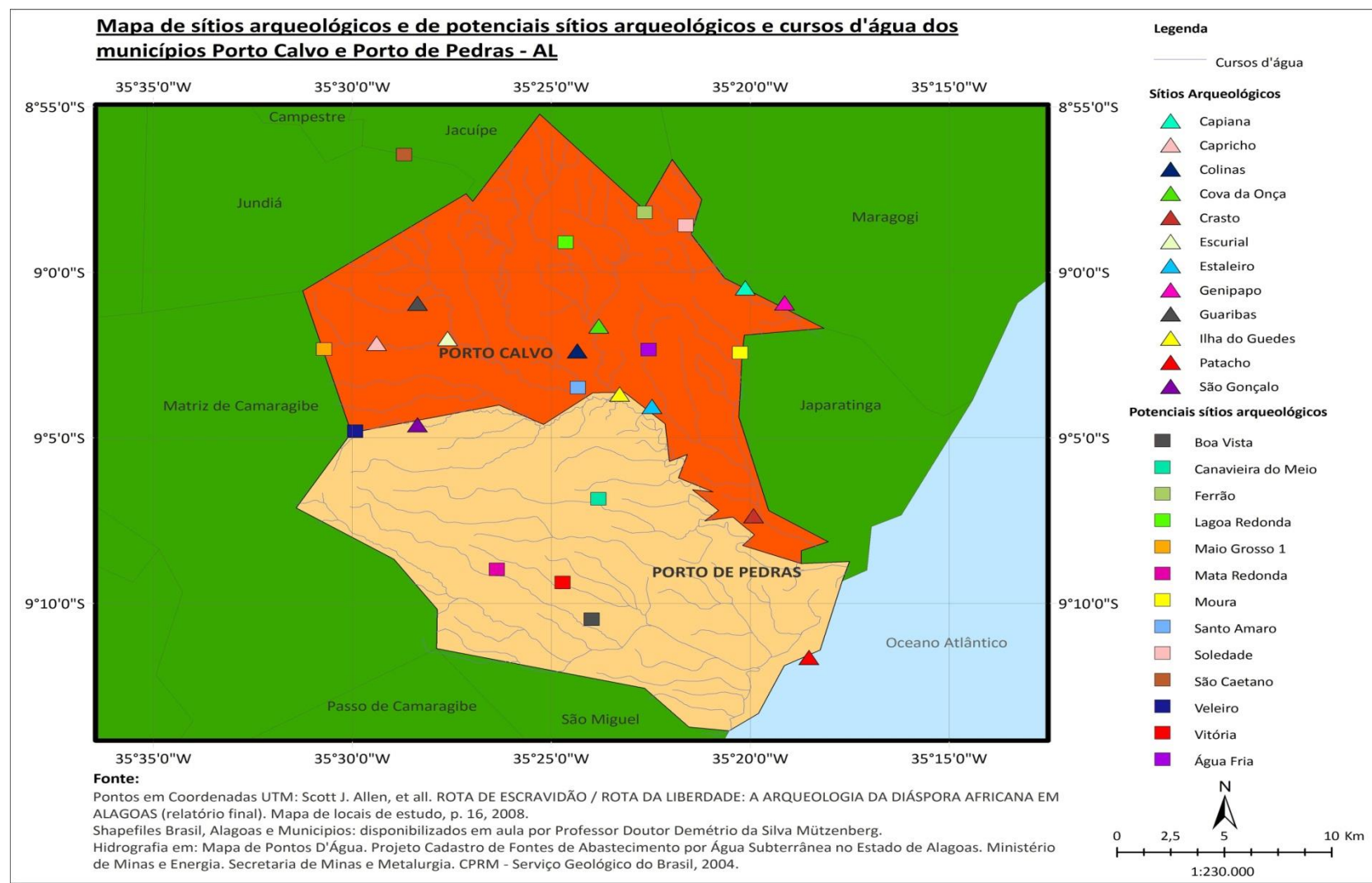


Figura. 9 - Locais prospectados no Projeto Rota. Mapa: Daniela Ferreira.

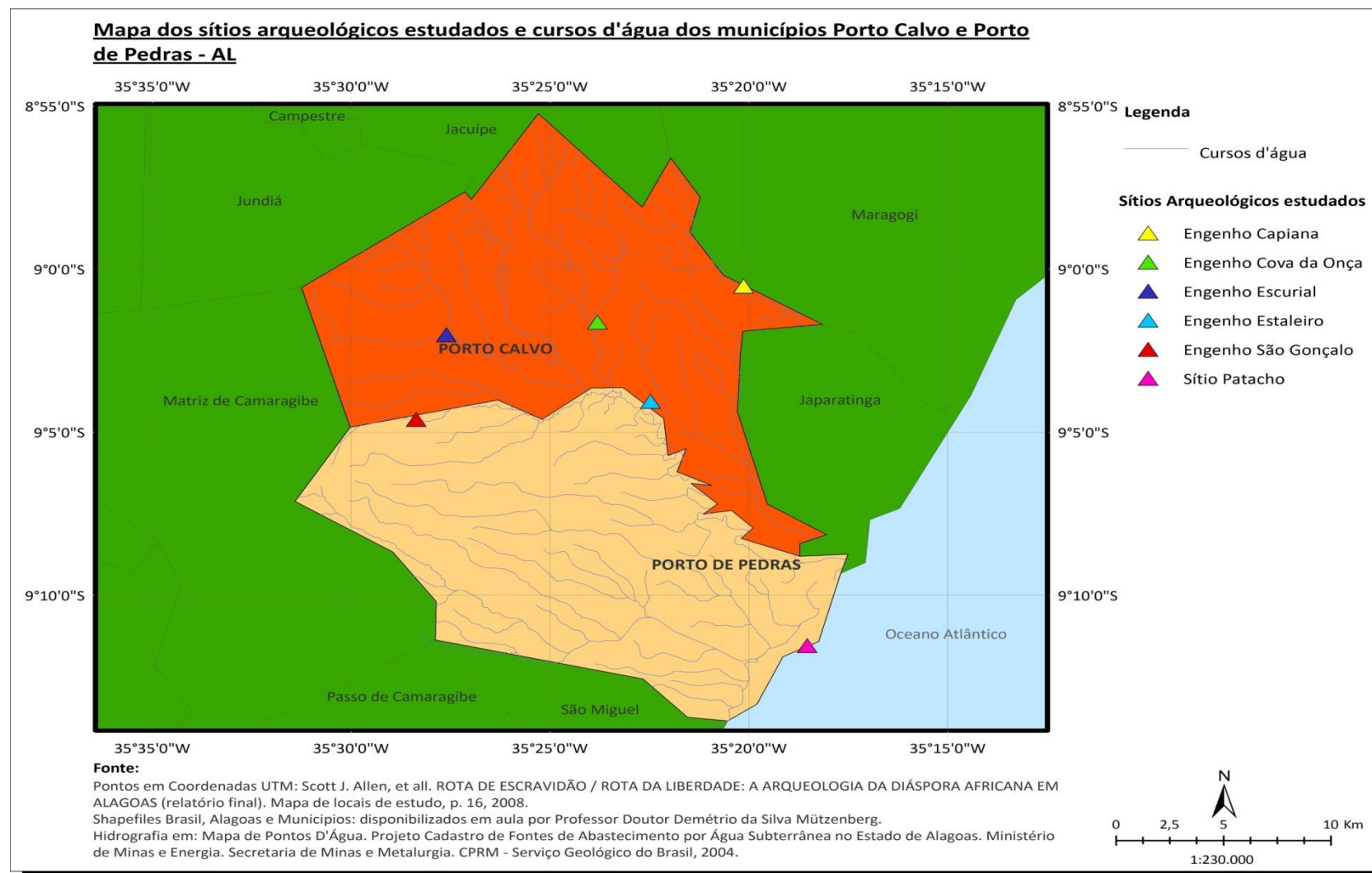


Figura. 10 - Sítios arqueológicos estudados na dissertação. Mapa: Daniela Ferreira

3.2. Metodologia aplicada aos estudos das louças

Constituindo uma categoria intermediária entre a faiança e a porcelana, a louça foi resultado de uma revolução na indústria cerâmica inglesa do século XVIII, se apresentando no mercado com características próprias que a distinguiu dos demais tipos que até então estavam sendo comercializados (CARVALHO e ARAÚJO, 1993). De acordo com Bracante (1981:129) esta cerâmica representou o esforço dos oleiros ingleses na busca de novos processos para substituir a faiança portuguesa que tinha sido até o século XVIII de uso predominante.

Deste modo, a louça ofereceu condições de concorrer tanto com a faiança como com a porcelana, em virtude da simplicidade da sua fabricação como também as vantagens relacionadas à pasta, que se apresentou com uma massa mais clara, uniforme e resistente e sobre a qual a decoração pintada ou estampada podia ser aplicada (TOCCHETTO et al, 2001).

À pasta da louça foram acrescentados elementos como sílex calcinado, caulim, argila, cal, ossos calcinados, feldspato e giz, passando assim a ter uma pasta permeável, opaca, de textura granular e quebra irregular. Para se tornar impermeável a líquidos, a louça foi coberta com um esmalte primeiramente composto pelo sal marinho e, posteriormente, substituído pelo óxido de chumbo, caulim da sílica e feldspato, além de uma quantidade de bórax e óxidos metálicos, caracterizando uma glasura incolor. Sua temperatura de queima varia entre 900°C e 1200°C (SINOPOLI, 1991:29). Segundo Araújo e Carvalho (1993:82) estas técnicas se apresentaram muito importantes para afirmação da louça dentro do mercado de consumo.

Em 1750, na Inglaterra, foi abandonado o sistema de torno, substituído por moldes, possibilitando a produção de louças decoradas sem a necessidade de pintá-las a mão (SCHÁLVEZON, 1991:37). Estas novas técnicas permitiram a fabricação em massa desse produto e, conseqüentemente, a sua dispersão mundial. De acordo com Bracante:

Com o objetivo de vender mais e a preços mais acessíveis, os ceramistas ingleses muito atentavam para os gostos do consumidor, adotando, assim, motivos decorativos que pudessem se adequar às suas aspirações. Neste

sentido, os processos técnicos de estampagem em série – transfer printing – aprimorados no decorrer do século, auxiliaram muito nessa empreitada tornando a decoração mais simples, mais barata e tão fiel quanto a artesanal no tocante a detalhes e efeitos cromáticos (BRACANTE, 1981:503)

Com o propósito de agradar o consumidor os fabricantes de louças inglesas adotaram inúmeros motivos decorativos que pudessem se adequar às aspirações da sociedade, como os motivos orientais que foram fabricados em grande quantidade e sempre tiveram destaque no gosto do consumidor europeu.

No Brasil esta cerâmica se configurou como a classe de utensílios doméstico mais popular durante o século XIX. As razões pelas quais dominou o mercado estão relacionadas à sua qualidade que se apresentava superior e sua grande variedade de padrões decorativos, que iam da *chinoiserie*²³ a cenas bucólicas de paisagens inglesas (LIMA, 1989:208).

Pesquisas arqueológicas voltadas para análise das louças têm considerando vários atributos presentes nestas, tais como: *esmalte, técnica de decoração, cor, motivo decorativo, cena, modelo e padrão decorativo*²⁴. Estes atributos fornecem indicadores alusivos, entres tantos outros aspectos, a tendências referentes a consumo e gosto, bem como ao período de fabricação das peças (TOCCHETTO et al, 2001). Pesquisas em sítios históricos no Brasil têm apresentado cronologias mais precisas quando todos esses atributos são combinados na análise (SYMANSKI, 1997; TOCCHETTO et al, 2001; LIMA, 1995).

Considerando esses critérios um dos primeiros atributos analisados nas louças foi o esmalte, visto que este possui uma cronologia vastamente documentada em relação ao período de emprego.

No ano de 1759, Josiah Wedgwood aperfeiçoou o processo da produção da louça, resultando em um material de corpo creme com esmalte de coloração esverdeada advinda da aplicação do óxido de chumbo, conhecida como *creamware*. De acordo com Noel Hume (1991) este foi o mais importante desenvolvimento da indústria cerâmica britânica do século XVIII.

²³ Louças com decoração de inspiração oriental

²⁴ Estes atributos serão explicadas mais adiante, página 93.

No início do século XIX, em 1810, a louça creme ou *creamware* começou a ser superada pela louça pérola ou *pearlware*, fazendo com que em 1815 a *creamware* tivesse praticamente desaparecido do mercado. “Sua produção foi mantida, embora limitada, a formas relacionadas à higiene pessoal, tais como bacias e urinóis” (MILLER, 1980 *apud* TOCCHETTO et al, 2001). A coloração típica das louças designadas como *pearlware* apresenta-se em tons levemente azulados, observado principalmente nos pontos de acúmulo como bordas e bases, devido ao acréscimo de óxido de cobalto.

Com o desenvolvimento de novas técnicas a produção da *pearlware* começou a ser abandonada entre 1830 e 1840, quando a *whiteware* passou a dominar. A louça de esmalte extremamente branco, denominado de *whiteware*, começou a ser produzida no início do século XIX, em torno de 1820, mantendo a sua popularidade até os dias atuais (TOCCHETTO et al, 2001). Segundo Symanski (1997) estas datas são discutíveis para contextos brasileiros. O pesquisador aponta que a primeira metade do século XIX foi um período onde foram mais comuns as louças *pearlware*. Esta afirmação se deve a pesquisas realizadas por ele em diversas regiões do Brasil, onde através de fontes escritas como inventários *post-mortem*, constatou que estas louças estavam sendo vendidas no país mesmo em períodos de tocante abandono destes modelos na Europa.

Na análise das louças, em muitos casos, não é possível reconhecer os tipos de esmaltes citados em função do período de emprego destes ser relativamente amplo e muitas vezes não identificados devido às dimensões dos fragmentos cerâmicos.

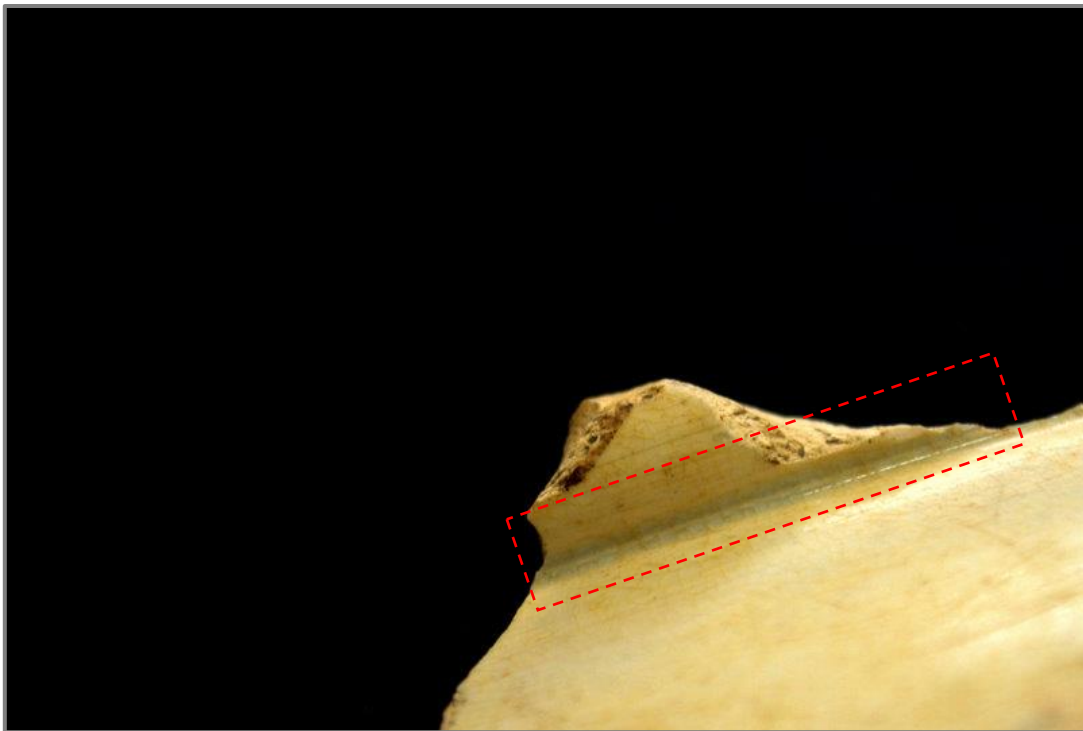


Figura. 11 - Louça com o esmalte pearlware. Foto: Rute Barbosa

Segundo Majewsky e O'Brien (1987 *apud* TOCCHETTO et al, 2001) a classificação das cerâmicas históricas deve ser realizada mediante um sistema taxonômico, baseado na decoração das peças, estruturado em níveis de decisões que os ceramistas do século XIX tomaram para determinar a peça a ser decorada. Este sistema foi adaptado e aplicado na classificação das amostras de louças iniciado a separação das louças decoradas e não decoradas. "A partir desta etapa as louças foram também divididas considerando a presença ou ausência de decoração e a técnica empregada." (TOCCHETTO et al, 2001:23)

Baseando-se nas observações feitas por Majewsky e O'Brien (1987 *apud* TOCCHETTO et al, 2001), e adaptadas por Tocchetto et al (2001) os fragmentos de louças foram analisados considerando, além do **esmalte** acima citado, a técnica decorativa e suas variações, mediante os seguintes atributos:

1- **Cor;**

2 - **Motivo decorativo:** relacionado a determinados elementos que compõe a decoração da peça (como floral, paisagem, geométrico);

3- **Cena:** construída por uma paisagem (comum nas louças decoradas com a técnica do *transfer print*);

4 – **Padrão decorativo:** considera-se “padrão um determinado motivo decorativo que por alguma contingência passou a ser adotado por um grande número de fabricantes” (ARAÚJO E CARVALHO, 1993:82). O padrão é uma designação geral, como cita Araújo e Carvalho (ARAÚJO E CARVALHO, 1993:82), pode-se observar isso em louças Azul Borrão, por exemplo, “em que centenas de modelos decorativos que possuem em comum um aspecto borrado nas figuras e são feito em azul. (ARAÚJO E CARVALHO, 1993:82)”;

5–**Estilo:** conforme a bibliografia (*sping* e *peasant* para os motivos florais pintados a mão livre e *chinoiserie* para desenhos de inspiração chinesa);

6 – **Modelo:** Compreendido como a denominação atribuída pelo fabricante a uma decoração específica e impresso no fundo da peça (TOCCHETTO et al, 2001:23; ARAÚJO e CARVALHO, 1993:82);

7 – **Morfologia da peça.**

A terceira etapa consistiu em separar os fragmentos de louças em função da complexidade técnica de decoração, que segundo Miller (1980), se configurava como um agravante de valor. Esta constatação foi baseada em pesquisas realizadas em listas de preços dos fabricantes de Staffordshire, Inglaterra, para o período dentre 1796 e 1855, que permitiu desenvolver uma escala econômica para as louças referentes à primeira metade do século XIX. Miller observou que durante todo este período a louça designada como “*cream colored ware*” se manteve num preço estável como a mais barata louça comercializada. Esta estabilidade permitiu ao autor organizar o valor dos tipos decorados em relação ao valor da “*creamware*” para os anos indicados nas listas por ele pesquisadas. No Brasil, pesquisas realizadas por Symanski (1998:98), adotando o modelo proposto por Miller em grupos domésticos do século XIX, comprovaram que a técnica de decoração continuou sendo um peso de custo relevante durante a segunda metade do século XIX.

Assim utilizando a atribuição proposta por Miller²⁵, as louças serão divididas nos seguintes agrupamentos:

- 1 – Louças brancas sem decoração, que caracterizavam as mais baratas;
- 2 – Louças decoradas de forma simples, que exigia pouca perícia, tais como *Shell edged* e *banded ware*;
- 3 – louças pintadas a mão com motivos como flores, folhas, paisagens chinesas estilizadas e padrões geométricos;
- 4 – louças decoradas pela técnica de decoração conhecida por *transfer-printing*.

Para o estabelecimento da cronologia, além dos atributos já expostos, foi considerado o **carimbo do fabricante**, que pode fornecer dados a respeito do período inicial/final da produção, bem como a região de origem da peça. Na ausência do carimbo, as louças decoradas na técnica *transfer-printing* foram analisadas mediante as datas estabelecidas por Samford (1997 *apud* TOCCHETTO et al, 2001) para os motivos decorativos (ver tabela 1).

TABELA 1 - MOTIVOS CARACTERÍSTICOS DOS DESENHOS CENTRAIS			
DESENHO	MOTIVOS	PERÍODO DE PRODUÇÃO	PICO DE PRODUÇÃO
Chinoiserie	Pagodes, templos, salgueiros, flores de cerejeira, laranjeiras, embarcações de junco, figuras com vestimentas orientais	1783 a 1873	1816 a 1836
Pastoral	Cenas rurais focalizando animais ou pessoas trabalhando	1781 a 1858	1819 a 1836
Vistas Exóticas	Animais não indígenas da América ou da Inglaterra, tais como camelo, tigre e elefantes, arquitetura exótica, tais como mesquitas, minaretes, etc., figuras em trajes estrangeiros	1795 a 1867	1826 a 1842
Floral: Padrão <i>Sheet</i> Floral	Repetição de pequenas flores usualmente sobre toda a superfície do recipiente.	1795 a 1867	1826 a 1842
Floral Central	Grupo de flores localizado no centro do recipiente, usualmente rodeado por uma área sem impressão.	1784 a 1869	1833 a 1849
Clássico	Urnas, flores de acanto, templos com colunas, figuras em trajes clássicos, elementos gregos e chaves	1793 a 1868	1827 a 1827 a 1847
Romântico	Figuras pequenas em primeiro plano, passeando, pescando e etc., fontes de água, tais como rio ou lagoa em meio	1793 a 1870	1831 a 1851

²⁵ Ressaltando que a sequência está baseada no critério de valor estabelecido por Miller, indo das mais baratas para as mais caras.

	da paisagem, bandeiras, tendas, pequena torre ou pavilhões em primeiro plano edifícios ao fundo		
--	---	--	--

Tabela 1 - MOTIVOS CARACTERÍSTICOS DOS DESENHOS CENTRAIS Fonte: TOCCHETTO, 2005: 31 (Adaptação da tabela de Samford, 1997: 06,17)

Para os motivos decorativos nas bordas em peças decoradas na técnica *transfer-printing*, Samford (1997 apud TOCCHETTO et al, 2005) também estabelece datas (ver tabela 2). Portanto, quando a dimensão do fragmento não possibilitou a análise do motivo central, esta foi realizada tendo na borda da peça sua referência.

TABELA 2- MOTIVOS IMPRESSOS NAS BORDAS			
TIPO DE BORDA	MOTIVOS	PERÍODO DE PRODUÇÃO	PICO DE PRODUÇÃO
Continuação de Cena Principal	Elementos que fazem parte do desenho central, restritos às cenas Britânicas, Americanas e Exóticas.	1784 a 1901	1815 a 1887
Repetição Continua	Floral: Aparece nas cenas exóticas, Americanas e Inglesas.	1784 a 1856	1820 a 1836
	Geométrico: Losangos, favos de mel, borboletas, Joo-I e motivos chaves. Aparece em associação com os motivos centrais chineses e chinoiserie.	1784 a 1884	1818 a 1829
	Linear: Linhas concêntricas muito próximas ao redor da borda, servindo como fundo de motivos florais descontínuos ou motivos em espiral e volutas.	1820 a 1891	1942 a 1858
Repetição não continua	Floral: aparece associado aos motivos centrais românticos, pastoral, gótico e floral (ou também com cartuchos).	1799 a 1894	1829 a 1843
Cartuchos	Pequenos cartuchos ovais ou ablongos, com uma variedade de desenhos, usualmente encontrados em associação com elementos florais (frequentemente impressos em White granite ware), foram incorporados nas décadas de 1830 e 1840. Podem ser: Floral Cenas Objetos	1802 a 1889 1790 a 1889 1809 a 1889	1832 a 1848 1832 a 1847 1838 a 1849

Tabela 2 - Motivos impressos nas bordas. Fonte: TOCCHETTO, 2005: 31 (Adaptação da tabela de Samford, 1997: 06,17)

De acordo com Samford (1997:20 apud TOCCHETTO et al, 2001:31) o uso das cores esteve sujeito aos avanços tecnológicos ocorridos principalmente durante o

século XIX, assim como as técnicas de decoração utilizadas. Deste modo, as cores se apresentam como indicadores cronológicos, da mesma forma que as marcas de fabricantes, fornecendo informações quanto à procedência da peça, seu período de fabricação, a denominação do modelo, entre outros (ver tabela 3).

TABELA 3 – CORES;		
COR	PERÍODO DE PRODUÇÃO	PICO DE PRODUÇÃO
Azul Escuro	1802 a 1846	1819 a 1835
Azul Médio	1784 a 1859	1817 a 1834
Preto	1785 a 1864	1825 a 1838
Marrom	1818 a 1869	1829 a 1843
Azul Claro	1818 a 1867	1833 a 1848
Verde	1818 a 1859	1830 a 1846
Vermelho	1818 a 1871	1829 a 1842
Lilás	1818 a 1879	1830 a 1846
Violeta	1818 a 1870	1837 a 1852
Rosa	1784 a 1864	1827 a 1842

Tabela 3 – CORES Fonte: TOCCHETTO, 2005: 34 (Adaptação da tabela de Samford, 1997:20)

Para as louças que apresentaram a decoração azul borrão, associados a técnica *transfer printing*, também foi utilizada a classificação feita por Samford, onde é identificado os períodos de produção de maior popularidade para os elementos decorativos caracterizados por paisagens com temas chineses, paisagens europeias de inspiração romântica e motivos florais (ver tabela 4).

TABELA 4 – AZUL BORRÃO, ASSOCIADO À TÉCNICA <i>TRANSFER PRINTING</i>			
Cena ou motivo decorativo	Descrição	Período de Produção	Pico de Produção
Chinoiserie	Paisagens com temas chineses	1828 – 1867	1841 a 1854
Paisagem romântica	Paisagens européias de inspiração romântica	1830 – 1920	1849 – 1863
Chinoiserie floral	Motivos florais com peônias, crisântemos, flor de lótus e borboletas	1834 – 1887	1839 – 1856
Motivo floral central	Motivos florais com quaisquer flores	1862 – 1929	1890 – 1904

Tabela 4 - Azul borrão, associado à técnica transfer printing Fonte: TOCCHETTO, 2005: 31 (Adaptação da tabela de Samford, 1997: 36)

A análise morfológica das peças foi feita baseado nas informações fornecidas pelo catálogo *Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista* (2000:118), que sugere a separação de dois grupos principais que se caracterizarem pelos pratos e malgas:

- São pratos os recipientes abertos, de forma típica circular, borda direta ou extrovertida e geralmente com fundo e base planos. Apresenta, via de regra, profundidade menor do que

2/5 do diâmetro da boca. Pertencem a este grupo o prato raso, prato fundo, o prato pequeno, o pires e a travessa. Para efeito de análise dos atributos morfológicos foi considerada neste tipo a tampa.

- Malga são os recipientes geralmente abertos ou verticais, de forma típica circular, borda direta, com fundo geralmente côncavo, base plana e suporte alto. Era utilizada, geralmente, no consumo de café, chocolate, alimentos líquidos e pastosos. Apresenta profundidade maior ou igual a 2/5 do diâmetro da boca. Pertencem a este grupo a malga, a xícara, a tigela e o Urinol. Para efeito de análise dos atributos morfológicos foram considerados neste tipo o bule, o pote e a garrafa.

Para quantificação foi considerada a variabilidade de estilos presentes nas louças na escala intersítio e, posteriormente, intrasítio. A quantificação foi demonstrada através da classificação nominal, que permite a separação de objetos e atributos em categorias, considerando zero como a ausência do fenômeno. Ainda foi utilizado o teste *Chi Quadrado* que emprega “dados medidos na escala nominal, classificados em categorias e empregado para avaliar a correspondência entre distribuições numa ampla gama de situações” (SHENNAN, 1997:104).

3.3. Análise preliminar

A partir da amostra oriunda dos projetos Rota e do sítio Patacho, foi realizada uma análise preliminar das louças com o propósito de observar como estas estavam distribuídas no contexto intersítio. Objetivou-se a priori fazer uma relação comparativa entre as louças encontradas no entreposto comercial de Patacho e as louças encontradas nos engenhos. Para isto foi privilegiado o atributo denominado de **técnica decorativa**, considerando seu potencial em fornecer cronologias para as peças e valor de custo conforme a Escala Econômica proposta por Miller, mencionado anteriormente.

Vale ressaltar que, nesta etapa, a categoria **Louças decoradas de forma simples**, representada por decorações como a *Shell edged* e *banded ware*, foram incorporadas a categoria pintada à mão, visto que para além de observar a cronologia das peças inseridas nestes sítios, buscou-se compreender em quais dessas unidades encontravam-se as louças mais caras, ou seja, as louças decoradas na técnica *transfer-printing*.

Não é o objetivo deste trabalho, estabelecer um parâmetro para o comportamento de consumo em cada um desses sítios, mas sim compreender preliminarmente como as louças, através dos atributos mencionados acima, se distribuíram nesses contextos.

No sítio Patacho, as louças sem decoração apresentaram a maior frequência, caracterizando um total de 715 fragmentos que corresponde há 48% do total da amostra. A técnica decorativa pintada a mão apresentou 449 fragmentos de louças (30%). Por sua vez, os fragmentos decorados na técnica *transfer-print* tiveram uma representação de 331 fragmentos (22%).

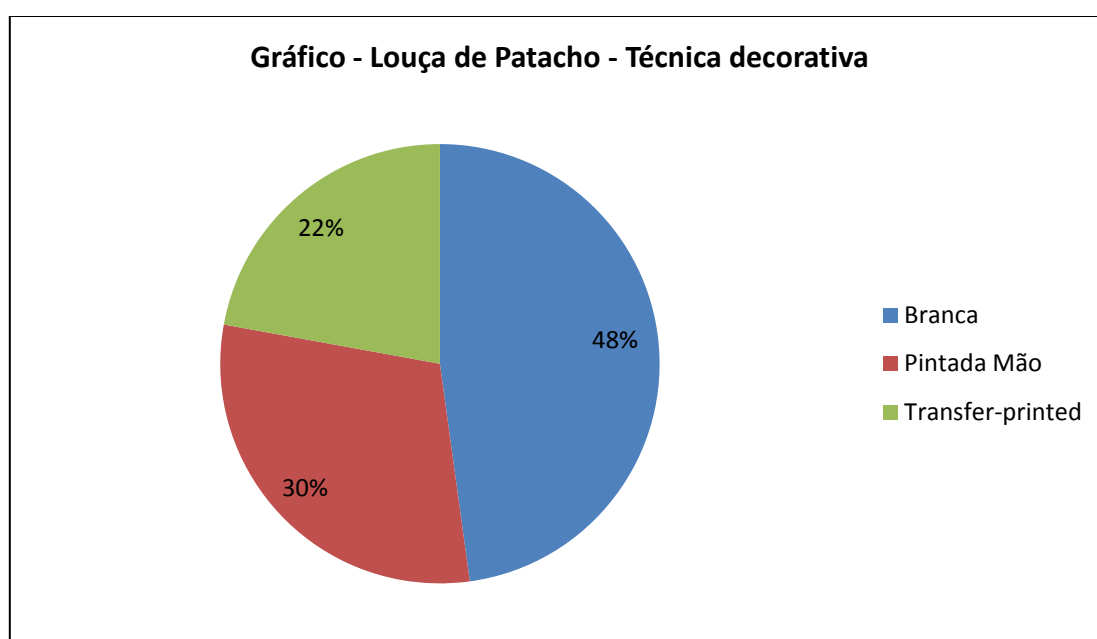


Gráfico2 - Louças de Patacho -Técnica decorativa

TÉCNICA DECORATIVA	QUANT.
Branca	715
Pintada à mão	449
<i>Transfer-Print</i>	331

A maior frequência das louças brancas no sítio Patacho pode está associada ao fato destas serem comercializadas a preços mais baixos durante o século XIX no Brasil, tornando-as acessível às várias camadas da sociedade. Apesar das intervenções em Patacho terem sido realizadas em uma unidade habitacional provavelmente pertencente a uma família de médio porte financeiro, a menor frequência de louças em *transfer* possui coerência quando se reflete sobre as

demais pesquisas realizadas no Brasil em unidades domésticas das chamadas *classes médias* (LIMA, 1995), onde as louças brancas se apresentam mais frequentes, provavelmente em decorrência da sua maior utilização no cotidiano.

A quantidade expressiva de fragmentos de louças no sítio Patacho conduz ao questionamento já levantando anteriormente: como essas louças foram incorporadas ao universo social da sociedade oitocentista do norte de Alagoas?

A fim de tentar responder ao questionamento exposto, cinco sítios prospectados no projeto Rota, como já fora explicitado anteriormente, tiveram sua amostra escolhida para análise parcial: Capiana, Cova da Onça (São José) e São Gonçalo, ambos bangüês; Estaleiro e Escurial, ambos a vapor.

Com o objetivo de observar a distribuição das louças nestes engenhos foi realizada uma análise quantitativa mediante a separação destas considerando a técnica decorativa apresentada. Conforme realizado no sítio Patacho, buscou-se compreender em quais empreendimentos agrícolas havia uma maior frequência de louças decoradas na técnica *transfer-print*.

Como pode ser observado no *gráfico 3*, em todos os engenhos houve uma maior quantidade nos fragmentos de louças pintadas a mão, com exceção para o engenho Capiana, com uma maior representação das louças em *transfer-print*. Nos engenhos Escurial, Estaleiro, Cova da Onça as louças brancas aparecem em seguida como as mais populares. Já no engenho São Gonçalo as louças decoradas pela técnica *transfer* se apresentam como a segunda categoria mais frequente.

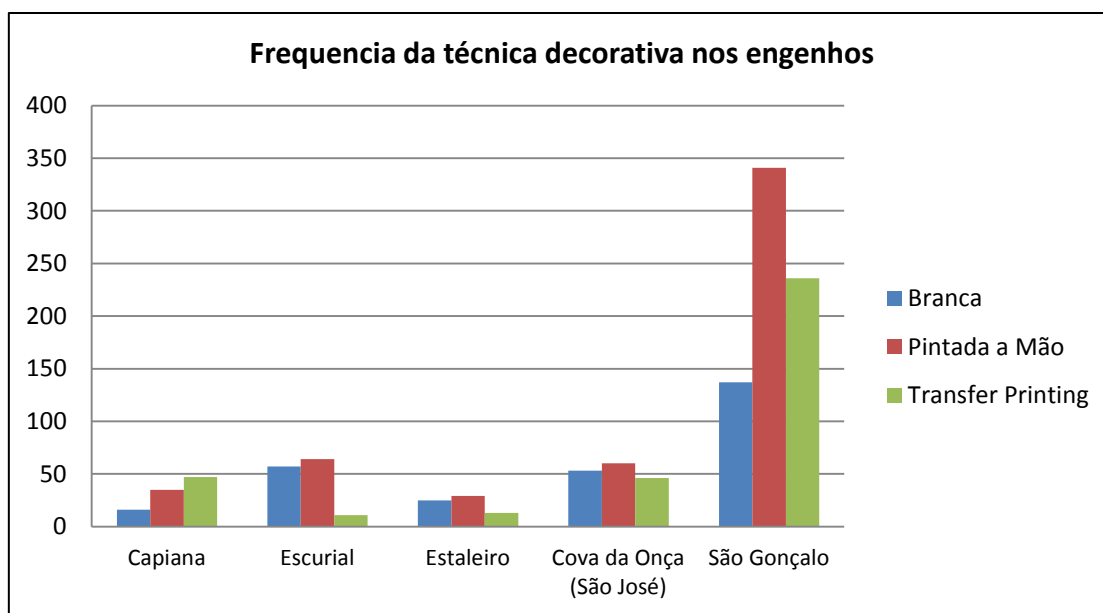


Gráfico3 - Frequência da técnica decorativa nos engenhos

ENGENHO	TÉC. DECORATIVA E QUANT. DE FRAGMENTOS.		
	Branca	Pintada a Mão	Transfer Printing
Capiana	16	35	47
Escurial	57	64	11
Estaleiro	25	29	13
Cova da Onça (São José)	53	60	46
São Gonçalo	137	341	236

Ainda observando o *gráfico 3* outro aspecto de ser discutido: nos engenhos banguês – Capiana, Cova da Onça (São Jose) e São Gonçalo - há uma maior frequência das louças em *transfer* ao contrário dos engenhos a vapor – Estaleiro e Escurial - que apresentam uma baixa incidência desta decoração.

Analisando o contexto específico dos engenhos, a documentação escrita aponta que os engenhos banguês possuíam uma produção de açúcar anual que correspondia há 1000 pães de açúcar para Capiana e 250 pães de açúcar para Cova da Onça. Enquanto que os engenhos a vapor como Escurial produzia 3000 pães de açúcar e Estaleiro 2000²⁶.

²⁶ Referencia tirada a partir das informações contidas no Mapa Demonstrativo de Produção dos Engenhos de Açúcar da Província de Alagoas no Ano de 1859 feita por Moacyr Medeiros de Santana em 1970.

As louças que possuíam a técnica decorativa em *transfer*, ressaltado anteriormente, eram comercializadas a preços mais altos no Brasil durante o século XIX (SYMANSKI, 1997:157). Em Recife as pesquisas realizadas em jornais do século XIX mostraram que as louças que possuíam decoração eram vendidas por preços altos. Um aparelho de chá azul *fino*²⁷, por exemplo, custava em média 40\$000 (DIARIO DE PERNAMBUCO, 01 de outubro de 1829).

Os objetos voltados para higiene pessoal em Maceió também eram vendidos a preços mais altos e se caracterizavam como objetos de luxo, conforme pode ser observado na citação abaixo:

Na copa, de um lado, um guarda-comida de peroba, parte envidraçada, parte com tela de arame, pintada de verde. No lado oposto, numa pequena mesa de madeira, com um furo no centro, estava uma bacia grande, de louça, com uma saboneteira. Tinham sido adquiridos numa “liquidação”, em 1908, por uma fortuna: 100\$000. (LIMA JÚNIOR, 1976:78)

Mesmo não sendo encontrado o preço exato referente à técnica decorativa aplicada às louças, a citação exposta por Lima Júnior (1976) para segunda metade do século XIX em Maceió, reforça a afirmação de Symanski (1997) que as louças brancas estavam sendo vendidas a preços mais baixos no Brasil:

Talheres de aço Solingen, com cabo de osso: faqueiro de prata, Wolff, ou de prata portuguesa legítima adquirido em Lisboa, com 92 peças; **louças brancas para o diário**, vindas em enorme barricas, serviços de chá em porcelana francesa, com larga faixa azul e riscos dourados; serviço completo de jantar, inglês, **louça azul com paisagens e pintadas com frisos e triângulos vermelhos**²⁸. (LIMA JÚNIOR, 1976:79)

As louças analisadas oriundas do entreposto comercial Patacho apresentaram através da técnica decorativa, motivos decorativos similares aos das louças encontradas nos engenhos, o que sugere uma padronização e cronologia aproximada destes artefatos em ambas as localidades. Entretanto, há de se notar uma diferenciação na frequência de louças decoradas nos engenhos banguês, decorações, em sua maioria, de custo mais elevado durante o século XIX.

²⁷ A indicação de objetos "ordinários" e "finos" está sempre presente nos anúncios de vendas de louças durante o século XIX. Mota (2006:196) ressaltava que deveria haver uma louça para o dia-a-dia e outra para ocasiões especiais, pelo menos entre as famílias mais prósperas. Desse modo, considerando o significado a palavra ordinário, pode-se concluir que as louças finas eram utilizadas em momentos “especiais” para determinadas famílias.

²⁸ Grifo Nosso

Considerando estes aspectos pode-se questionar: porque louças mais caras estavam sendo encontradas em engenhos que estavam financeiramente mais pobres?

Sendo os dados arqueológicos utilizados nesse estudo oriundos de uma pesquisa que teve objetivos limitados à localização e estabelecimento de cronologias para sítios da região de Porto de Pedras e Porto Calvo, faz-se prudente uma reflexão sobre as amostras e uso dos mesmos de ponto de vista estatístico.

Como é praxe na arqueologia, adotaram-se duas suposições quanto às amostras. Primeiro, que essas representam populações maiores ou o universo desconhecido do acervo inteiro. Raramente um sítio é escavado inteiramente e mesmo sendo não se pode garantir que foram recuperados todos os fragmentos deixados por um determinado sistema social antigo, pois a perda, fratura e processos degenerativos já teriam impactado esse universo (população). Assim, essa suposição, quase universalmente aceita por arqueólogos, leva à segunda que é da normalidade da distribuição de tipos, classes, variáveis, entre outros, observados em cada amostra. Uma suposição de normalidade possibilita ao pesquisador versar sobre desvios de padrão e graus de confiança, permitindo a avaliação das afirmações sobre os dados em termos de probabilidade estatística (cf. Shennan, 1997; Brennan, 1996).

Considerando as particularidades das amostras retiradas, sendo em quantidades variadas e sítios diversos, e não especificamente obtidas para fins desse estudo, decidiu-se para realizar uma operação estatística básica testar a independência das distribuições das categorias de louças. A realização do teste *CHI-Quadrado*²⁹ informa se há ou não uma relação entre as categorias comparadas, porém não versa sobre a natureza da relação. Mesmo assim, o simples estabelecimento da independência entre categorias dos sítios instiga a busca de interpretações. Depois de realizado o teste e observado o estabelecimento ou não

²⁹ A probabilidade é uma função do valor *Chi Quadrado* calculado em graus de liberdade usando a Tabela *Chi-Quadrado*. A significância vai de 0,0005 até 0,25; por convenção, valores acima de 0,05 são mais 'convincentes', mas arqueólogos como Shennan (1997) e Drennan (1996) minimizam a dependência nesse número, destacando a importância de demais informações para interpretação (como a metodologia na Arqueologia Histórica dispõe).

das relações nas amostras, deve-se buscar outros métodos para interpretar o que está por trás do fenômeno (Shennan, 1997). Vale ressaltar que o teste *CHI-Quadrado* não pode ser realizado com dados esperados (na tabela calculada) com valor menor que 5, que não é o caso aqui.

O teste *CHI-Quadrado* de Independência foi realizado mediante as seguintes as hipóteses (nula e alternativa):

H₀: A distribuição de louças dos sítios são independentes;

H_a: a distribuição das louças nos sítios são relacionadas.

Assim, realizou-se a operação para cinco comparações:

1. A hipótese nula foi aceita, sendo as amostras independentes, ou seja, o consumo (ou aquisição) de louças foram estatisticamente independentes entre os engenhos Banguê e os engenhos à Vapor.

CÁLCULOS DO *CHI-QUADRADO*

Dados:

	BRANCO	PINTADO	TRANSFER	TOTAL
BANGUÊ	69	95	93	257
VAPOR	82	93	24	199
TOTAL	151	188	117	456

Esperado:

	BRANCO	PINTADO	TRANSFER
BANGUÊ	85,1	106,	65,9
VAPOR	65,9	82,0	51,1

Chi Quadrado =35.0

Graus de liberdade = 2

Probabilidade = 0,000

2. A hipótese nula não foi aceita, sendo as amostras relacionadas, ou seja, o consumo (ou aquisição) de louças nos engenhos à vapor foram similares.

CÁLCULOS DO *CHI QUADRADO*

Dados:

	BRANCO	PINTADO	TRANSFER	TOTAL
ESCURIAL	57	64	11	132
ESTALEIRO	25	29	13	67
TOTAL	82	93	24	199

Esperado:

	BRANCO	PINTADO	TRANSFER
ESCURIAL	54,4	61,7	15,9
ESTALEIRO	27,6	31,3	8,08

Chi Quadrado = 5,14

Graus de liberdade = 2

Probabilidade = 0,076

3. A hipótese nula não foi aceita, sendo as amostras relacionadas, ou seja, o consumo (ou aquisição) de louças nos engenhos banguês foram similares.

CÁLCULOS DO *CHI- QUADRADO*

Dados:

	BRANCO	PINTADO	TRANSFER	TOTAL
CAPIANA	16	35	47	98
COVA DA ONÇA	53	60	46	159
TOTAL	69	95	93	257

Esperado:

	BRANCO	PINTADO	TRANSFER
CAPIANA	26,3	36,2	35,5
COVA DA ONÇA	42,7	58,8	57,5

Chi Quadrado = 12.7

Graus de liberdade = 2

Probabilidade = 0,002

4. A hipótese nula foi aceita, sendo as amostras independentes, ou seja, o consumo (ou aquisição) de louças foram estatisticamente independentes entre a casa da Maria Lúcia no sítio Patacho, e o engenho São Gonçalo.

CÁLCULOS DO *CHI-QUADRADO*

Dados:

	BRANCO	PINTADO	TRANSFER	TOTAL
SÃO GONÇALO	137	341	236	714
CASA MARIA LÚCIA (PATACHO)	715	449	331	1495
TOTAL	852	790	567	2209

Esperado:

	BRANCO	PINTADO	TRANSFER
SÃO GONÇALO	275,	255,	183,
CASA MARIA LÚCIA (PATACHO)	577,	535,	384

Chi Quadrado = 19.7

Graus de liberdade = 4

Probabilidade = 0,001

5. Como a quantidade das amostras comparadas pode ser diferente, que é o caso do engenho São Gonçalo com um maior número, realizou-se a redução das categorias dos mesmos em 25%, operação feita para manter as proporções nas células consistentes (SHENNAN:1996:114). Assim, o cálculo resultou na aceitação da H_0 , resultado contraditório ao esperado, assim reforçando a ideia de que testes assim são extremamente sensíveis à amostra, mesmo as proporções mantidas.

CÁLCULOS DO *CHI- QUADRADO*

Dados:

	BRANCO	PINTADO	TRANSFER	TOTAL
CAPIANA	16	35	47	98
COVA DA ONÇA	53	60	46	159
SÃO GONÇALO	34	85	59	178
TOTAL	103	180	152	435

Esperado:

	BRANCO	PINTADO	TRANSFER
CAPIANA	23,2	40,6	34,2
COVA DA ONÇA	37,6	65,8	55,6
SÃO GONÇALO	42,1	73,7	62,2

Chi Quadrado = 168

Graus de liberdade = 2

Probabilidade = 0.000

Naturalmente, uma relação “forte” na comparação de amostras limitadas, e uma relação até fraca na comparação de amostras grandes é preferível. Mesmo assim, conforme Shennan (1997) e Drennan (1996) detectar qualquer possível independência na relação é a função do *CHI-Quadrado*, sendo os cálculos em si sujeitos a um número de fatores.

Apesar da quantidade de fragmentos cerâmicos escavados de um sítio arqueológico pode proporcionar uma ideia errônea quanto ao número de vasilhames (artefatos cerâmicos individuais) representados, esse nível de análise foi considerado adequado para o presente estudo. Assim sendo, não foi realizada a contagem mínima de vasilhames. De acordo com Orton (2002) número mínimo (*EVE – Equivalente Vessel Estimate*) tem benefícios aparentes quando a amostra é muito grande, mas no caso específico desta pesquisa os dados disponíveis se restringiram à coleta em superfície e sondagens limitadas apenas para alguns sítios. O EVE tem capacidade de fornecer evidências no nível intrassítio, como, por exemplo, em análises de estruturas domésticas ocupadas por grupos diferentes ou os mesmos grupos no decorrer de tempo. O projeto que forneceu os dados para este estudo teve por objetivo, principalmente, o estabelecimento de

cronologias. Sendo as intervenções direcionadas para locais que prometiam revelar informações importantes em pouco tempo, não sendo voltadas à espacialidade.

Dado os resultados simples dos testes *CHI-Quadrado*, instigando uma investigação da diferença de consumo entre as louças dos engenhos Banguê e à Vapor, sentiu-se a necessidade de analisar as louças em um contexto mais específico, levando em consideração alguns atributos importantes - morfologia, motivo decorativo, entre outros - para interpretação dos resultados. Desta feita, o engenho São Gonçalo foi escolhido por possuir uma quantidade mais significativa na amostra de louças e por apresentar um resultado inesperado quanto o CHI-QUADRADO. No próximo capítulo será feito um estudo mais específico das louças encontradas neste engenho, considerando os aspectos de análise que foram discutidos na parte metodológica.

4. O ENGENHO SÃO GONÇALO

A análise realizada no capítulo anterior demonstrou que as louças que possuíam a técnica *transfer-print* tiveram uma maior expressividade nos engenhos bangüês. Este aspecto levou ao questionamento já mencionado anteriormente: porque louças mais caras foram encontradas em engenhos com uma menor produção de açúcar e com uma estrutura econômica ameaçada? Este questionamento, levantado a partir dos resultados preliminares, conduz a uma reflexão acerca da função exercida por esses aparelhos de louças na sociedade oitocentista no norte de Alagoas. O que representava para aqueles grupos domésticos estes objetos? Através das evidências arqueológicas é possível fazer apontamentos sobre esta questão?

Para compreender estes apontamentos foi realizado um estudo de caso com o objetivo de aprofundar a análise. Nesta etapa foram considerados vários atributos presentes nas louças, tais como: esmalte, técnica decorativa, complexidade da técnica, motivo decorativo, morfologia e, quando encontrado da literatura especializada, o padrão decorativo³⁰.

A escolha de São Gonçalo para análise intrassítio foi feita mediante a observação de alguns critérios considerados aqui importantes: 1) a quantidade de fragmentos de louças em São Gonçalo teve uma maior expressividade, este aspecto se torna importante para análises quantitativas resultando, também, em informações de ordem qualitativa; 2) os trabalhos arqueológicos que foram desenvolvidos neste engenho abarcaram a prospecção de superfície bem como as prospecções de sub-superfície, de modo que as informações dele retiradas através da estratigrafia, vestígios e artefatos dão as interpretações um maior grau de confiabilidade; 3) por fim, os dados contextuais relacionados a este sítio se apresentaram como informações complementares ao registro arqueológico possibilitando uma maior reflexão acerca do papel da cultural material.

³⁰ Estes atributos encontram-se descritos na página 93 e 94 do terceiro capítulo.

O objetivo deste capítulo é associar as evidências arqueológicas às informações históricas, buscando compreender através da análise das louças como estas foram inseridas no cotidiano de São Gonçalo, quais os significados impostos a estas pelo grupo doméstico que habitou este engenho.

A metodologia arqueológica neste engenho, como já fora citado no capítulo anterior, foi realizada através da prospecção visual e da prospecção de sub-superfície que resultou em uma amostra de 902 artefatos, sendo 810 fragmentos de louças. Através da prospecção visual foi recolhida a maior parte do material arqueológico, oriundo de uma densa concentração de artefatos localizado nos fundos da casa-grande. As sondagens, apesar de apresentarem uma quantidade menor de artefatos, concederam informações relevantes a respeito da estratigrafia do sítio; foi observado que o terreno onde está localizado o sítio fora, por diversas, vezes remexido para a agricultura ou para construção de unidades residenciais. Na tabela abaixo pode ser observado uma sucinta descrição acerca das sondagens realizadas.

PROSPECÇÃO DE SUB-SUPERFÍCIE - ENGENHO SÃO GONÇALO				
Sondagem	Quantidade de Camadas	Prof.	Material	Observação
Sondagem- 1	3	40cm	Material Construtivo	Este poço-teste foi realizado próximo a capela do engenho.
Sondagem- 2	2	40cm	Cerâmica simples e material construtivo.	Este poço-teste foi realizado próximo a capela do engenho.
Sondagem- 3	1	42cm	Material construtivo, cerâmica simples, carvão, ossos de microfauna.	Realizada na área entre a capela e a casa-grande.
Sondagem- 4	3	20cm	Material construtivo, cerâmica simples, louça, carvão.	Realizada nas imediações da casa-grande. Essa sondagem apresentou uma piso de uma estrutura de casa.
Trincheira - 1	2	30 cm	Material construtivo, cerâmica simples, louça, ferro e microfauna	Trincheira realizada próximo ao quintal da casa-grande.

Tabela1- Prospecção de sub-superfície – Engenho São Gonçalo

A interpretação da cultura material em ambientes domésticos é possível apenas quando os grupos que habitavam esses espaços são considerados. Desse

modo, os dados contextuais particulares se apresentam fundamentais para o entendimento do registro arqueológico.

Considerando que sobre as unidades domésticas repousam um grande potencial interpretativo, estes locais podem ser estudos na arqueologia histórica como espaços onde se torna possível perceber diferentes maneiras de apropriação dos discursos que, por sua vez, se concretizam nas práticas cotidianas e podem ser observadas no registro arqueológico através dos artefatos relacionadas a vida doméstica (TOCCHETTO, 2010:25).

Para compreender os grupos domésticos que habitaram o engenho São Gonçalo será feita a seguir uma contextualização histórica e arqueológica, dando destaque aos aspectos relacionados ao cotidiano e aos modos como viviam estes grupos, bem como aos fatores responsáveis por mudanças interna na estrutura do engenho.

4.1. Contexto Histórico e Arqueológico

O Engenho São Gonçalo, apesar de estar geopoliticamente situado no município de Porto de Pedras, está localizado mais próximo ao centro urbano da cidade de Porto Calvo, distando apenas 8,5 km. Os aspectos relacionados a sua história podem ser observados nas informações disponíveis nos documentos escritos³¹, na oralidade e na cultura material que atualmente se configura como umas das fontes mais ricas e acessíveis a respeito da história deste engenho.

Este engenho banguê durante o século XVIII era alcunhado de **Engenho Prazeres**, permanecendo com esta designação até meados de 1860 quando na documentação escrita passou a ser chamado de São Gonçalo.

³¹As fontes escritas relacionadas a São Gonçalo geralmente tratam de assuntos referentes à genealogia de seus proprietários ou a informações de ordem eclesiástica, em decorrência da capela que funcionou no engenho durante séculos. Outra fonte comum são os documentos que tratam dos engenhos do norte de Alagoas de um modo geral, que se constituíam em dados importantes para a administração do governo provincial. Estas fontes trazem informações relativas a produção anual de açúcar dos engenhos, nome dos seus proprietários, período de funcionamento, entre outras. Para além destes documentos também foram consultadas as fontes utilizadas por Holanda (2007b) na construção do seu livro *Buarque: Uma Família Brasileira, V. I*, que se baseou em diários e notas pessoais dos séculos XVIII e XIX de pessoas próximas a família que habitou o engenho São Gonçalo durante este período.

O início de São Gonçalo como engenho se deu por volta da segunda metade do século XVIII e pertencia naquela época ao Padre Manuel Gomes, um dos mais poderosos e influentes senhores de engenhos do Norte de Alagoas (BUARQUE, 2007:42). Padre Manuel, como era conhecido, possuía mais três engenhos: Escurial, Santa Ana e Camaragibe, que assim como São Gonçalo se caracterizavam como uns dos engenhos mais produtivos de cana-de-açúcar da região³².



Figura 1 - Estrutura do engenho e casa-grande. Fonte: Acervo do Nepa

³²As informações relacionadas ao Padre Manuel Gomes foram retiradas do Livro de Certidões nº 34, página 86 do Arquivo da Faculdade de Direito do Recife segundo Buarque (2007:43).



Figura 2 - Capela do Engenho. Foto: Rute Barbosa

Estando localizado próximo ao leito do Rio Mucaité, São Gonçalo teve sua força motriz desde o início ligada à água³³. Os atuais proprietários contam que existia uma roda d'água nas imediações do antigo engenho localizada na parte baixa do terreno. Ainda de acordo com os relatos orais a água vinda do rio descia de uma encosta alta, passava pela roda d'água e vazava para o açude do engenho, que permanece no local até os dias atuais.

Durante o século XVIII, de acordo com as informações fornecidas pelo frade Loreto Couto (1981), havia três tipos de engenho d'águas no Brasil: o “copeiro”, o “meio copeiro”, e o “rasteiro”. Era chamado de “copeiro” aquele engenho em que a água que movimentava as moendas caía do alto sobre a roda; “meio copeiro”, quando a água caía de menor altura ou quase da mesma altura da moenda; e “rasteiro”, quando a água corria de ponto baixo. Levando em consideração as informações orais é provável que a tipologia do engenho São Gonçalo esteja

³³Os engenhos movidos a água do ponto de vista de funcionamento foi o primeiro tipo conhecido no Brasil, como afirma Diegues Júnior: “O primeiro tipo de engenho conhecido no Brasil foi, sem dúvida, o movido a água. Facilitou a utilização dessa força à movimentação das moendas a abundância de rios na área açucareira, erigindo-se os engenhos à margem das correntes d'águas. Foi assim importante o papel dos rios nos primeiros tempos da economia açucareira.” (DIÉGUES JÚNIOR, 2006:42)

relacionada com as características do “meio copeiro” conforme descrito por Loreto Couto.



Figura 3 - Rio Maucaité. Fonte: Acervo do Nepa



Figura 4 – Engenho São Gonçalo e acima o detalhe do forno. Fonte: Acervo do NEPA.



De acordo com Carvalho (1988:21) a construção desses engenhos próximos aos cursos d'águas se deu por conveniência na comunicação e no transporte do açúcar e de escravos. Outro fator que influenciou esta escolha foi a possibilidade de aproveitamento de alimentos marinhos, como os peixe, os caranguejos, os pitus, os camarões e os siris. “A água era, portanto, um componente generalizado da paisagem” (CARVALHO, 1988:21) dos engenhos banguês no nordeste brasileiro.

Grande parte das informações referentes à história do engenho São Gonçalo no século XVIII são oriundas de documentos eclesiásticos, relacionados a batizados e casamento³⁴. Com exceção de alguns diários e notas de parentes e amigos próximos, que deixaram escrito suas impressões a respeito deste engenho. Estas fontes foram analisadas por Holanda (2007a e b) e se apresentam importante para compreensão do cotidiano no engenho Prazeres, pois descrevem os modos como viviam os proprietários, escravos e trabalhadores. Em alguns momentos nestas fontes são descritos em detalhes como eram realizadas batizados, casamentos, festas, almoços e jantares.

Por volta de 1783 Prazeres já era propriedade de José Ignácio de Lima, casado com Luiza Buarque com quem tivera um filho chamado Pedro Crisólogo. Neste período de prosperidade o engenho Prazeres era conhecido na região, grandes festas como batizados, aniversário, almoços e jantares eram realizadas nos engenhos por seus proprietários.

Em um dos diários analisados por Holanda (2007b:36) existe a descrição de um almoço de aniversário realizado pelo proprietário, José Ignácio de Lima, para seu filho, que havia completado 20 anos de idade, entre 1785 e 1786. Nas anotações do diário há menção ao objetivo do proprietário do engenho em tentar casar seu filho com a filha do proprietário do engenho Samba, com quem gostaria de manter estreitas relações de ordem comercial:

No dia em que completou 20 anos, uma noite de festa que reuniu gente de todos os engenhos até o cair da noite, Pedro, afinal viu-se sozinho com o pai na varanda. Fora um dia alegre, o engenho Prazeres honrara as visitas com um almoço de que ninguém se esqueceria, a mesa coberta de iguarias que as escravas havia dias cuidavam de preparar. Muito também vinho português beberam. O Coronel não escondia o desejo de que, afinal, Samba e Prazeres

³⁴ Ver Buarque 2007:99-120

pudessem de alguma forma unir-se pelo matrimônio de seus filhos. (HOLLANDA, 2007b:34-36)

Contudo, ao invés de casar-se com uma das filhas de proprietários de outros engenhos, como quisera seu pai, Pedro casou-se com uma índia-escrava chamada Rita Maria da Conceição Lima, filha de natural de seu tio Luís Coelho de Lima com uma escrava de nome Cosma Maria da conceição, também moradora do engenho Prazeres. Este matrimônio parece que foi aceito pelo patriarca da família, José Ignácio, que em um dos festejos anuais do engenho, por volta de 1790, deu alforria aos netos e construiu ao lado da casa-grande uma residência para o jovem casal, conforme pode ser observado na descrição abaixo:

No final daquele ano, o engenho Prazeres ganhou mais uma construção. Um pouco a parte da casa grande, ergueram a casa de Pedro e Rita. Ela continuou a ajudar a tia nos afazeres da casa, mas passou a ter um lugar a mesa com a família. Foram olhares constrangidos e silêncio nervoso nas primeiras vezes. Rita, trêmula, mal conseguia que a comida lhe passe pelo nó que apertava a garganta. Logo, acostumaram-se com a novidade e, na vila, Rita já era conhecida como a senhora de Pedro Crisólogo. (HOLLANDA, 2007b:38)

Ao que consta nestes registros escritos Pedro ficou casado com Rita Maria durante sete anos, quando esta veio a falecer em decorrência de parto do seu quarto filho. Pedro então se casou novamente com Ana Joaquina Buarque, com quem teve outro quatro filhos.

A trincheira realizada próxima a casa-grande revelou um alicerce a 20cm de profundidade que foi associado a um piso escavado nas imediações casa-grande. Além disso, um corte no perfil próximo a estrada que leva até a capela, apresentou vestígios de um alicerce, que parece está associado as demais ocorrências arqueológicas mencionadas. Conclui-se então que este piso pode fazer parte da residência domestica de Pedro e Rita Maria.



Figura 5 - Piso. Fonte: Acervo do NEPA



Figura 6 - Estrutura. Fonte: Acervo do NEPA

Por meados de 1795 foi realizada em Prazeres uma das mais tradicionais festas anuais do engenho: A botada. Este ritual se caracterizava como a festa mais típica nos engenhos do nordeste brasileiro e era realizada no dia em que se principiava a moagem anual da safra da cana. Era um momento de celebração da

colheita (CARVALHO, 1981; DIÉGUES JÚNIOR, 1996a). Esse era um evento deveras importante para o **status** do engenho, pois apresentava aos que viam de fora a prosperidade. Era importante que no momento da festa os donos da casa estivessem vestidos com as melhores roupas, apresentassem as melhores iguarias, e estas, servidas da melhor forma possível.

Sobre a botada no engenho Prazeres Holanda (2007b:40-43) transcreve trechos do diário de Francisco Xavier de Lima, que, posteriormente, na segunda metade do século XIX se tornou proprietário do engenho:

Na véspera da festa, a grande mesa da sala parecia ter encolhido, tantas formas e assadeiras que ali enfileiravam. Pasteis de nata, bons bocados, broinhas de goma dividiam espaço com as compotas coloridas de frutas diversas. (...) Cedo os convidados começaram a chegar. A todo momento um novo coche despontava ao longe e logo mulheres desciam, erguendo com cuidado os vestidos de festa, homens ajeitando o talhe das casacas. Veio gente de longe, porque foi feita questão que todos estivessem presentes. (...) Na cozinha, as negras se desdobravam junto ao fogão a lenha. O olhar atento de cosma supervisionara o cozimento das carnes que o próprio senhor do engenho cuidara de selecionar. Frangos gordos, garrotes, porcos, todos cevados há um bom tempo só para ocasião. Às dez horas, o pátio junto à porteira estava coalhado de coches e animais dos convidados. Zé Ignácio tocou o grande sino do alpendre e convidou a todos a se dirigirem à capela, onde padre Ribas celebraria a missa. O sol era forte e algumas mulheres abriram a sombrinha, enquanto outros tentavam proteger as peles alvas sob chapéus. Padre Ribas à frente, seguiu a passos lentos para capela de Nossa Senhora da Conceição. (...) A capela ficou pequena para tantos convidados. As mulheres sentaram-se com as crianças, enquanto os homens, chapéus nas mãos, ajeitaram-se pelas laterais. Padre Ribas abençoou o engenho Prazeres e pediu a oração de todos pela fertilidade da terra e saúde dos anfitriões. A festa prosseguiu na casa do engenho, onde padre Ribas abençoou também a moenda. Zé Ignácio aproximou-se com uma pequena braçada de canas já descascadas e ornadas com fitas coloridas e ofereceu-a ao padre para que desse início a primeira moagem. Quando o ruído da moenda rompeu o silêncio de expectativa, os gritos de vida ecoaram por toda casa. Padre Ribas apertou a mão de Zé Ignácio. O Engenho Prazeres começava a botar.

Durante o século XIX a botada continuou a ser uma festa de grande repercussão nos engenhos. Diégues Junior (2006:306) afirma que muitos senhores publicavam notas ou avisos em jornais de circulação local e regional falando sobre o festejo, alguns até escreviam comentários posteriores a festa nestes mesmos jornais falando acerca da comemoração, dos convidados, das comidas, entre outros.

Na segunda década do século XIX Prazeres já era propriedade de Francisco Xavier de Lima, nascido em 1787 e batizado na capela deste engenho. Tornou-se proprietário de Prazeres porque se uniu em matrimônio a sua prima Ana Joaquina Buarque, viúva de Pedro Crisólogo. Há menção a Francisco Xavier em um dos jornais do Diário de Pernambuco, onde é colocado um anúncio sobre a fuga de escravos do engenho prazeres:

Do Engenho Prazeres termo de Porto de Pedras e Provincia das Alagoas fugirão 2 escravos pertencentes a Francisco Xavier de Lima, hum crioulo de nome Ignacio, idade de 35 anos pouco mais ou menos, alto, e barbado tem os beiços vermelhos, outro de nome Pedro, de Angola, idade de 20 annos, baixo, e pouca barba, tem os pez cambados, e já foi carnicheiro nesta Praça, fugirão 1 a 10 mezes e outro a 2 e como julgar-se estarem nesta praça, qualquer Capitão de Campo, ou alguma pessoa que disto viva poderá os procurar e no caso de os pegar, poderá entregar na rua do Fagundes caza de Thomaz Joze da Silva Gusmão que o dito Sr. Lhe pagará o seu trabalho. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 09 de maio de 1827)

As informações referentes aos escravos em Prazeres geralmente estão associados às festas realizadas no engenho, em que os criados são citados por serem responsáveis pela preparação de comidas, decoração, entre outros aspectos. Estes criados, os que tinham contato direto com a família senhoral e suas visitas, vestiam-se à moda europeia, com calças, camisas e “até mesmo colete, sugerindo ares de mordomo” (CARVALHO, 1988:33). Em algumas ocasiões especiais, como jantares festivos, os escravos usavam joias de pequeno valor, que acrescentavam um toque de requinte ao ambiente da casa-grande (BUARQUE, 2007b:248).

Durante o século XIX o engenho Prazeres continuou a ser conhecido pelas grandes festas que realizava na região de Porto Calvo. Cada batizado, cada primeira comunhão e cada casamento era pretexto para uma festa especial, salientando-se a do casamento, que durava semanas, com mesa posta para todos os convidados, “que sempre eram tanto mais quanto fosse maior o status do patriarca que pagava as despesas” (CARVALHO, 1988:46).

As grandes festas realizadas em Prazeres não se davam apenas em função dos proprietários do engenho. Na capela eram batizados filhos de outros senhores, bem como de amigos e parentes próximos. Era comum um Senhor de engenho Compadre de outros, isso fazia parte da estratégica política: quanto melhor fossem

as boas relações de um senhor, mais popular na política local ele podia ser, afirmando desse modo seu status perante a sociedade.

As festas realizadas nas capelas eram celebradas não apenas com pompa religiosa; “ao lado do ritual católico estavam às festas, as comemorações, os jantares” (O Município de Camagibe, n. 3, 8 de setembro de 1892). Ainda nos fins do século XIX “os batizados de engenho eram festejos que abalavam a redondeza. Lauto almoço, opíparo jantar, multiplicidade de iguarias e variedade de bebidas”. (DIÉGUES JÚNIOR, 2006:216)

Apesar de conceder diversas festas, batizados e estar sempre em evidência durante o século XIX, a situação econômica do engenho Prazeres, assim como a de outros engenhos banguês na região, não era mais tão segura.

A partir de 1836 se sucederam várias epidemias de cólera na região norte do estado de Alagoas, tendo como principais afetados os escravos. As senzalas eram locais em que estas epidemias se espalhavam com rapidez e facilidade em decorrência das péssimas condições de higiene.

Mas, de um modo geral, não foram apenas os escravos que perderam sua vida, muitos senhores e famílias “tiveram suas vidas ceifadas pela epidemia” (DIÉGUES JÚNIOR, 2006a:125). De acordo com as evidências materiais e históricas, as epidemias parecem ter atingido o engenho São Gonçalo durante este período. Os atuais moradores contam que há anos atrás enquanto faziam a limpeza do terreno, nas imediações da atual casa-grande, encontraram uma grande quantidade de ossos em uma espécie de vala. De acordo com as descrições deste período as pessoas que faleciam em decorrência dessas doenças eram sepultadas longe da capela por se tratar de uma doença contagiosa. Esta afirmação pode ser observada na descrição destes fatos no engenho Samba:

Joaquim José Buarque, terceiro filho de José Ignácio e Maria José, faleceu de febre amarela em 1836, um ano após a morte da sua mulher pelo mesmo motivo. Na ocasião, houve uma epidemia e vários moradores do engenho faleceram. Seus corpos foram sepultados muito distante da capela, por se tratar de uma doença contagiosa. (HOLLANDA, 2007a:171)

Os engenhos que foram assolados por estas epidemias tiveram sua estabilidade econômica profundamente comprometida. A perda de escravos fez

gerar um problema: Quem iria produzir açúcar para os engenhos banguês? A crise se agravou com a progressiva diminuição do braço escravo em virtude da paralisação do tráfico (DIÉGUES JUNIOR, 2006:124).

Outros fatores neste período também acentuaram a crise nos banguês, conforme tratado no segundo capítulo. Além das baixas no preço de açúcar, as primeiras máquinas a vapor começavam a chegar à região. Alguns senhores, afetados pelas epidemias, não possuía recursos financeiros para adquirir este novo equipamento, o que parece ter sido o caso do engenho Prazeres.

Durante meados de 1850 dois engenhos nas proximidades de Prazeres adquiriram uma máquina a vapor: Engenho Canoas e Engenho Lucena³⁵, que passaram a produzir mais e em menor tempo. O prestígio de Prazeres, alicerçado na quantidade anual de açúcar que produzia, se encontrava em perigo. Neste período o engenho já era de propriedade de João Luiz dos Reis³⁶ que havia se casado com uma das filhas de Francisco Xavier de Lima.

Apesar de não constar na documentação escrita consultada, os vestígios de estruturas no sítio mostram que este engenho passou por algumas reformas e mudanças estruturais associadas a casa-grande que, provavelmente, aconteceram durante o século XIX. Esta informação pode ser observada nos relatos apresentados por Holanda (2007b:186) onde aponta para algumas construções e reformas no engenho durante o século XIX. Nos fundos da atual casa-grande existe uma disposição de estruturas antigas que parece ter feito parte da atual casa-grande. Nas imediações destas estruturas encontra-se uma densa concentração de artefatos arqueológicos, sobretudo, de objetos relacionados ao uso doméstico, como as louças.

³⁵ As informações referentes aos engenhos Lucena e Canoas foram retiradas do documento "Succinta Descrição do Município de Porto Calvo (Prov^a das Alagoas)" de Olympio Eusébio de Arroxelas Galvão, 1881.

³⁶ Informação retirada do Mapa demonstrativo dos engenhos de fabricar açúcar moente e correntes da Província das Alagoas no ano de 1859 (SAT'ANA, 1970:243).



Figura 7 – Estrutura do Antigo Anexo da Casa Grande. Fonte: Acervo do NEPA

Entre alguns dos elementos novos adicionados a este engenho destacam-se as palmeiras imperiais que se tornaram comuns no Brasil em residência mais abastardas. Azevedo (1994:101-102) afirma que elementos como estes possuíam uma representação simbólica de jogo e poder durante o século XIX:

Entre os elementos novos introduzidos no século XIX na paisagem dos canaviais baianos destacam-se os grandes galpões fabris com suas chaminés³⁷ e algumas construções novas, como os depósitos de bagaço, utilizado como combustível, inexistentes em séculos anteriores. Surgem também Casas-Grandes precedidas de renques de palmeiras imperiais e jardins murados. As modificações refletiam não só a introdução de avanços técnicos como a ascensão de novos senhores de engenho que viriam se somar aos tradicionais, refletem ainda novos hábitos de vida mais urbanos e influenciados pela Europa. [...] Os renques de palmeiras imperiais foram introduzidas no Brasil em 1809 por Luiz Abreu e Silva, que as trouxe do jardim Gabrielle na ilha Maurícia. Essas sementes foram plantadas por D. João VI no Real Horto da fábrica de pólvora da lagoa, no Rio de Janeiro. Vinte anos mais tarde foram transplantadas para o Jardim Botânico. Somente a partir de meados do século XIX é que frutifica a segunda linhagem de palmeiras e então começam a povoar casas particulares do Rio de Janeiro, associadas, quase sempre, à arquitetura neoclássica. [...] as palmeiras imperiais um símbolo de nobreza disputado pelas famílias mais ricas das províncias, especialmente os senhores de engenho.

Infelizmente não se teve acesso aos inventários *post-mortem* dos proprietários do engenho São Gonçalo, que demonstrariam o quadro dos bens materiais que estes possuíam. Contudo, a pesquisa arqueológica desenvolvida tem

³⁷ Este também foi um aspecto muito comum durante o século XIX nos engenhos do norte de Alagoas. A maioria dos engenhos catalogados no projeto Rota possui, em sua estrutura, um bueiro/chaminé associado à estrutura do engenho.

apresentado uma grande quantidade de objetos domésticos, produzidos no século XIX e inserido no cotidiano deste engenho. Um dos exemplos está relacionado às louças que apresentaram diversos tipos e padrões decorativos associados a morfologias distintas.

Os documentos que foram pesquisados até o momento não apresentam informações concernentes à produção de açúcar durante a segunda metade do século XIX no engenho Prazeres/São Gonçalo. A falta destas informações impossibilita a afirmação de que este engenho tenha entrado em crise como acontecera em outros engenhos banguês da região. Por outro lado, pode-se conjecturar que o mesmo estava com sua estrutura econômica ameaçada em decorrência dos diversos fatores que levou a crise dos banguês no século XIX.

Ora, estrutura econômica ameaçada também significava *status* ameaçado. Era necessário agora criar estratégias para manter o sistema e mascarar o declínio pelo qual os banguês estavam sendo assolados. Fontes históricas têm demonstrado que foram muitas as tentativas de senhores de engenho para manter seu status e, conseqüentemente, seu poder (CARVALHO, 1988; SANTANA, 1970; AZEVEDO, 1994). Algumas dessas estratégias de ordem não verbais, como, por exemplo, a implantação de novos elementos na casa-grande que davam um ar de nobreza, estabilidade, prosperidade, afirmavam o *status* do senhor de engenho perante a sociedade. Mas, e as louças? O que essas representavam?



Figura 8 - Interior da casa-grande, sala de estar. Foto: Rute Barbosa.



Figura 9 – Casa Grande Engenho São Gonçalo Fonte: Acervo do NEPA

4.2. AS LOUÇAS DE SÃO GONÇALO

A amostra de louças oriundas do Engenho São Gonçalo foi classificada considerando os seguintes atributos: esmalte, técnica decorativa, cor, motivo decorativo e, quando identificado na literatura especializada, o padrão decorativo e estilo. Conforme já foi mencionado no terceiro capítulo esses atributos quando combinados fornecem informações referentes ao período de fabricação das peças e ao valor atribuído as estas.

Posterior a análise destes atributos foi analisado a morfologia das peças, a fim de verificar em quais formas – xícara, prato, pires, tigelas, entre outros - determinadas técnicas decorativas e motivos se apresentavam mais frequentes.

Para análise da técnica decorativa e dos demais atributos as louças foram agrupadas considerando as seguintes categorias: 1)louças decoradas com superfície não modificada, 2)louças decoradas com superfície modificada. Abaixo segue a relação das louças analisadas ordenadas de se forma sequencial de acordo com as categorias e atributos acima citados.

Esmalte

As louças em *pearlware* foram as mais frequentes na amostra, representam 27% dos fragmentos identificados que correspondem em sua maioria a peças de servir como pratos, molheiras, terrinas, entre outros. As louças com esmalte *whiteware* representam 4% da amostra e estão associadas, sobretudo, a de peças de servir café/chá, como xícaras e pires. Apenas um fragmento apresentou o esmalte *creamware* e sua morfologia está associada a um urinol. Devido às dimensões reduzidas dos demais fragmentos, 68% não tiveram o esmalte identificado.

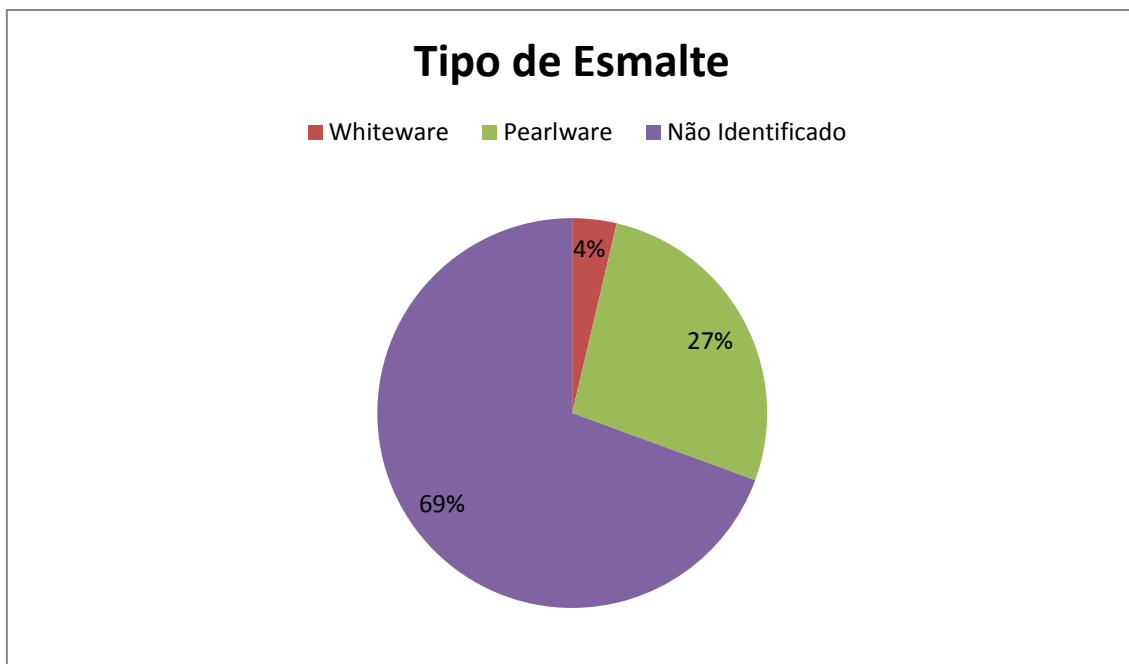


Gráfico 1 - Tipo de esmalte

TIPO DE ESMALTE	QUANT.
Creamware	1
Whiteware	30
Pearlware	220
Não Identificado	567

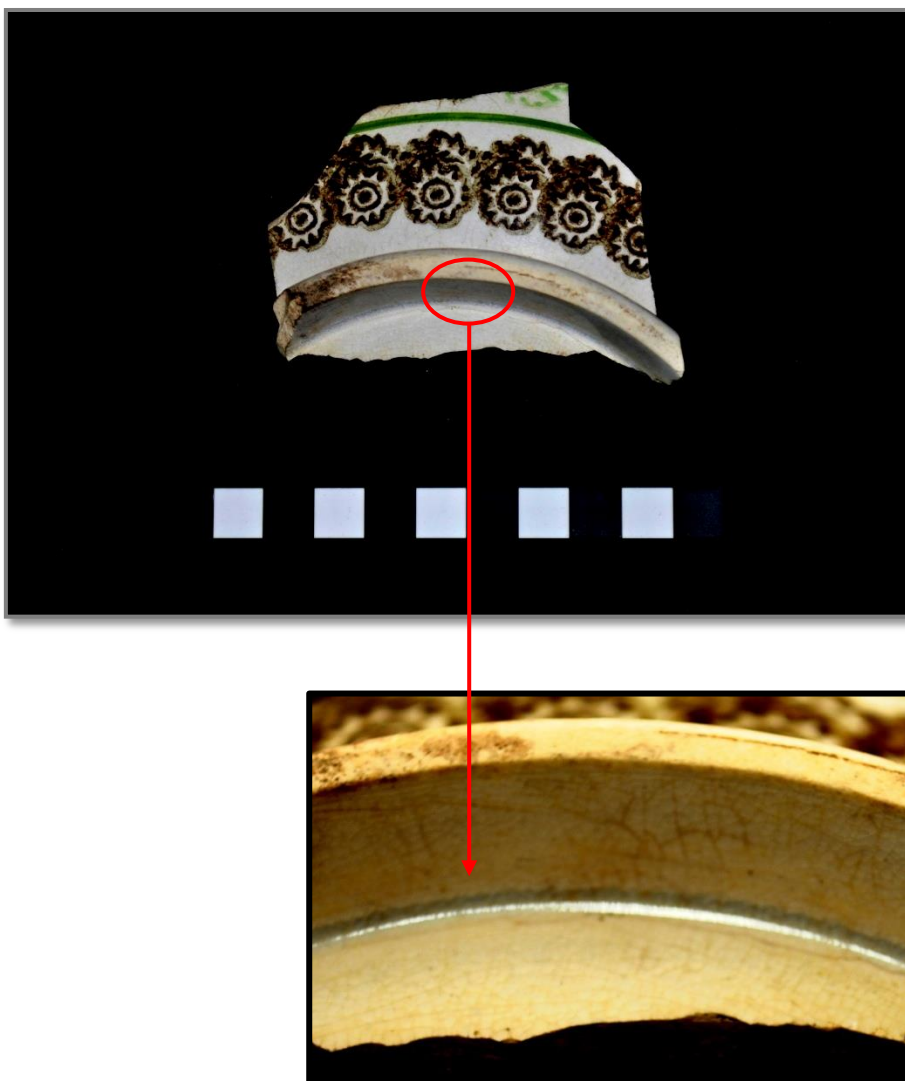


Figura10 - Fragmento de louça, em destaque para o esmalte pearlware. Foto: Rute Barbosa

4.2.1. Louças com superfície não modificada

Técnica decorativa: pintadas a mão

Dentre os fragmentos de louças pintadas a mão com superfície não modificada foi identificada na amostra do Engenho São Gonçalo as seguintes técnicas decorativas: louças pintadas à mão livre, banhanda (dipped), carimbada, pintada em faixas ou frisos e louças pintadas a mão no padrão *shell edged*.

Técnica decorativa: Pintada a mão livre

As louças pintadas à mão livre se caracterizam pela decoração de motivos florais, que se apresentam em dois estilos diferentes: *Peasant* e *Sprig* (TOCCHETTO et al, 2001: 24).

O estilo *Peasant* se caracteriza pela presença de motivos florais feitos com largas pinceladas, cobrindo quase toda parte da superfície da peça. Este tipo de decoração foi comum entre os anos de 1810 e 1860, sobretudo em louças do tipo *pearlware*, nas cores cobalto monocromático e tons terrosos policromos como verde acastanhado, pardo, laranja e amarelo. Para as décadas de 30 e 60 do século XIX a bibliografia especializada aponta o uso de cores brilhantes como preto, verde, vermelho, azul e rosa, que obtiveram maior popularidade entre os anos 40 e 50 do mesmo século (MAJEWSKI & O'BRIEN *apud* TOCCHETTO et al, 2001: 25).

O estilo *Sprig* são pinturas de pequenos elementos florais realizados com pinceladas finas. Este estilo deixa a maior parte da peça sem decoração, foi mais comum em louças do tipo *whiteware* tendo seu período de popularidade entre as décadas de 40 e 60 do século XIX, apesar de serem produzidas já a partir da década de trinta do mesmo século (TOCCHETTO et al, 2001: 25). Um dos motivos mais comuns é composto por uma haste de linha fina preta com folhas verdes pequenas e flores em grãos vermelhos e azuis.

Em São Gonçalo as louças que se caracterizam pelo estilo *sprig* apresentaram 10 fragmentos, sendo 03 relacionados a bacia e outros 07 com morfologia não identificada. No estilo *peasant*, há na amostra 65 fragmentos, sendo 07 desses relacionados a bacia, 01 a malga, 02 a terrinas, 03 a xícaras, 01 caneca, e outros 37 com morfologia não identificada.



Figura 11 - Louça pintada a mão livre; cor: azul cobalto; estilo peasant; forma: malga; período de produção: 1810 a 1860. Fonte: TOCCHETTO et al, 2001:44. Foto: Rute Barbosa



Figura 12 - Louça pintada a mão livre; cor: policromo; estilo: peasant; forma: bacia Foto: Rute Barbosa



Figura 13 - Louça pintada a mão livre; cor: policromo; estilo: sprig; forma: bacia. Foto: Rute Barbosa

Técnica decorativa: Carimbada (Cut Sponge)

Esta técnica decorativa é realizada mediante a aplicação da decoração com o auxílio de um carimbo. Entre seus motivos mais comuns estão figuras geométricas e flores, que são apresentados, na maioria das vezes, em sequência sobre a peça entre frisos coloridos. Esta técnica começou a ser produzida em 1845 até início do século XX (TOCCHETTO, et al 2001:26, SYMANSKI, 1997:165) .

A decoração carimbada também pode ser encontrada em combinação com a técnica pintada a mão livre, que de acordo com Tocchetto (TOCCHETTO, et al 2001:26, SYMANSKI, 1997:165), foi utilizada em 1845, data inicial das louças decoradas com carimbo.

Há na amostra 79 fragmentos caracterizados por esta decoração, sendo 21 com motivos geométricos, 49 com motivos florais e 08 com o motivo não identificado. Quanto a morfologia, 01 fragmentos apresenta forma de pires, 27 de bacia, 11 malga, 02 xícaras e 02 terrinas.



Figura 14 -Louça pintada a mão com o auxílio do carimbo; cor: policromo; motivo: geométricos; forma: malga. Foto: Rute Barbosa



Figura 15 - Louça pintada a mão com o auxílio do carimbo; cor: policromo; motivo: floral; período de fabricação: a partir de 1845; forma: não identificada. Fonte: Arqueologia do Vale Paraíba, 2000:147. Foto: Rute Barbosa

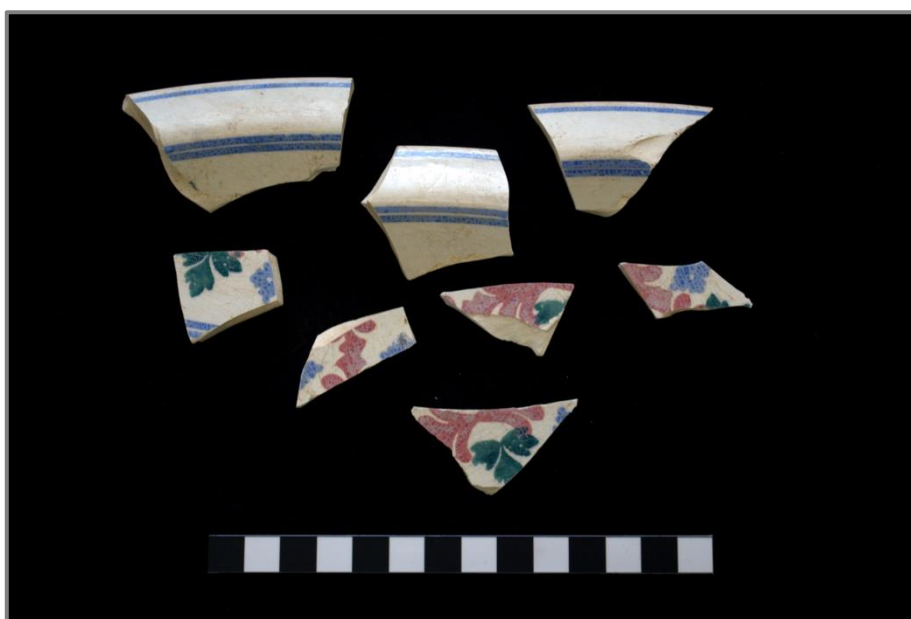


Figura 16 - Carimbada; motivo: florais; cor: policromo; forma: bacia. Foto: Rute Barbosa.

Técnica decorativa: Banhada (Dipped)

Esta técnica decorativa, também conhecida como anular ou anelada, é produzida com uma camada fina de argila colorida na forma de faixas e listras, criando um leve relevo. Sua produção, de forma ampla, se deu desde 1790 até o início do século XX, existindo, entretanto, variantes com intervalos mais estreitos.

Foram mais comuns em louças côncavas, como xícaras, canecas, tigelas, bacias e urinóis.

As variantes se apresentam em vários estilos, dentre os quais de destacam (TOCCHETTO, et al, 2001:25, SYMANSKI, 1997:160):

- *Wave* produzida até a década de 1840 se caracteriza por uma decoração em frisos ondulados e faixas;
- *Blue Banded* tipo mais popular, foi produzido até a década de 1940, é caracterizado por largas faixas azuis;
- *Yellowware Banded*, louça amarela com faixas coloridas se tornou muito comum durante a metade do século XIX.
- *Banded* simples, somente com decoração em larga faixas e frisos coloridos, foi popular durante todo o século XIX.
- *Mocha*, pintado com dedo em formas ondulares e circulares, foi produzido na Inglaterra entre 1830 e 1860.

A amostra analisada apresentou 56 fragmentos que correspondem a esta técnica decorativa, sendo 21 fragmentos referentes a malga, 09 a canecas e 40 com forma não identificada.

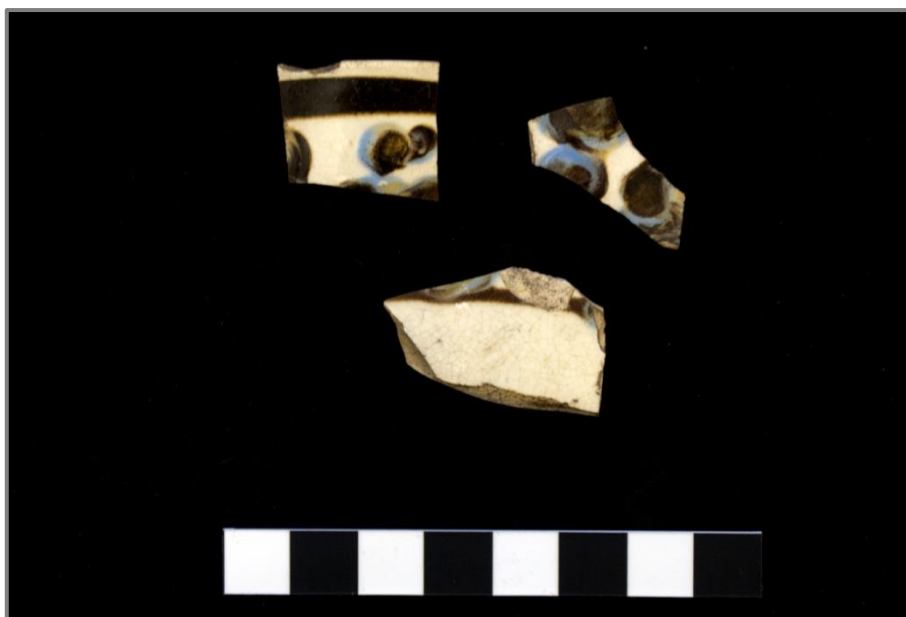


Figura 17 - Louça decorada na técnica banhada; cor: policromo; variante: faixa simples; forma: caneca. Fonte: Arqueologia do Vale Paraíba, 2000:127. Foto: Rute Barbosa.



Figura 18 - Louça decorada na técnica banhada; cor: policromo; variante: faixa simples; forma: malga. Fonte: Arqueologia do Vale Paraíba, 2000:127. Foto: Rute Barbosa.



Figura 19 - – Louça decorada na técnica banhada; variante: faixa simples; motivo: geométrico em relevo; cor: policromo; forma: malga. Fonte: Arqueologia do Vale Paraíba, 2000:127. Foto: Rute Barbosa.



Figura 20 - Louça decorada na técnica banhada; motivo: geométrico em relevo formando um xadrez na face externa; cor: azul; forma: não identificada; período de produção: 1820 a 1900. Fonte: Arqueologia do Vale Paraíba, 2000:127. Foto: Rute Barbosa.

Técnica decorativa: Pintadas em faixas e/ou frisos

A produção desta decoração, de maneira geral, ocorreu do final do século XVIII ao início do século XX. Entretanto, as definições disponíveis na bibliografia especializada, não esclarecem aspectos principais sobre a definição sobre esta decoração. Schávelzon (*apud* SYMANSKI, 1997:165) “designa-a como decoração

anular, sem referir-se ao período específico de produção da mesma, enquanto que Garcia a denomina de bandeado, datando-a entre 1820 e 1900".

Há na amostra 22 fragmentos referentes a esta decoração, que se apresentam sempre na amostra com uma decoração em faixas e frisos, com exceção de uma peça que só apresenta decoração em frisos. Referentes a morfologia há 2 fragmentos relacionados a prato, 1 a pires e 10 com formas não identificada.

Técnica decorativa: Shell edged (somente pintado)

Este estilo decorativo é uma variedade do *blue edged* que não apresenta incisões. "Consideradas "falsificações", as louças com esta decoração começaram a ser produzidas quando a produção da *Shell Edged* legítima foi interrompida, sendo comuns entre 1860 e 1890" (SYMANSKI, 1997:166). Há na amostra 15 fragmentos, sendo 05 fragmentos de prato e 1 com forma não identificada.



Figura 21 - Pintada a mão em superfície não modificada; cor: azul; padrão: Shell edged; período de produção: 1860 a 1890; forma: prato. Fonte: SYMANSKI, 2007:166 Foto: Rute Barbosa.



Figura 22 - Pintada a mão em superfície não modificada; cor: amarelo; padrão: Shell edged; forma: prato; Foto: Rute Barbosa.

Técnica decorativa: Pintados a mão com motivos não identificados

Ainda relacionado às louças que tiveram sua técnica decorativa pintada a mão, 29 fragmentos não tiveram seu estilo ou motivo identificado devido as dimensões que a peça apresentava. Entre esses há 02 fragmentos de xícara, um pires e 26 fragmentos com forma não identificada.



Figura 23 - Pintada a mão; motivo: florais; cor: policromo; forma: não identificada. Foto: Rute Barbosa.



Figura 24 - Louça pintada a mão com o auxílio do carimbo; cor: policromo; motivo: geométrico; forma: a) xícara, b) pires. Foto: Rute Barbosa

Técnica decorativa: transfer-printed

O método decorativo através da impressão foi um avanço na indústria da cerâmica inglesa que aconteceu em decorrência da Revolução Industrial. Um dos fatores mais importantes desta técnica consistiu na diminuição dos custos de produção e na produção em larga escala. Além disso, esta evolução na indústria cerâmica atraiu inúmeros fregueses encantados pela complexidade dos desenhos.

Outro fator importante era a repetição dos desenhos que podiam ser feitas quantas vezes fossem necessárias, obtendo assim um alto grau de padronização, muito característico da produção em série (GARCÍA, 1990 *apud* TOCCHETTO et al, 2001: 30).

Esta técnica decorativa começou a ser desenvolvida a partir de 1750, na Inglaterra em substituição à técnica do pintado a mão que demandava muito tempo. “O processo do *transfer* se caracterizava por ser relativamente simples, embora implicasse em um trabalho com equipe” (TOCCHETTO et al, 2001:28). Para efetuar esta técnica o desenho deveria ser gravado numa placa de metal, geralmente de cobre, com incisões bem profundas. Desse modo, a tinta era espalhada nas incisões da placa aquecida, o excesso de tinta removido com uma espátula e a superfície limpa com uma almofada. Em seguida, a placa de metal era coberta com papel de seda umedecido e após uma prensagem normal o desenho estampado no papel era transferido a peça cerâmica, que já havia sofrido a primeira queima. Para o papel ter aderência era esfregados sobre ele uma flanela e sabão de potássio, depois a peça era mergulhada na água para o descolamento do papel e, finalmente, era mergulhada novamente, mas dessa vez na solução de esmalte e retornava novamente ao forno (ALBUQUERQUE & VELOSO, 1993: 83*apud* TOCCHETTO, et al, 2001:29). No decorrer do tempo e com o aprimoramento da técnica este processo se tornou mais simplificado.

Durante o século XIX foram produzidos centenas de desenhos que formaram distintos estilos e motivos decorativos. “Observando tais atributos decorativos Samford estabeleceu uma cronologia para obter uma datação das louças, uma vez que as diferenças de datação estão em muito dos atributos desta técnica” (TOCCHETTO et al, 2001:30. De acordo com a autora os motivos centrais em diferentes categorias correspondem às tendências decorativas presentes no século XIX.

A amostra que corresponde ao sítio São Gonçalo apresentou diversos motivos e estilos, dentre os identificados estão: o estilo *chinoiserie*, motivos florais, clássicos, exóticos e românticos. Outros fragmentos caracterizados pela técnica *transfer printed* não puderam ser identificados devido à dimensões reduzidas do artefato.

A cor azul na técnica *transfer printed* foi a primeira e mais popular empregada nas louças. Este tipo de impressão foi à única utilizada até o começo da década de 1820, naquela época o óxido de cobalto era o único capaz de suportar as altas temperaturas de queima dos fornos cerâmicos. Segundo Schávelzon (1991:47 *apud* TOCCHETTO et al, 2001:32), o número de padrões decorativos em azul pode chegar a vários milhares. A periodização dessas peças deve ser feita baseada nos respectivos estilos decorativos que são forte indicador cronológico (ver tabela Samford, cap 3, p.). Seu pico de produção se deu entre os anos de 1820 e 1840, contudo em meados da década 1850 começaram cair em popularidade e foram, gradualmente, substituídas pela *white granite ware*, como apontado por Miller (1991:09).

Motivos Chineses (*Estilo Chinoiserie*)

Este estilo foi baseado em interpretações europeias de padrões chineses e foi muito comum entre 1816 e 1836. Apesar terem sido produzidas em outras cores como verde e rosa, a maioria dessas peças foi fabricada em tons azuis. Nas bordas eram impressos desenhos geométricos como; borboletas, chaves, ovas de peixe, losangos e favos de mel. Geralmente este padrão é encontrado nos aparelhos de jantar, ao menos na maior parte do século XIX (SUSSMAN, 1978 *apud* TOCCHETTO et al, 2001:34).

O mais popular padrão dentro do estilo *chinoiserie* foi o *Willow Pattern*, denominado aqui de no Brasil de “pombinhos”. Este padrão foi inicialmente derivado de motivos da porcelana chinesa, o começo da sua produção remonta ao ano de 1790. O conhecido padrão “Pombinhos” tornou-se muito popular no século XIX e foi produzido até 1880, por 54 estabelecimentos ceramistas ingleses. Foi fabricado principalmente na cor azul, embora existam exemplares em verde e rosa (MILLER, 1991:98).

Na amostra analisada este padrão apresenta 12 fragmentos, sendo 11 desses correspondentes a pratos e 1 com forma não identificada.



Figura 25 - Decorada na técnica transfer-print; cor: azul; cena: chinesa; estilo: chinoiserie; padrão Willow; forma: prato; período de produção: 1790 a 1850. Fonte: TOCCHETTO, et al, 2001:63. Foto: Rute Barbosa.



Figura 26 - Decorada na técnica transfer-print; esmalte: pearlware; cor: azul; cena: chinesa; estilo: chinoiserie; padrão Willow; forma: prato; período de produção: 1790 a 1850. Fonte: TOCCHETTO, et al, 2001:63. Foto: Rute Barbosa.

Motivo Floral

O estilo floral pode ser subdividido como em dois padrões: *Sheet* Floral e Floral Central. O *Sheet* Floral é caracterizado pela repetição de pequenas flores usualmente sobre toda a superfície do recipiente, este padrão teve seu período de produção entre os anos de 1795 a 1867. O Floral central são grupos de flores

localizados no centro do recipiente, usualmente rodeado por uma área sem impressão, seu período de produção está associados aos anos de 1784 a 1869.

As louças em floral do São Gonçalo estão representadas por 101 fragmentos, apenas 05 desses fragmentos apresentam o estilo floral, sendo os demais com características do estilo *sheet* floral. Há na amostra 03 fragmentos que correspondem a travaessa, 24 a pratos, 09 a xícaras, 09 a pires, 01 a bacia, 04 tampa provavelmente relacionado a bule, e 52 com forma não identificada.



Figura 27 - Decorada na técnica transfer-print; esmalte: pearlware; cor: azul; motivo floral; estilo: sheet floral; forma: bacia; período de produção: 1795 a 1867. Fonte: SAMFORD, 1997 apud TOCCHETTO, 2005: 31



Figura 28 - Decorada na técnica transfer-print; cor: lilás; motivo floral; estilo: sheet floral; forma: travessa; período de produção aproximado: 1818 a 1879. Fonte: SAMFORD, 1997 apud TOCCHETTO et al, 2001: 20. Foto: Rute Barbosa



Figura 29 – Decorada na técnica transfer-print; cor: lilás; motivo floral; estilo: *sheet floral*; forma: xícara, motivo na parte interna e externa. Foto: Rute Barbosa

Motivo Romântico

Este estilo é caracterizado por figuras pequenas em primeiro plano, passeando, pescando, associados a fontes de água, tais como rios ou lagoa em meio da paisagem, bandeiras, tendas, pequenas torres ou pavilhões em primeiro plano.

Na amostra oriunda de São Gonçalo foi identificado o padrão *Muleteer Pattern* que começou a ser produzido em 1820 pela fabrica inglesa Davenport, localizada na cidade de Staffordshire. Há na amostra 09 fragmentos que correspondem a este padrão decorativo que estão associados a pratos. A amostra ainda apresenta um fragmento que não foi possível identificar o estilo nem caracterizar sua morfologia.



Figura 30 - Decorada na técnica transfer-print; cor: azul; motivo romântico; padrão: muleteer; fabricante: Davenport; forma: prato; período de produção (início): 1820. Fonte: <http://www.worthopedia/four-davenport-china-plates-ca-1820-muleteer>. Foto: Rute Barbosa

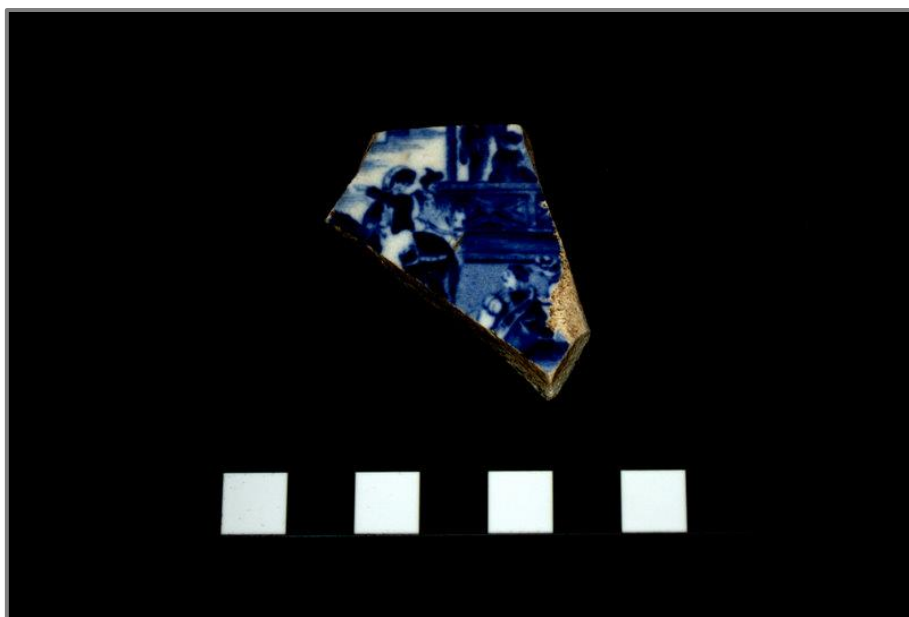


Figura 31 - Decorada na técnica transfer-print; cor: azul; motivo romântico. Foto: Rute Barbosa



Figura 32 - Decorada na técnica transfer-print; cor: azul; motivo floral; forma: prato. Foto: Rute Barbosa

Exótico

Este motivo se caracteriza por desenhos de animais tais como; camelos, tigres e elefantes, também podem apresentar uma arquitetura exótica com mesquitas, minaretes, entre outros (SAMFORD, 1997 *apud* TOCCHETTO et al, 2001: 20). Muitas vezes algumas peças apresentam figuras em trajes que remetem as culturas orientais. Há na amostra apenas 1 fragmento relacionado a este

motivo decorativo, que corresponde, provavelmente, a um prato.



Figura 33 - – Decorada na técnica transfer-print; cor: azul; motivo: exótico; período de produção (aproximado) 1795 a 1867. Fonte: SAMFORD, 1997 apud TOCCHETTO et al, 2001: 20. Foto: Rute Barbosa

Motivo não identificado

Relacionada às louças decoradas na técnica *transfer*, há na amostra 62 fragmentos com motivos decorativos não identificados. Estes fragmentos correspondem a 15 pratos, 1 travessa, 1 tampa para bule ou açucareiro e 29 fragmentos com morfologia não identificada.



Figura 34 - Decorada na técnica transfer-print; cor: azul. Foto: Rute Barbosa

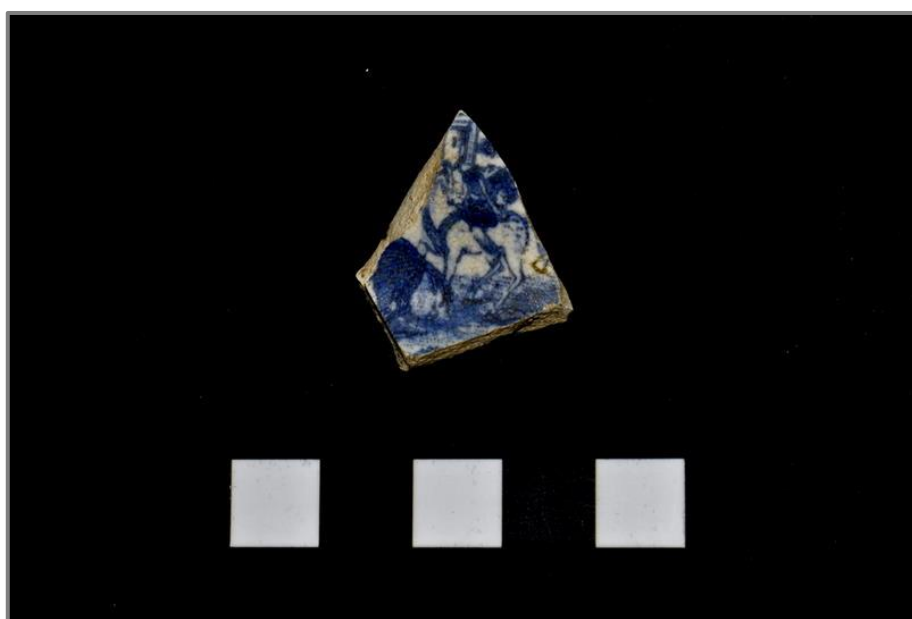


Figura 35 - Decorada na técnica transfer-print; cor: azul. Foto: Rute Barbosa



Figura 36 – Decorada na técnica transfer-print; cor: azul, forma: tampa . Foto: Rute Barbosa

Azul Borrão

A decoração denominada *flow blue* ou azul borrão “é obtida por meio da colocação de recipientes contendo cloretos voláteis – cloreto de amônia, óxido de cálcio – no forno durante a queima para aplicação do esmalte” (TOCCHETTO et al, 2001:34), provocando um aspecto borrado, que varia desde um discreto halo em torno do desenho até a dificuldade de discernimento dos detalhes da borda ou o motivo central (TOCCHETTO et al, 2001:35).

O resultado é uma decoração com aparência mais escura, em virtude da tonalidade azulada que esta técnica decorativa proporciona a louça. Assim, torna-se muito difícil identificar o tipo de esmalte utilizado. Esta decoração foi introduzida no início da década de 30 em Staffordshire, Inglaterra, e tiveram dois períodos de maior popularidade, primeiro na década de 40 e 50 do século XIX e depois entre 1890 e 1905 (ver tabela 3). Embora essa decoração seja mais comum na cor azul, também foi utilizado em outras cores, como violeta, preto, amarelo, marrom e verde (MAJEWSKI & O'BRIEN *apud* TOCCHETTO, 2001:35).

Azul borrão foi tipo que apresentou maior expressividade na amostra, representando por 170 fragmentos nos variados estilos que compõe este padrão.

Quanto as formas há 23 fragmentos relacionados a pratos, 23 relacionados a pires, 18 a xícaras, 01 molheira, 01 bacia, 01 caneca, 01 tampa de bule ou açucareiro e 85 fragmentos com forma não identificada.



Figura 37– Decorada na técnica transfer-print; cor: azul; motivo: chineses; estilo: chinoiserie; período de produção: 1828 a 1867; forma: xícara. Fonte: SAMFORD, 1997 apud TOCCHETTO et al, 2001: 36. Foto: Rute Barbosa

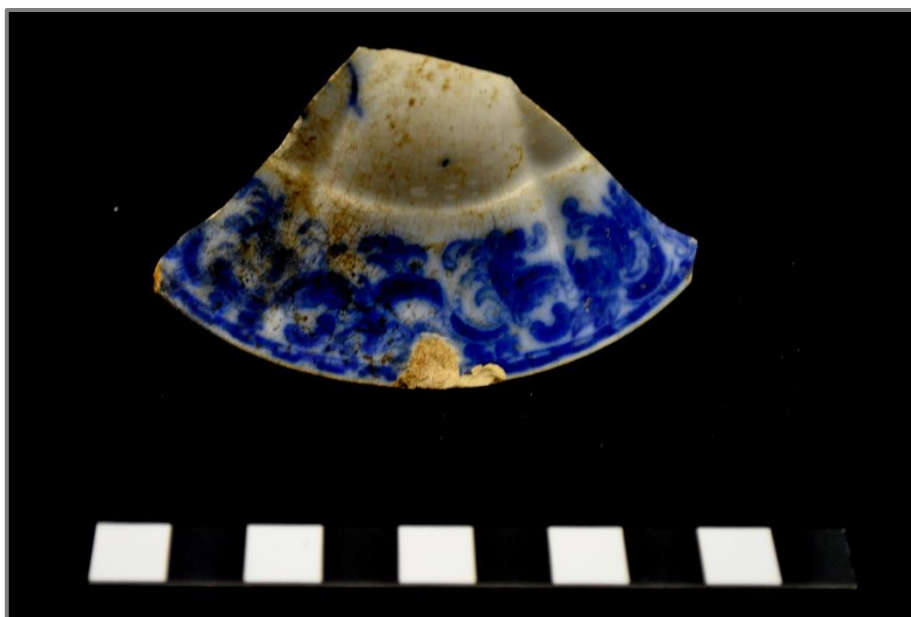


Figura 38 - Decorada na técnica transfer-print; cor: azul; motivo: chineses; estilo: chinoiserie floral; período de produção: 1834 a 1887; forma: tampa (bule). Fonte: SAMFORD, 1997 apud TOCCHETTO et al, 2001: 36. Foto: Rute Barbosa.

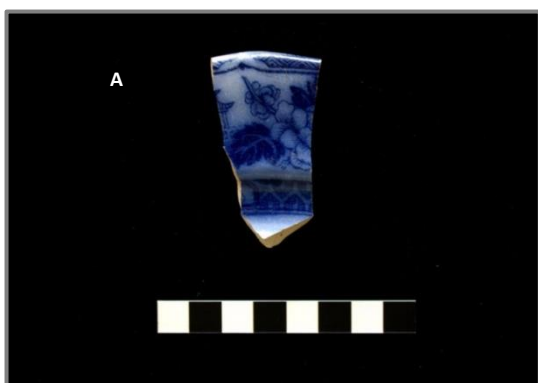


Figura A - Decorada na técnica *transfer-print*; cor: azul; motivo: chineses; estilo: chinoiserie floral; período de produção: 1834 a 1887; forma: prato. Fonte: SAMFORD, 1997 apud TOCCHETTO et al, 2001: 36. Foto: Rute Barbosa.

Figura B - Decorada na técnica *transfer-print*; cor: azul; motivo: chineses; estilo: chinoiserie floral; período de produção: 1834 a 1887; forma: prato. Fonte: SAMFORD, 1997 apud TOCCHETTO et al, 2001: 36. Foto: Rute Barbosa.

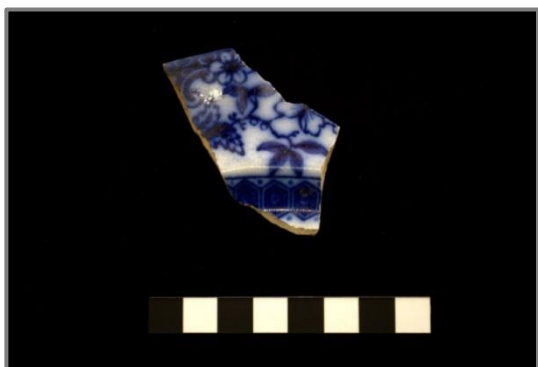
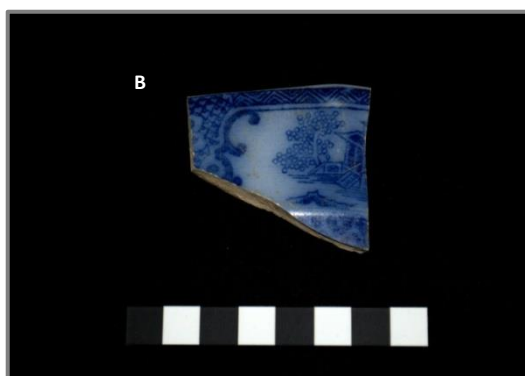


Figura C - Decorada na técnica *transfer-print*; cor: azul; motivo: floral; estilo: floral central; período de produção: 1862 a 1929; forma: prato. Fonte: SAMFORD, 1997 apud TOCCHETTO et al, 2001: 36. Foto: Rute Barbosa.

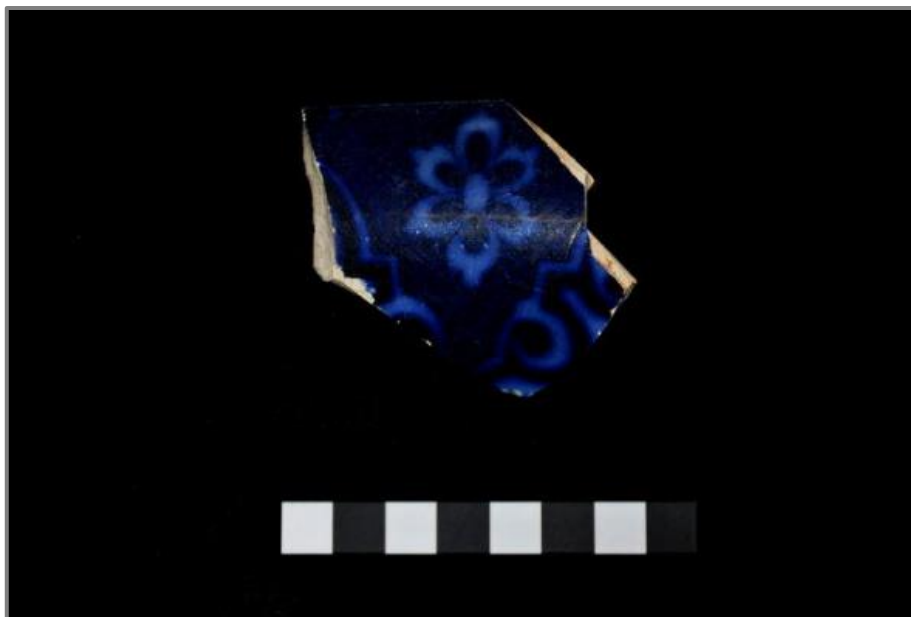


Figura 42 - Decorada na técnica transfer-print; cor: azul; motivo: floral; período de produção: 1862 a 1929; forma: bacia. Fonte: SAMFORD, 1997 apud TOCCHETTO et al, 2001: 36. Foto: Rute Barbosa



Figura 43 - Decorada na técnica transfer-print; cor: azul; motivo: floral; período de produção: 1862 a 1929; forma: xícara. Fonte: SAMFORD, 1997 apud TOCCHETTO et al, 2001: 36. Foto: Rute Barbosa.

Louças sem decoração (brancas)

Às louças sem decoração, com exceção das que apresentaram a marca do fabricante, não foi possível estabelecer cronologias. A dificuldade ocorreu, na maioria das vezes, porque as dimensões dos fragmentos não apresentaram nenhum dos atributos diagnósticos no qual o pesquisador pode estabelecer uma

cronologia aproximada. Só em algumas formas como as bases foi possível observar o esmalte e relacionar a peça com um período de fabricação aproximado.

Há na amostra 131 fragmentos de louças brancas; 09 apresentaram o esmalte *pearlware* e apenas 01 o esmalte *creamware*. A amostra se caracteriza por 05 fragmentos relacionados a pires, 10 a pratos, 01 a xícara, 02 a terrina, 04 fragmentos relacionado a molheira e um fragmento relacionado a urinol. Entretanto, considera-se que nem todos estes fragmentos possam ser brancos, por exemplo, as bases podem estar relacionadas a objetos que tenham decoração no corpo.



Figura 44 - Louça branca; esmalte: creamware; forma: urinol. Foto Rute Barbosa.



Figura – A) louça branca; esmalte: pearlware; forma: base. b) louça branca; esmalte: pearlware; forma: base. c) louça branca; forma: base. Foto Rute Barbosa

4.2.3. Superfície Modificada

São consideradas superfícies modificadas as louças que apresentam alguma modificação direta na peça como, por exemplo, incisões ou decorações em relevo. Elas são produzidas por pressão de molde e começou a ser utilizada no final do século XVIII, sendo aplicadas em peças que incluíam xícaras, pires e pratos.

Pintadas à mão

Das louças pintadas à mão com superfície modificada, a amostra de São Gonçalo apresenta um padrão que foi muito popular no século XIX: o padrão *Shell Edged*. Esta foi uma das primeiras decorações utilizadas na variedade da louça conhecida por *pearlware*, na década de 1780 (SYMANSKI, 1997:159).

Este padrão apresenta a borda moldada e com suaves incisões, estando a decoração pintada limitada a um friso ao redor da borda. Embora a decoração azul seja predominante, existe ainda variedade nas cores verde, rosa, castanho, púrpura e amarela (MAJEWSKI & O'BRIEN, 1987:149 *apud* TOCCHETTO et al, 2001:38). Este tipo de louça teve um preço muito baixo, sobretudo, em 1850. Seu valor nesta época se aproximou muito ao da louça branca, fazendo com que este padrão fosse amplamente consumido (SYMANSKI, 1997:159).

Há na amostra 18 fragmentos que correspondem a este tipo. As formas estão relacionadas a 16 fragmentos de prato e 02 com morfologia não identificada.



Figura 45 - Pintada a mão e inciso, com borda moldada; cor: azul; padrão: Shell edged; forma: prato. Foto: Rute Barbosa

Decalcomania

A técnica decorativa denominada de decalcomania começou a ser utilizada no Brasil por volta de 1890 e está, geralmente, relacionada a peças policromas com flores em representações bastante realistas. Foi inventada na França por François Simon Ravenet, na França, que mais tarde mudou-se para Inglaterra e aperfeiçoou a técnica. Há na amostra 14 fragmentos associados a este tipo, sendo todos correspondentes a pratos.



Figura 46 - Figura- Decalcomania e inciso com borda moldada; cor: policromo; motivo: floral; forma: prato. Foto: Rute Barbosa.

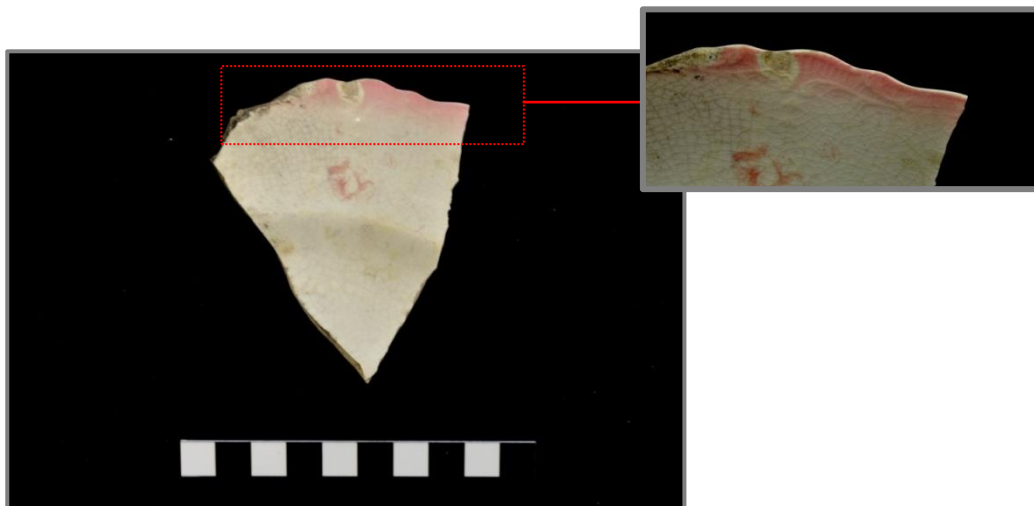


Figura 47- Decalcomania e inciso com borda moldada; cor: policromo; motivo: floral; forma: prato.
Foto: Rute Barbosa.

Louça Branca

As louças brancas com superfície modificada apresentaram apenas uma decoração em relevo. Há na amostra 13 fragmentos relacionados a este tipo que correspondem 02 pratos, um pires e outros 10 com morfologia não identificada. Devido às dimensões do fragmento não foi possível observar o esmalte, nem a marca do fabricante, o que impossibilitou atribuir uma cronologia aproximada às peças.



Figura 48 - Decoração em relevo; motivo: floral; forma: não identificada. Foto: Rute Barbosa

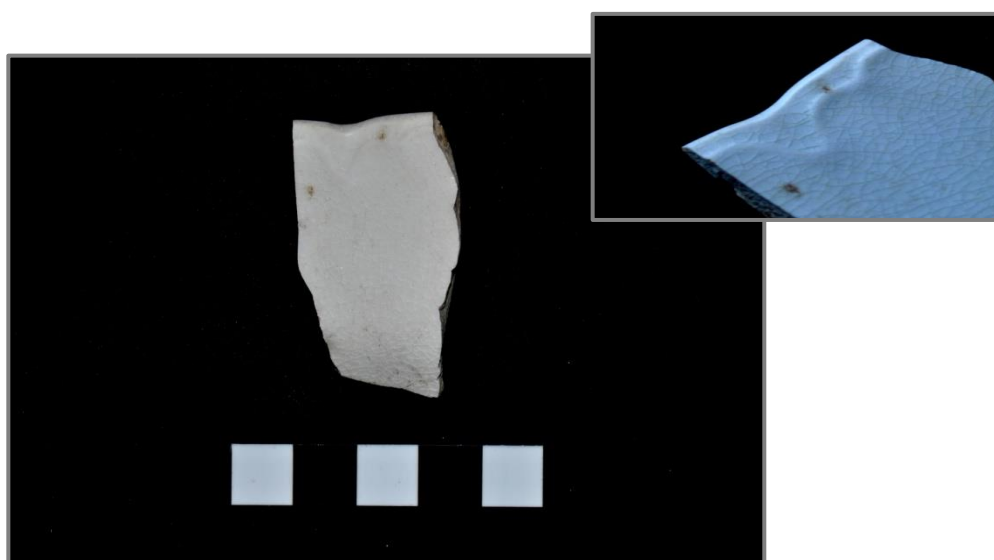


Figura 49 - Decoração em relevo com borda modificada; forma: prato. Foto: Rute Barbosa

4.2.4. Marcas de fabricantes

Para além das características aqui já descritas outro atributo significativo são as marcas dos fabricantes, ou carimbos como são conhecidos. Estes constituem um importante elemento para a análise das louças. Como salienta Tocchetto et al (2001:167) o alto grau de fragmentação que apresenta a amostra arqueológica torna muitas vezes difícil a identificação clara das marcas. Contudo, muitas vezes essas marcas se apresentam passíveis de leitura, tornando possível a sua

identificação. Identificar dentro da literatura especializada uma marca de fabricação torna possível obter informações concernentes a origem exata das louças e, obviamente, o período de fabricação aproximado (TOCCHETO ET AL, 2001; SYMNASKI, 2007).

Em algumas fábricas a aplicação de elementos como códigos torna possível estabelecer uma data de fabricação mais precisa. Em muitos casos as marcas também incluem o nome do modelo decorativo, como, por exemplo, o **padrão muleteer**, já identificado anteriormente.

Ainda segundo Tocchetto (2001:41) uma das figuras de maior popularidade nas marcas são as armas reais britânicas. Muitas das fabricas, tanto inglesa como européias e até americanas utilizaram as armas reais acompanhadas do nome de fabricação. As armas incluem um escudo oval central com um leão de um lado e um unicórnio do outro. A partir de 1837, a área interna deste escudo foi dividida em quadrantes. Frequentemente, as marcas produzidas na Inglaterra traziam pequenas alterações como a utilização de outros animais, tais como: dois leões ou dois unicórnios. A procura pelas louças inglesas fora tão grande que no final do século XIX, os símbolos ingleses mais familiares foram pirateados e usados pelas fabricas dos Estados Unidos. As marcas, no entanto, geralmente se apresentam borradas e difíceis de ler, bem como a qualidade de suas peças que era de qualidade inferior.

Na internet há vários *sites*³⁸ especializados em cerâmicas que apresentam de forma detalhada as marcas de fabricação de vários países. A identificação do nome do fabricante no material arqueológico já possibilita pesquisar a procedência da figura.

Na amostra analisada, através das marcas, pode-se perceber uma predominância de louças produzidas na região de Staffordshire, Inglaterra, com exceção de um fragmento com a marca DIGOIN & SARREGUIEMINIES, de origem

³⁸Os principais sites consultados foram:

<http://www.thepotteries.org/mark/>

<http://www.asiaticpheasants.co.uk/makersmarks.html>

<http://www.parks.ca.gov/>

francesa. Há ainda na amostra 03 fragmentos de marcas nacionais, produzidas no século XX.

Marcas Inglesas



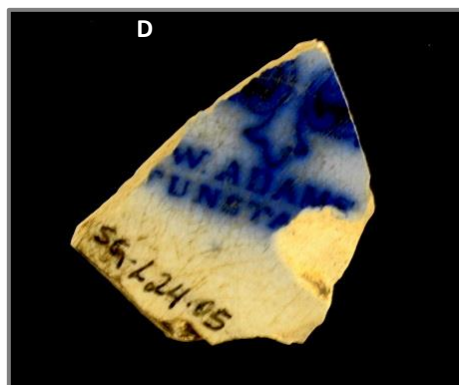
Figura A – Fairbairns William está associada a três parcerias, todas localizadas em Hanley, Staffordshire. WM FAIRBAIRNS geralmente é impresso com uma coroa acima, seu período de fabricação está associado aos períodos entre 1863 e 1898. Fonte: thepotteries.org/mark/f/fairbairns.html. Foto: Rute Barbosa.

Figura B - Fundada em 1851, em Staffordshire, pelos irmãos James e George Meakin, esta manufatura fabricava louças. Em 1970 tornou-se parte do Grupo Wedgwood, mantendo sua denominação até 1980. A presença do termo ENGLAND na marca remete a fabricação da peça ao período entre 1891 e 1906. (Fonte: Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista, 2000:129)



Figura C - Esta marca foi utilizada entre os anos de 1892 até o início de 1900. Foi aplicada em louças brancas. As variações deste símbolo ocorrem com uma coroa em cima do círculo ou uma águia. Dentro do círculo também pode ocorrer o registro Tunstall e/ou England. Fonte: thepotteries.org/mark/a/adms1.html. Foto: Rute Barbosa.

Figura D - W. ADAMS, marca em azul borrão, com nomes e iniciais usadas em diferentes marcas impressas. Muitas vezes com o nome do padrão é incluído na marcada. O período de produção está associado ao ano de 1850. Fonte: thepotteries.org/allmark/. Foto: Rute Barbosa.



Marcas Francesas



Figura A - Opaque de Sarreguemines, começou a ser produzida no último cartel do século XIX.

Marcas Nacionais



Figura A – Marca CERAMVS, fabricada em São Paulo em funcionamento entre os anos de 1928 a 1968. A marca, no entanto, apontada para um período de produção entre os anos de 1933 a 1948. Fonte: Carvalho, 1998:17. Foto: Rute Barbosa.

Figura B – Marca SÃO JOÃO, fabricada em Recife pela família Brennand, no ano de 1946. Existe uma variação de marcas para cada ano, tornando fácil a cronologia da peça. Fonte: Carvalho, 1998:85. Foto: Rute Barbosa.

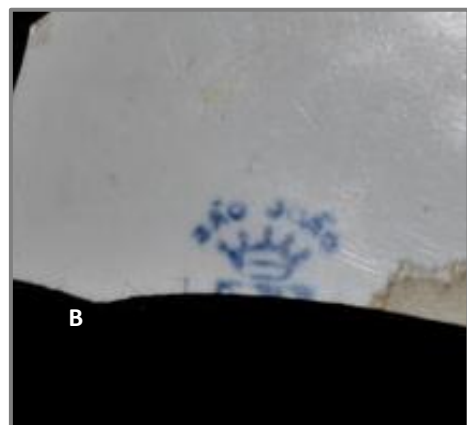


Figura C – Importador brasileiro, algum comerciante da grande Recife, muito provavelmente referente ao século XIX.

4.2.5. Considerações sobre a técnica decorativa, motivo e formas.

Na amostra analisada nota-se uma preferência para louças decoradas na técnica *transfer-printed*, que correspondem a 46% do total da amostra. As louças pintadas à mão representam em 22%, seguida das louças sem decoração (brancas) que totalizam 18%. As que estão relacionadas à técnica pintada a mão, mas com pouca pericie constituem 13% da amostra. Esta frequência pode ser observada no gráfico 2:

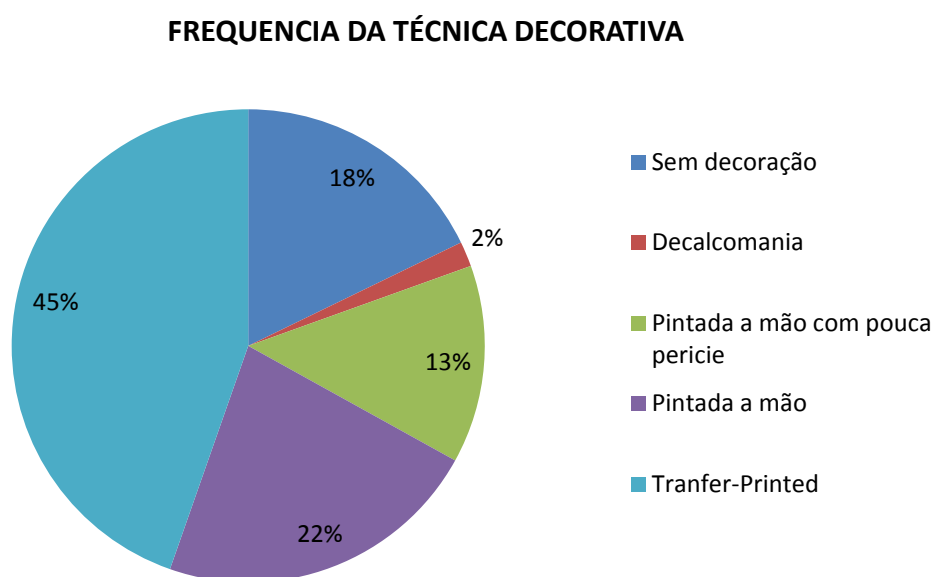


Gráfico 2 - Frequência da técnica decorativa

TÉCNICA DECORATIVA	QUANT.
Sem decoração (branca)	148
Pintada a mão com pouca pericie	111
Pintada a mão	183
<i>Transfer-Print</i>	355
Decalcomania	14
TOTAL	810

Tabela 2 - Frequência da técnica decorativa

É interesse observar acerca da maior frequência das louças em *transfer-print*, já que essa se configurava como a técnica decorativa de valor mais alto ao longo do século XIX (MILLER, 1980; SYMANSKI, 1997). Esta técnica decorativa está representada por diversos motivos que puderam ser identificado na bibliografia especializada e estabelecido uma datação relativa.

Como não foi possível identificar todos os padrões decorativos, optou-se pela separação dos fragmentos de acordo com o motivo apresentado. Apenas em algumas exceções foi possível agrupar a amostrar de acordo com o padrão como, por exemplo, os padrões *Shell edged* e *azul borão*. O gráfico 03 mostra de forma detalhada como se apresentou a frequência desses padrões e motivos decorativos na amostra.

Discutindo os valores referentes às técnicas decorativas, observa-se que as louças pintadas à mão livre apresentaram uma frequência superior aquelas pintadas com pouca pericie. Louças pintadas à mão com uma maior complexidade técnica se configuravam como um agravante de valor, segundo a escala econômica proposta por Miller (1980). As louças pintadas à mão livre representaram 9% do total da amostra, conforme demonstrado no *gráfico 3*, seguida das louças banhadas e carimbada que representam separadamente 8% do total da amostra.

As louças pintadas à mão livre foi o tipo que apresentou uma maior quantidade em fragmentos de peças distintas relacionados à higiene pessoal, um total de 07 fragmentos com motivos decorativos em floral, mas em cores distintas. As louças carimbadas também apresentaram uma quantidade expressiva de fragmentos relacionados à higiene pessoal: 27 fragmentos associados a uma bacia. Esses, no entanto, parecem fazer parte de uma mesma peça em virtude de apresentarem o mesmo motivo decorativo, cores congruentes e uma espessura semelhante nos fragmentos.

Há uma baixa incidência no sítio em relação às louças pintadas à mão com pouca pericie, como já fora discutido anteriormente. As louças pintadas em faixas e frisos e no padrão *Shell edged*, por exemplo, além de apresentar uma baixa incidência, estiveram relacionadas apenas a pratos.

FREQUÊNCIA DOS MOTIVOS DECORATIVOS

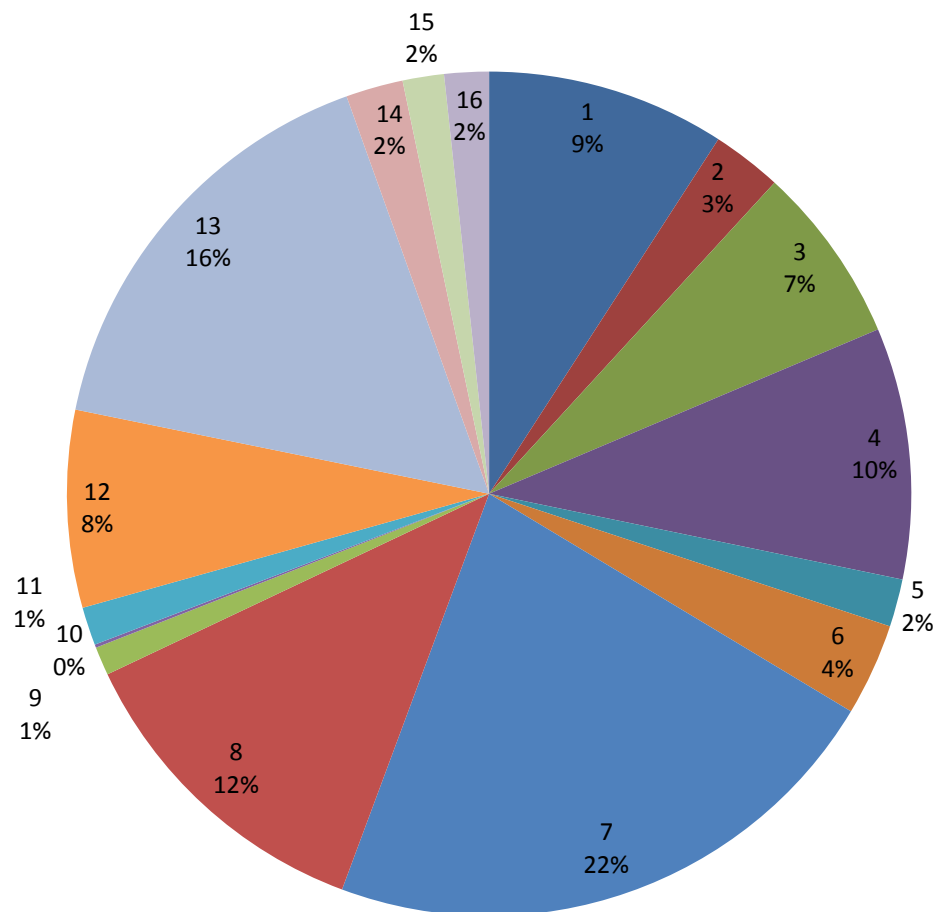


Gráfico3 - Frequência dos motivos decorativos

MOTIVOS CENTRAIS	QUANT.
1 - Pintado a mão livre com motivos florais	75
2 - Faixa e Friso	22
3 - Banhada	56
4 - Carimbada	79
5- <i>Shell edged</i>	15
6- Pintado a mão com motivos não identificados	29
7 - Azul borrão	170
8 - <i>Transfer</i> motivos florais	101
9 - <i>Transfer</i> motivo romântico	9
10 - <i>Transfer</i> motivo exótico	1
11 - <i>Transfer</i> motivos <i>chinoiserie</i> (<i>padrão willow</i>)	12
12 - <i>Transfer</i> motivo não identificado	62
13 - Louças sem decoração	134
14 - Pintada a mão com superfície modificada (<i>shell edged</i>)	18
15 - Branco com superfície modificada	13
16- <i>Decalcomania</i>	14
TOTAL	810

Outro padrão que apresenta uma baixa incidência no sítio é o *shell edged*. Durante o século XIX as louças denominadas “beira azul” (*Shell edged*) estiveram avaliadas com preços similares aos das louças sem decoração. Este padrão decorativo ganhou grande popularidade durante este século por possuir um baixo preço em virtude da sua pouca complexidade decorativa. Em decorrência da baixa nos preços, em 1850, houve o encerramento da produção de *Shell edged* (SYMANSKI, 1997:199). Contudo, alguns fabricantes começaram a produzir uma louça que imitava esta decoração, considerada por alguns arqueólogos como “falsificações”. Estas “falsificações” são caracterizadas por não apresentarem as incisões nas bordas, típicas ao modelo original. Ao invés disto era apenas realizada uma pintura rente a borda imitando o modelo original (SYMANSKI, 1997:199).

Das louças decoradas em *transfer* se destacam as louças em azul borrão, que constituem 22% da amostra. Este padrão foi avaliado como o mais caro durante a primeira metade do século XIX (MILLER, 1980 *apud* SYMANSKI, 1997:196). Relacionado à amostra de São Gonçalo, os fragmentos de pratos bem como os fragmentos de pires se apresentaram com a mesma frequência, seguido dos fragmentos de xícaras. Ainda há na amostra fragmentos de tampas que podem estar relacionados a bule ou açucareiro, com motivos florais e chineses. Apenas um fragmento relacionado a caneca, a bacia e a molheira foi identificado. Devido à dimensão apresentada pela maioria dos fragmentos que correspondem ao padrão azul borrão não foi possível identificar a morfologia.

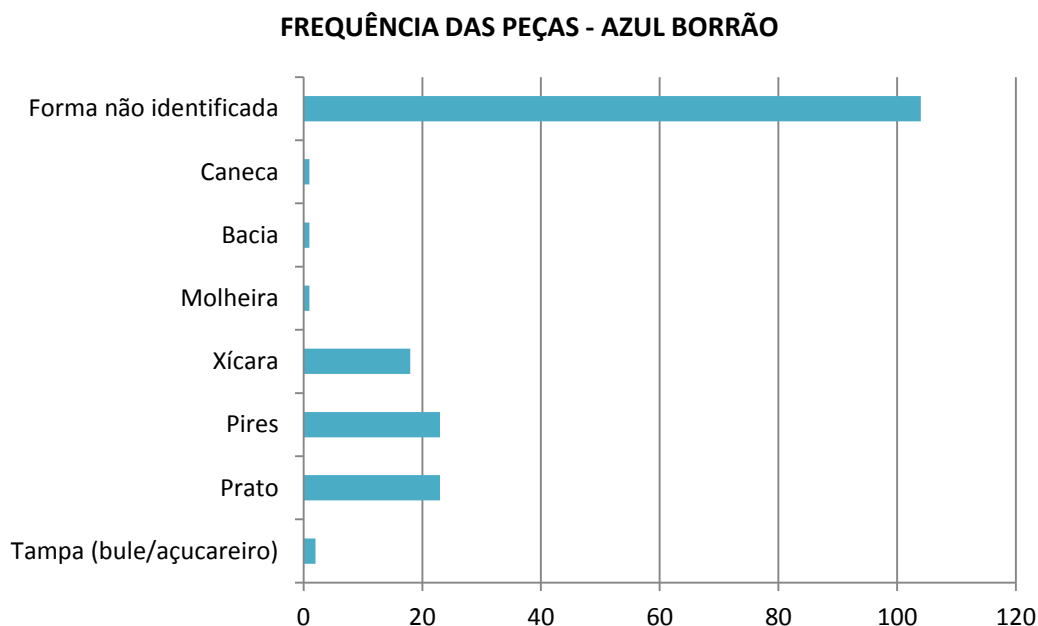


Gráfico 4 - Frequência das peças - azul borrão

Como pode ser observado no *gráfico 4* a amostra aponta para um considerável investimento de louças em *transfer*, no padrão azul borrão, voltadas para o consumo de café/chá. Considerando as informações cronológicas fornecidas por Samford para os motivos empregados neste padrão, pode-se considerar que a maioria das peças adquiridas pelos proprietários de São Gonçalo foram fabricadas entre os períodos de 1828 a 1867, já que 60% dos fragmentos apresentam cenas chinesas. Os demais correspondem a motivos do tipo *chinoiserie* floral e motivos florais.

O agrupamento de acordo com os motivos decorativos apresentou as louças sem decoração como a segunda mais popular na amostra. De acordo com Symanski (1997:193), estas louças permaneceram com valores inferiores durante o século todo XIX. Por exemplo, o valor de um prato – 83 réis e 100 réis – era similar ao valor atribuído a uma garrafa de cerveja vazia, que custava em torno de 80 réis. Entretanto, “a avaliação da louça branca variava de acordo com o tipo de peça, sendo as destinadas a servir alimentos e voltadas para higiene pessoal as mais caras” (SYMANSKI, 1997:193), conforme apresentado na tabela abaixo:

TIPO DE PEÇA	AVALIAÇÃO
Travessa funda	333 réis
Travessa rasa	250 réis
Caneca	100 réis

Prato	100 réis
Prato	83 réis
Bacia	5000 réis
Urinol	416 réis

Tabela 3 – Aviação das louças sem decoração. Informações extraídas do inventário de um comerciante de louças de Porto Alegre, Guilherme Homman, 1870. Fonte: SYMASNKI, 1997:194

Em relação a morfologia apresentada nas peças sem decoração a maior parte dos fragmentos não tiveram sua forma identificada. Desse modo, não se pode inferir que todos os fragmentos são oriundos de peças ditas brancas, uma vez que a dimensão de alguns fragmentos não possibilita identificar a quais categorias morfológicas pertenciam – pratos, xícaras, travessas, bacia, entre outros. Em algumas decorações, como a floral central, apenas algumas partes da peça era preenchida, de modo que no momento da quebra alguns fragmentos não apresentam vestígios de decoração.

Ainda em virtude da dimensão apresentada por alguns fragmentos não foi possível a identificação do esmalte. Isto impossibilitou a aplicação dos métodos da datação relativa.

Outro aspecto que vale ser ressaltado é que as bases que não apresentam decoração também foram agrupadas as louças sem decoração. Recipientes como molheiras e terrinas geralmente apresentam suas bases sem decoração, entretanto isso nem sempre ocorre na peça como todo, conforme pesquisado em louças do século XIX que costumam apresentar apenas as bases sem decoração.

Dentre as formas identificadas, as mais frequentes estão relacionadas aos pratos, seguida dos pires. Alguns dos fragmentos associados aos pratos apresentam o esmalte *pearlware* em suas bases. A terceira forma que apresentou maior frequência foram as relacionadas a molheira, seguida da bacia. Urinol e xícara apresentaram apenas um fragmento.

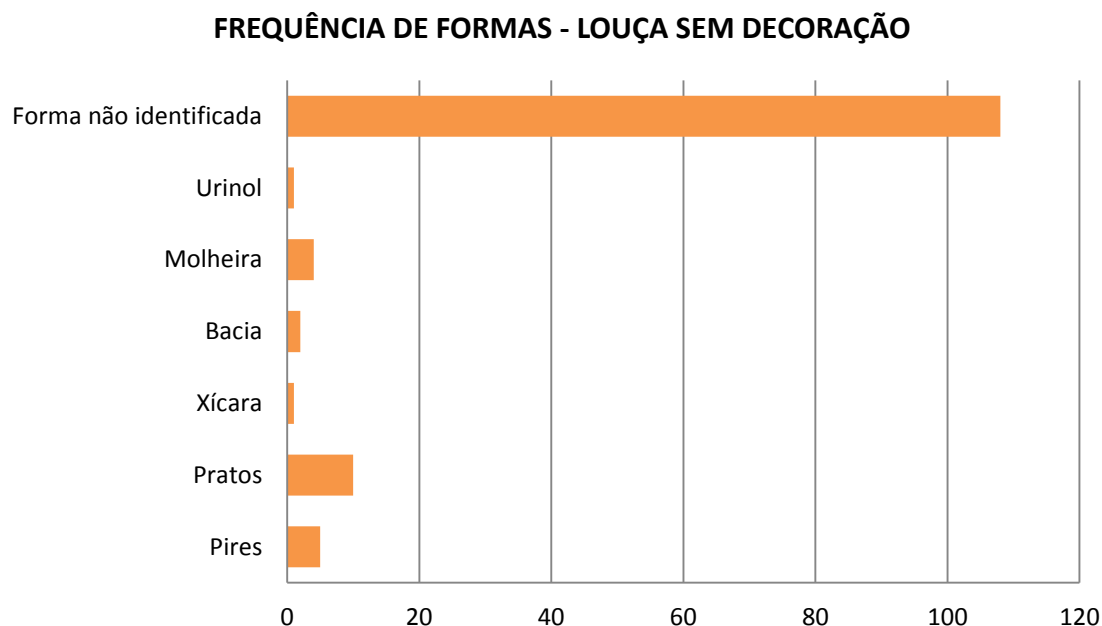
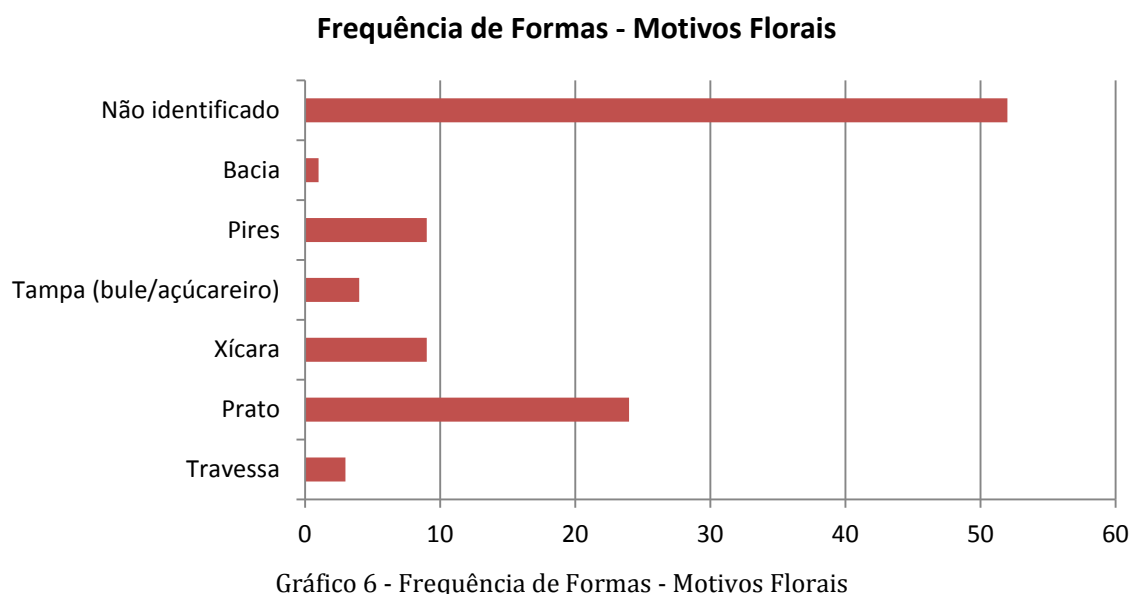


Gráfico 5 - Frequência de formas - louça sem decoração

Outro tipo que apresentou expressividade é composto por motivos florais. Representando 13% do total da amostra, este motivo decorativo está associado a diversas formas, principalmente as relacionadas a pratos. Entretanto, observa-se grande incidência de fragmentos relacionados ao consumo do café e/ou chá, representado pelas xícaras, pires e tampas associados a bules e/ou açucareiro. Há também 03 fragmentos em motivos florais relacionados a travessas, que apresentaram a marca WM FAIRBAIRNS, fabricado entre os anos de 1863 a 1898.



Como já fora discutido anteriormente, as peças destinadas a servir bebidas quentes eram vendidas a preços mais altos do que as peças destinadas a servir alimentações principais, como as travessas. Segundo as pesquisas realizadas por Symanski (1997:197) os bules de chá ditos “louça ordinária”, que não especificavam a decoração eram avaliados em 1000 réis a unidade, essas peças custavam uma “quantia significativamente superior aquelas atribuída às peças destinadas a servir alimentos principais” (SYMANSKI, 1997:197).

Os inventários dos senhores de engenhos analisados por Carvalho (1988:37) apresentaram um valor similar aos expostos por Symanski, conforme é possível observar na tabela abaixo:

CONJUNTO DE PEÇAS	AVALIAÇÃO
1 Porção de louça de vidros usados	12\$000
6 Pratos fundos	\$600
12 Vasos	1\$000
1 Açúcareiro e dois bules avaliados por	2\$000
3 Copos de água	1\$200
3 Copos de vinhos	\$600
5 Pratinhos	1\$000
10 Pratos travessas	2\$000
1 Garrafa lapidada para vinho	2\$000
1 Aparelho de louça já servido e diversos pratos de diversas qualidades	10 \$000
12 Lavandas de vidros	6\$000

Tabela 4 - Valor aproximado das louças nos engenhos pernambucanos no século XIX. Adaptado: Carvalho, 1988:37.

Os demais motivos decorativos conforme pode ser observado no *gráfico 3* apresentaram baixa incidência. Alguns padrões como o *willow* que foi uma das decorações em *transfer* mais populares no século XIX apresentaram apenas 12 fragmentos representados somente por pratos. De acordo com Symanski (2007:198) essas louças, denominadas de pombinhos, foram extremamente popular durante a década de 70 do século XIX, os pratos, por exemplo, estavam avaliados em inventários entre 150 e 166 réis a unidade (SYMANSKI, 2007:198).

Uma das características que podem ser observadas na amostra a partir da técnica decorativa e dos motivos decorativos é o alto investimento dos proprietários de São Gonçalo com esses objetos domésticos. Um exemplo claro são as louças pintadas a mão com pouca perície que apresentam uma baixíssima incidência em contraponto as pintadas a mão livre com uma complexidade decorativa maior. A julgar pela amostra das louças em *transfer* também pode-se perceber um alto investimento nos padrões e motivos mais caros, como demonstra a alta expressividade das louças em azul borrão, em contraponto por exemplo as louças do padrão *willow*.

Foram identificados na amostra 11 tipos de peças, relacionadas à alimentação e higiene pessoal. Dos fragmentos identificados os pratos se constituíram como a categoria mais popular. A premissa de que objetos que são “mais intensamente utilizados apresentam maior frequência no registro arqueológico pode ser assumida no caso das louças devido ao uso contínuo destas e a facilidade de quebra” (SYMANSKI, 1997:200). Desse modo, pode-se supor que a maior incidência de prato indica uma maior intensidade de uso, pois eram as peças principais destinadas a servir alimentos. Devido às dimensões da maioria dos fragmentos não foi possível caracterizar os pratos em raros e fundos.

Os pires representam 7% e são, em sua maioria, decorados, sobretudo, em azul borrão. Os fragmentos de xícaras também apresentaram uma expressividade na amostra: a maioria desses fragmentos é decorada em *transfer* ou pintada a mão com motivos florais de forma complexa. É interessante notar que o material associado a bule ou açucareiros apresentaram todos os fragmentos decorados em

transfer. Isso representa um investimento em tais peças por parte dos proprietários do São Gonçalo.

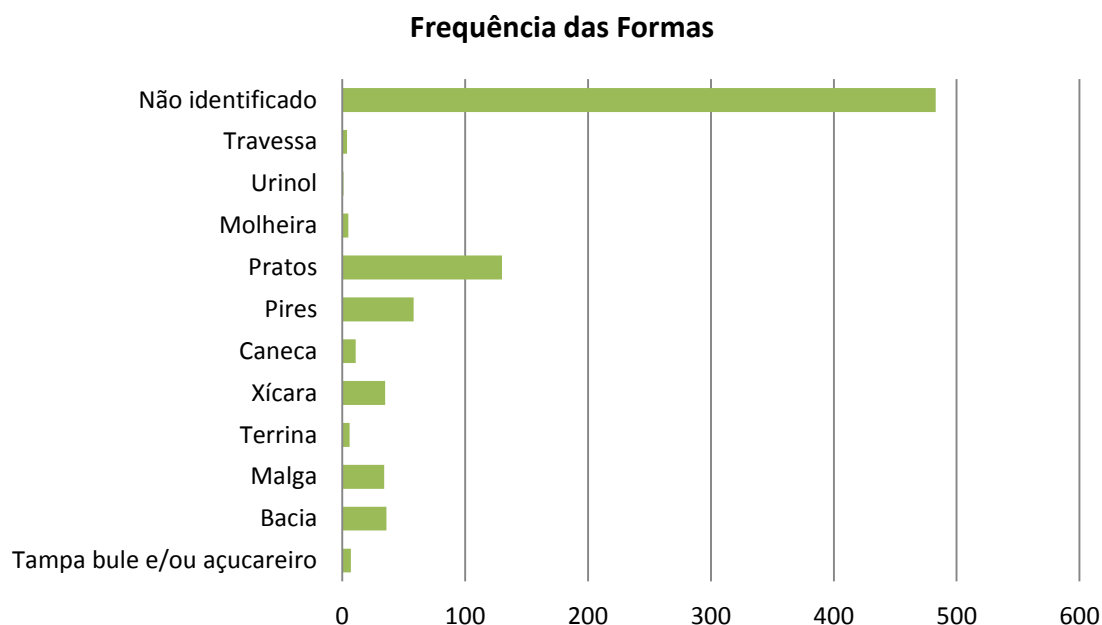


Gráfico 7 - Frequência das Formas

TIPO DE PEÇAS	QUANTIDADE
Tampa bule e/ou açucareiro	7
Bacia	36
Malga	34
Terrina	6
Xícara	35
Caneca	11
Pires	58
Pratos	130
Molheira	5
Urinol	1
Travessa	4
Não identificado	483

Tabela 5- Frequência das Formas

De acordo com Symanski (1997) a incidência baixa das peças destinadas a servir alimentos (travessas, terrinas, molheiras, bules e açucareiros) não demonstra a pouca frequência do uso, “mas a natureza comunal desses objetos, utilizados por todos os indivíduos numa mesa devido à sua função de expor os alimentos que serão consumidos nos pratos e xícaras” (SYMANSKI, 1997:202). Desta feita, é comum num aparelho de jantar ou chá e numa mesa servida, uma

quantidade menor dessas peças em relação àquelas destinadas ao consumo de alimentos. “Essa tendência é, em geral, mantida no registro arqueológico, a não ser em casos de alimentação especial, como aquele observado por Worthy (1982 apud SYMANSKI, 1997:202) no sítio de Edgewood, nos Estados Unidos”.

Os resultados apresentados demonstram um considerável investimento dos proprietários do engenho São Gonçalo com as louças. Associando o resultado da análise as informações históricas expostas, considera-se que as louças neste engenho não tiveram apenas um papel utilitário, mas também simbólico.

A afirmação do *status* dos senhores de engenho durante o século XIX não esteve baseado apenas em seu poder econômico, mas foi corroborado por outras praticas cotidianas como, por exemplo, o ritual do jantar e do chá que se constituíam também durante este século como momentos de exposição de poder. Os modos pelos quais o poder atua nem sempre são explícitos, como foi observado no estudo de caso desenvolvido por Leone (1980). O próximo capítulo propõe discutir o que representava o ritual do jantar para uma aristocracia decadente e, conseqüentemente, o papel das louças.

5. DISCUSSÃO: AS SALAS DE JANTAR COMO PALCO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A mobília da sala de jantar é sempre a mesma. Nesse espaço, que deve ser amplo e claro, com um aspecto de asseio inexcedível é fundamental. A elegância fica por conta do gosto pessoal, resultado da harmonia do conjunto – em preço, estilo e cor – e capacidade da dona de casa de imprimir a todo o seu lar um sainete pessoal da sua própria distinção de originalidade. (...) A mobília deve ser simples, sólida e de bom gosto com seis a doze cadeiras; uma *étagère* com tampo de mármore, peça útil e decorativa ao mesmo tempo, em suas diversas repartições guarda-se todo o necessário à mesa; um guarda-louça para tudo que não for de uso diário; uma mesinha em forma de bandeja com duas alças e uma ou duas prateleiras para chá, café, boloes etc.; uma mesinha com pedra de mármore para o filtro e uma mesa-trinchante. (...) O texto adverte: a mesa elástica, o guarda-louça e a *etagère* são móveis de valor, por isso, caros. **Podem ser substituídos por versões mais baratas e resumidas. Quadros, painéis e faianças finas complementam esse ambiente, que pode acomodar uma decoração mais modesta**³⁹(CARVALHO V, 2008:117 e 118).

Através da citação acima é possível perceber que durante o século XIX a sala de jantar possuía uma configuração fortemente estabelecida, que não permitia adequações além daquelas que eram impostas pelo bolso. “A compatibilidade entre cor, *design* e custo articulavam todos os conjuntos presentes na sala de jantar”, que reforçavam a ideia de união entre os itens, mostrando que esses haviam sido adquiridos em conjunto. “O valor do móvel com suas prateleiras envidraçadas deixavam os jogos de louças a vista, demonstrando a riqueza e funcionalidade” da família que estavam utilizando-os. “Esses eram valores muitos comuns nas famílias durante o século XIX, que praticavam constantemente o exibicionismo” (CARVALHO V, 2008:119).

A sala de jantar entendida como palco de representação social foi um conceito proposto no Brasil por Lima (1995:137) em pesquisas realizadas no Rio de Janeiro em unidades domésticas do período oitocentista. De acordo com Lima a criação de um cômodo durante este período especialmente dedicado às refeições na casa demonstra o significado que este assumiu para aquela sociedade, que foi corroborado pelo mobiliário e por todo aparato de objetos destinado ao consumo

³⁹ Grifo nosso.

alimentar, “pensados, concebidos e produzidos em uma outra perspectiva” (LIMA, 1995:137).

Como fora discutido no segundo capítulo durante o século XIX oferecer um jantar passou a ser considerando um dos mais importantes deveres sociais, tornando a cerimônia e, conseqüentemente, a sala de jantar em um espaço destinado não só ao cotidiano familiar, mas também destinado a objetivos sociais como, por exemplo, selar alianças políticas e econômicas. Sendo assim, o jantar tornou-se um ritual onde assegurava a determinadas famílias uma posição hierárquica na sociedade.

Blaton (1994:08 *apud* LIMA, 1995:133) considera que a casa integra um meio de comunicação não verbal, que funciona como veículo por meio do qual estruturas sociais e categorias culturais adquirem existência sensorial. Assim, enquanto componente de um sistema social mais amplo, está necessariamente vinculada a complexas redes de relações, submetida às tensões e pressões que atuam sobre esse sistema como um todo.

De acordo com Lima (1995) as diferentes configurações que as unidades domésticas assumiram através do tempo e do espaço são decorrentes de produtos relacionados a normas culturais, mas são também produtos de escolhas, de decisões individuais, resultado não só de processos internos que se dão nas relações de poder na esfera doméstica, “mas também de processos externos na medida em que essas relações produzem a dinâmica social mais ampla” (LIMA, 1995:133).

No Brasil, durante o século XIX, a reformulação do espaço doméstico e a adoção de um novo conceito de moradia tornou a casa um instrumento não apenas para demarcar papéis, mas, sobretudo, “para assegurar e fortalecer redes de alianças em vários níveis sociais, neste contexto que a sala de jantar assumiu um papel fundamental” (LIMA, 1995:135).

Considerando as especificidades de cada contexto, pode-se perceber que a cultura material foi usada de forma diferenciada por grupos distintos, de modo que os discursos ideológicos nela incutidos foram assimilados em variados grupos sociais (LIMA, 1995; TOCCHETTO, 2010). Desta feita, os resultados arqueológicos

associados aos dados contextuais na região norte de alagoas tem demonstrado que as louças utilizadas na sala de jantar dos engenhos durante o século XIX atuaram como elementos de representação transmitindo mensagens de ordem não verbal, que corroboraram na manutenção do *status* social dos proprietários dos velhos engenhos banguês.

O amargo século XIX para os engenhos banguês ameaçou o status e, conseqüentemente, o poder e o prestígio político dos proprietários destes empreendimentos agrícolas. Contudo, muitos desses senhores conseguiram se arrastar no comando desses velhos engenhos até meados do século XX, como pode ser observado nas obras de Diégues Júnior (2006), Santana (1970) e Carvalho (1988, 2001). Apesar da crise, as pesquisas arqueológicas demonstraram a ostentação por partes destes senhores, que muitas vezes não condizia com sua realidade financeira.

O gráfico 3 apresentado no terceiro capítulo, demonstra a presença de fragmentos de louças mais caras nos engenhos que estavam com sua estrutura econômica ameaçada. Em contraponto, os engenhos modernizados, que detinham uma maior produção de açúcar, apresentaram fragmentos de louças mais simples, como louças brancas e decoração do tipo *Shell edged*, que durante o século XIX se configuravam como as mais baratas (SYMANSKI, 1997).

A análise mais aprofundada das louças demonstrou um considerável investimento por parte dos proprietários de São Gonçalo nas peças destinadas a servir alimentos, como travessas, tigelas e terrinas, bem como em peças destinadas ao consumo do café e do chá. Os fragmentos relacionados a essas morfologias apresentaram uma maior quantidade de louças decoradas na técnica *transfer print*, comercializada durante o século XIX a preços mais altos.

Assim, era na vida cotidiana, ao receber os amigos, ao promover missas na igreja do engenho, jantares, ou mesmo ao tratar de negócios, que a aristocracia açucareira do norte de Alagoas reafirmava o quão rica e poderosa era. A mensagem não vinha só por intermédio do discurso ou mesmo do número de escravos e hectares de terras que possuíam. Este recado ficava subentendido na ostentação e exposição de riqueza material que era distribuída no interior das suas casas,

construindo um universo simbólico bem definido, quanto à forma em que eram expostos e dispostos (CARVALHO, 1988:32).

Desde o período colonial o modo de ostentação dos senhores de engenho era descrito pelos cronistas europeus. Os banquetes realizados por estes escandalizavam pela fartura de comida e bebida, “era tanta comida que se estragava, muito vinho corria à toa, pela toalha, pelo chão, só por luxo” (EISENBERG, 1977:95). De acordo com Freyre os proprietários dos engenhos não precisavam somente de sala de visitas e de muitos quartos, mas de uma grande sala de jantar.

Era nas mesas, nos grandes pratos cheios (...) que os brasileiros mostravam sua hospitalidade. Os estrangeiros regalavam-se nas iguarias com que os patriarcas enchiam as mesas. (...) Em muitas casas, as sobremesas eram preparadas pela própria senhora-dona que, também com as próprias mãos, servia os pratos. Costume inteligente, adotado também em relação com o convidado para o jantar, era o de oferecer-lhe o anfitrião, logo depois da chegada do mesmo convidado, um casaco leve de linho, de seda ou de alpaca. Esse costume dos dias de esplendor patriarcal no nordeste seria seguido por alguns durante o período de decadência do sistema. (FREYRE, 2008:91,92)

Essa afirmação de Gilberto Freyre expõe bem o que estava acontecendo nos engenhos em meados do século XIX, mesmo em decadência alguns continuavam a ostentar materialidades, fazendo questão de expô-las. Naquele momento para os senhores de engenho o que não poderia ser colocado em risco era o poder e o prestígio que eles detinham perante a sociedade.

Nos jantares oferecidos pelos produtores de açúcar na casa-grande o visitante encontrava o dono da casa sentado “à cabeceira da mesa atalhada de renda europeia, com a esposa e os filhos dispostos por ordem hierárquica”, com objetos decorativos servindo à vaidade do senhor. “Dominando o ambiente estavam as louças e as pratas que faiscavam sobre a mesa, transmitindo uma mensagem fundamental: aqui mora quem pode e manda” (CARVALHO, 1988:34).

O investimento para o ritual do jantar por parte dos senhores de engenho durante o século XIX em Pernambuco, por exemplo, ficou evidenciado em inventários *post-mortem* analisados por Carvalho (1988). Estes inventários demonstraram que mais da metade da prata que o senhor de engenho possuía estava associada à alimentação como pode ser observado na tabela abaixo:

AS DEZ PEÇAS DE PRATA MAIS FREQUENTES	
Descriminação	Quantidade
01 – Colher de Mesa	273
02 – Garfo de Mesa	254
03 – Colher de Chá	245
04 – Cabos de Faca	122
05 – Colher de Sobremesa	48
06 – Facas	41
07 – Salvas	37
08 – Cálices	17
09 – Castiçais	15 (pares)
10 – Conchas	14
11 – Faqueiros	11
12 – Jarro e Bacia	11
13- Paliteiros	10
14 – Esporas	10

Tabela- Fonte: Carvalho, 1988:35

Os talheres durante o período oitocentista acompanharam as modificações propostas para a mesa, especializando-se para atender funções específicas. Surgiram formas menores destinadas à sobremesas, chá e café, modelos especiais para queijos, frutas, peixes, entre outros. Assim, como era recomendada pelas regras de etiqueta, a baixela da maioria dos engenhos era toda de prata; colheres, garfos e facas, bem como os paliteiros, saleiros, cafeteirão e açucareiro, até a sineta com que a senhora chamava as escravas era de prata. “Prata portuguesa, em sua maior parte, pura, pesada e artisticamente trabalhada pelos artífices dos arredores da cidade do porto” (CARVALHO, 1988:34). Para completar o aparato da mesa de jantar os castiçais davam o toque de nobreza à mesa do senhor de engenho.

O cartão de visita apresentado ao convidado que se sentava à mesa era constituído também pelo ouro das jóias exibidas pela família, e, principalmente, “pela louça em sua maioria peças de procedência inglesa, como os completos aparelhos de jantar pintados em azul” (CARVALHO, 1988:36). A louça doméstica associado aos demais objetos expostos na sala de jantar atuaram durante o período oitocentista como um dos mais importantes suportes materiais para a imposição e manutenção de limites sociais, que serviram também para reafirmação das divisões culturais (LIMA, 1995:174).

Alguns relatos de viajantes durante o século XIX descrevem o jantar oferecido em um dos engenhos da região norte de Alagoas:

Antes do jantar, um serviçal elegante trouxera ao quarto grande bacia de prata, com um jarrao do mesmo metal, contendo água morna, cheia de sais perfumados, para lavar-lhe os pés, que estavam enlameados. Na hora da refeição se apresentava num aparato banquete, com louças inglesas, marcadas com as iniciais J.T.A.B., copos de cristal, talheres e outros utensílios de pratas, com criados de farda azul marinho, enfeitada de debruns e botões dourados, que serviam as delicadas iguarias numa elegância fora do comum. (Arquivo Do Ministério do Império De Alagoas, 1882, Liv 259, Est 20)

O cronista Louis François de Tollenare ao repousar em um engenho das terras do norte de Alagoas durante o século XIX, também descreveu o que viu:

O luxo consiste no grande número de peças das baixelas de prata. Quando se hospeda alguém, apresenta-se-lhe para abluções soberbos vasos de metal, de que são também as bandejas que vêm para a mesa, as bridas e os estribos dos cavalos, e o cabo dos punhais (...). Encontrei também belíssimos aparelhos de louças da Inglaterra. (ARQUIVO ERNANI. FICHA, 26836)

Nota-se na descrição de Tollenare a quantidade de prata presente em ambos os engenhos que demonstra, mais uma vez, a necessidade que o senhor possuía em ostentar riqueza.

A emissão de convites para festas consistia também em convidar os amigos mais próximos para um chá da tarde, onde eram recitadas poesias ao som de um piano importado, geralmente inglês. Hollanda (2007a) descreve a partir de um diário dos proprietários do engenho Marrecas, situado em Porto Calvo, algumas dessas festividades:

A casa grande do Marrecas, um suntuoso casarão de posição privilegiada, um suntuoso casarão de posição privilegiada, erguido majestoso e imponente sob um colina onde da varanda ou das janelas se avista um enorme jardim florido, é lembrada como um local em que eram realizados os grandes acontecimentos, as grandes festividades, e onde se reunia toda a família Hollanda Cavalcanti, assim como os amigos e primos que vinham de outros engenhos nos finais de tarde, quando se liam os clássicos franceses, no enorme salão, claro e arejado, com muitas janelas e uma mesa de jantar com 18 lugares, sempre farta e movimentada, com variadas iguarias, bolos, peru, porco assado, bode, peixes, doces caseiros, licores e compotas diversas, candelabros e talhares de prata e louça inglesa. Diversos objetos de arte adornavam o ambiente (HOLLANDA, 2007a:133).

Como as dificuldades de transportes para Alagoas do Sul, Maceió e Recife eram grandes no século XIX em Porto Calvo, a região tinha uma vida social mais própria e intensa. As famílias reuniam-se em seus engenhos, abriam os salões para bailes memoráveis: “os saraus familiares eram verdadeiras demonstração de elegância, com senhoras luxuosamente vestidas” (HOLLANDA, 2007a:133). Eram nesses momentos que todo aparato da sala de jantar adquiriam um sentido

simbólico, “atuando como marcas de distinção apontando quem era quem” (LIMA, 1995:132).

Foi assim, que ao longo do século XIX a aristocracia açucareira do norte de Alagoas tentou manter seu *status*. O testemunho do poder econômico e social estava lá nas casas-grandes para quem tivesse a oportunidade de apreciar e transmitir para outros sua impressão de deslumbramento. Ainda de acordo com Carvalho (1988:38) isto demonstrava a “aparência de continuidade de um passado opulento, fosse qual fosse a realidade econômica e financeira do engenho, muitas vezes ciosamente guardada pelo senhor para seu exclusivo conhecimento até que o apuramento de bens *post-mortem* viesse a revelar a verdade”.

Por trás da exteriorização de riqueza, escondiam-se realidades nem sempre condizentes. Carvalho (1988) analisando os inventários dos senhores de engenho, notou que a dívida de alguns destes era tão grande que quando morriam, seus bens inventariados serviam apenas para pagar as dívidas feitas em vida. Marcelino Antônio Pereira de Carvalho, por exemplo, proprietário do engenho Tabe, em Cabo de Santo Agostinho, faleceu, no ano de 1888, deixando bens no valor de 2.843\$400, montante já não condizente com a condição de senhor de engenho (a média do total de bens era 54:973\$826). Mas, a grande surpresa surgiu quando se chegou à conclusão de que sua soma de débitos atingiu a 37:700\$900, reduzindo o espólio a um saldo devedor de 33:257\$502, dívida equivalente ao custo de 950 parideiras (CARVALHO, 1988:39).

Os documentos históricos demonstram que mesmo com a crise no sistema dos engenhos banguês muitos homens ainda almejavam a posição de senhor de engenho, tanto que durante o século XIX o número destes empreendimentos cresceu em Pernambuco e Alagoas. Para Eisenberg (1977:243) pode-se atribuir este fato não a motivos econômicos, mas ao prestígio e a influência política associados às grandes propriedades. Ainda de acordo com ele embora a maioria dos proprietários de engenhos utilizassem apenas pequenas partes de suas propriedades, o tamanho das mesmas excluía, efetivamente, o desenvolvimento de uma classe de pequenos proprietários. Ou seja, mesmo em meio a tamanha crise investir no açúcar ainda era uma das principais atividades. A derrota de alguns

proprietários de engenho que chegavam a falência, nunca significava a derrota da classe. Assim, a supremacia política desfrutada desde os primeiros dias da etapa colonial, chegou até o século XX (EISENBERG, 1977:244).

De acordo com Carvalho aos seus próprios olhos o senhor de engenho era realmente tão rico, tão poderoso e tão cristão, quanto os estranhos supunham que ele fosse;

E os outros os avaliavam pelo testemunho do seu ouro, sua prata, pelo testemunho das festas que dava, pelo número de escravos e animais domésticos que possuía, pelo estilo de vida familiar e pelo modo como acertava as suas contas finais com Deus na hora da morte (CARVALHO, 1988:25)."

Os discursos partilhados, apropriados de diferentes formas, produzem práticas e representações, que não só comunicam uma identidade social, mas a representação que cada grupo faz de si mesmo, significando simbolicamente sua existência, sua forma de ser e estar no mundo (TOCCHETTO, 2004:04).

Durante o século XIX com o estabelecimento de todas as regras sugeridas nos manuais de condutas, barreiras reais e simbólicas foram erguidas reforçando os limites sociais. Ora, se uma sociedade observa no ornamento material um guia para dizer quem é pobre e quem é rico, obviamente aqueles que estavam adquirindo produtos/objetos que fazia parte de todo esse contexto de luxo e elegância atribuídos pelos manuais de etiqueta, certamente eram considerados ricos. E os ricos, os que detinham o poder financeiro, também detinham poder político no nordeste brasileiro, por isso era tão importante que o senhor de engenho fosse considerado também um.

Desse modo, as louças encontradas nos engenho do norte de Alagoas podem ser interpretadas como elementos do discurso social que reafirmava o *status* social de seus compradores, considerados aqui como participantes ativos nesse discurso (BREAUDRY et al, 2001).

Os vários fragmentos de travessas, terrinas, malgas, pratos fundos e rasos, xícaras, pires, bules, açucareiro, entre outros, mostra que o serviço de mesa no engenho São Gonçalo se deu de forma elaborada, atendendo a funções específicas propostas durante o século XIX. Como, por exemplo, a carne trinchada servida à

mesa, que foi introduzida nos lares brasileiros e adotada por diversas famílias que seguiram os manuais de bom tom. Uma mesa disposta com essa configuração dava a entender ao visitante que ali residia uma família de posses. Ou seja, as louças e todo o contexto do ritual do jantar na qual estas estavam inseridas, agiam de tal maneira que naturalizavam o *status* social do proprietário da unidade doméstica em questão.

Como ressaltou Johnson (1996) a cultura material é carente de significado por ela mesma e só adquire uma dimensão ativa e ideológica dentro de um determinado sistema. E são nesses aspectos dos sistemas simbólicos que atuam as ideologias, como notou Leone (1988) em Annapolis estudando o jardim de Paca.

A cultura material no contexto dos engenhos banguês no norte de Alagoas também foram utilizadas, assim como em Annapolis, para encobrir uma realidade financeira decadente. Estas foram usadas nos contextos dos engenhos como poderosos meios de comunicação que atuaram como marcadores e indicadores de posições sociais. Elas se configuraram como mais um elemento atuando dentro de um determinado espaço de sociabilidade – a sala de jantar ou a sala visita, com o consumo de chá e café – corroborando para manutenção do status social daqueles senhores.

Como observou Carvalho, durante o século XIX mesmo em meio a crise o Senhor de Engenho procurou conservar o seu status, tentando mostrar-se economicamente forte, politicamente em boa situação, atuante na religião e temido por seus familiares. Foi a conjugação de todos esses testemunhos que resultou a aparência que a sociedade refletiu como espelho e o senhor de engenho aceitava de volta como realidade. A ele importava apenas, parecer, dada a sua inabalável convicção de que em sociedade de modo geral, o que parece é.

Desse modo, pode-se entender a cultura material como parte de uma ideologia que corroborou com as estratégias sociais de poder dos senhores de engenho durante o século XIX. Poder este que atuou por intermédio das ideologias disseminadas, incorporadas e naturalizadas profundamente no seio da sociedade portocalvense durante aquele período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das louças associado aos dados contextuais permitiu interpretar como estas foram assimiladas no contexto dos engenhos banguês do norte de Alagoas no século XIX.

O resultado da análise das louças no contexto intersítio, demonstrou que os engenhos– Cova da Onça, Capiana e São Gonçalo - em situação financeira inferior estavam consumindo louças mais caras, decoradas com a técnica *transfer-printed*. Enquanto que nos engenhos que possuíam uma produção de açúcar superior, a amostra apresentou fragmentos de louças decorados de forma mais simples, como as louças em *Shell edged* e as louças pintadas em faixas e frisos. Este aspecto demonstra que os proprietários dos engenhos banguês se preocuparam em apresentar um serviço de mesa mais elaborado, com peças mais sofisticadas.

As louças inseridas no cotidiano desses engenhos fizeram parte de um ritual considerado no século XIX como um dos mais importantes: o jantar. Os manuais de condutas difundidos na época expuseram uma série de regras, que deveriam ser seguidas à risca pelas famílias, sobretudo naquelas que dispunham de um poder aquisitivo mais alto. Era no jantar onde as famílias tinham que demonstrar para sociedade todo requinte e civilidade que não dependia só do comportamento à mesa, mas de todo aparato presente na sala de jantar, que estavam representados tanto nos móveis expostos neste cômodo, como nos alimentos servidos nas refeições. Desse modo, as louças apresentadas deveriam se configurar tão importantes quanto o jantar.

A análise dos fragmentos oriundos do engenho São Gonçalo apresentou uma maior quantidade de louças decoradas pela técnica do *transfer*, a maioria com motivos e carimbos oriundos do século XIX. As louças representadas pelo padrão azul borrão expuseram muitos fragmentos com motivos em *chinoiserie*, que se caracterizam por paisagens com temas chineses, fabricadas entre os anos de 1828 a 1867 (SAMFORD, 1997:23 *apud* TOCCHETTO et al, 2001:32).

Durante este século o padrão azul borrão segundo Miller (1980) era o mais caro na categoria das louças em *transfer*. Em São Gonçalo, como foi exposto no quarto capítulo, as louças em azul borrão apresentaram uma maior quantidade de fragmentos relacionados a pires, xícaras, pratos, peças de servir e apenas um fragmento de bacia. Este aspecto demonstrou que os proprietários de São Gonçalo estavam interessados em exibir itens mais sofisticados na mesa e para o consumo do chá e/ou café.

Além disso, outro aspecto importante resultante da análise foi a presença de fragmentos de bule apresentando apenas a técnica *transfer* em motivos florais e azul borrão, bem como os fragmentos de pires e as peças de servir, representados, por exemplo, nas travessas.

Associando os resultados obtidos a partir da análise das louças e dos dados contextuais expostos ao longo deste trabalho, pôde-se concluir que esta categoria cerâmica teve um papel importante para a aristocracia açucareira no norte de Alagoas durante o século XIX, atuando como demarcadores sociais, fortalecendo a hierarquia dos produtores do açúcar perante a sociedade.

As salas de jantar das unidades domésticas dos engenhos banguês se apresentaram como palcos de representação social, onde a ostentação de riqueza fazia com que o proprietário reafirmasse o seu *status* social e o seu “poder”. Através das materialidades estes transmitiam mensagens que não seria possível somente através do discurso, mas em formas de representações ideológicas formadas. As pesquisas realizadas por Carvalho (1988) demonstraram que era assim que o senhor de engenho se sentia, quanto mais materialidades ostentava, mais poderoso se sentia.

As louças analisadas nos contextos dos engenhos podem ser consideradas como objetos sociais e como tal estão carregadas de valores e sentidos próprios podendo denotar ideologias e transmitir valores e significados por meio de um discurso material. Conclui-se então, que durante o período do século XIX, estas atuaram como uma forma de comunicação não verbal, utilizadas para naturalizar o *status* do senhor de engenho e disfarçar perante a sociedade portocalvense o declínio econômico pelo qual estavam sendo afetados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Marcos A. Arqueologia, História e Restauração. **CLIO**, Recife, n. 8, p. 131-151, 1992.

_____. **Contato Euro-Indígena no nordeste do Brasil** – um estudo arqueológico. 1984. 154p. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1984.

ALLEN, Scott J. A 'cultural mosaic' at Palmares? Grappling with historical archaeology of a -Seventeenth-Century brazilianquilombo. In: FUNARI, Pedro P. (Org.). **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Campinas: Unicamp, 1998, p. 141-178.

_____. As vozes do passado e do presente: arqueologia, política cultural e o público na Serra da Barriga. **CLIO**, n. 20, p. 81-101, 2006.

_____. Identidades em Jogo: negros, índios e a arqueologia da Serra da Barriga. In: ALMEIDA, L. S. (Org.). **Índios do Nordeste: temas e problemas 2**. Maceió: EDUFAL, 2000. p.245-275.

_____. Os desafios da arqueologia de Palmares. In: Gomes, F. (Org.). **Mocambos de Palmares : histórias e fontes** (Séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010 , p. 119-130.

____ et al; **Rota da Escravidão/ Rota da Liberdade: A Arqueologia da Diáspora Africana em Alagoas**. Relatório de Pesquisa. (Arquivado no IPHAN e NEPA/UFAL), 2008.

____; K. Pinto, S. Silva e R. Tenório. **Prospecção Arqueológica dos Engenhos Estaleiro e Escurial**. Relatório de Pesquisa. (arquivado no IPHAN e NEPA/UFAL), 2007.

____; C. Fidelis, S. Lima, R. Tenório. **Delimitação e Prospecção do Sítio Patacho, Porto de Pedras, Alagoas**.(arquivado no IPHAN e NEPA/UFAL), 2007.

Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista, SP - 070 - Rodovia Carvalho Pinto. São Paulo: IPARQ/DERSA, 2003.

ALTHUSSER, L. Ideology and ideological state apparatuses. In: ALTHUSSER, L. (Org.). **Lenin and philosophy and other essays**. London: New Left Books, 1971.

ANTONIL, André J. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

APRATTO, Douglas; DANTAS, Cármen. **Caminhos do açúcar. Engenhos e casas-grandes das Alagoas**. Brasília: Ed. Livraria Senado, 2008.

ARAÚJO, A. G. de M.; CARVALHO, M.R.R. de A.. A Louça Inglesa do Século XIX: considerações sobre a terminologia e metodologia utilizadas no sítio Florêncio de Abreu. In: **Revista de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo: MAE/USP, 1993.

ARAUJO, M. L. V. **Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, SP, v. 12, n. 1. p. 129-160, 2004.

AZEVEDO, EsterzildaBerenstein de. **Açúcar Amargo. A construção de engenhos na Bahia oitocentista**. São Paulo. 1994. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - USP.

BARROS, Theodyr Augusto. **O processo de mudança de Capital (Alagoas-Maceió): uma abordagem histórica 1819-1859**. Maceió: Departamento de História/CHLA/UFAL/Imprensa Universitária, 1991.

BEAUDRY, Mary et al. Artifacts and active voices: material culture as social discourse. In: MACGUIRE, R. e PAYNTER (Org.) **The archaeology of inequality**. Oxford& Cambridge, Blackwell, 1991, p. 192-230.

BRACANTE, E. **O Brasil e a cerâmica antiga**. São Paulo: Cia. Litográfica Ipiranga, 1981.

BROCHADO, José Proenza; LAZZAROTTO, D.; STEINMETZ, R. **A cerâmica das missões orientais do Uruguai**. Um estudo de aculturação indígena através da mudança na cerâmica. Pesquisas Instituto Anchieta de Pesquisas Antropologia, São Leopoldo, v. 20, p. 169-210, 1969.

CAMPOS, Zóia Vilar. **Doce amargo: produtores de açúcar no processo de mudança - Pernambuco (1874-1941)**. São Paulo: Annablume, 2001.

CARVALHO, Fábio. **Porcelana Brasil: guia prático para identificação e datação de louça decorativa fabricada no Brasil**. São Paulo: All Print Editora, 2008.

CARVALHO, Vania C. **Gênero e Artefato: O sistema doméstico na perspectiva da cultura material, São Paulo 1870 - 1920**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo Fapesp, 2008.

CARVALHO, ZóiaVilar.**Rosto e máscara do senhor de engenho de Pernambuco (1822-1888)**. Recife: FUNDAJ – Editora Massangana, 1988.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: Sargasa, 1981.

DEAGAN, Kathleen. Avenues of Inquiry in Historical Archaeology. In: ORSER, Charles. (Org.). **Images of the recent past: Readings in Historical Archaeology**. Illinois: Ed. AltaMira Press, 1996.

_____. Transculturation and Spanish-American ethnogenesis: the archaeological legacy of the quincentenary. In: CUSICK, James G. (Org.). **Studies in culture contact - interaction, culture change, and archaeology**. Center for Archaeological Investigations. Hoogland: Menno and Corinne Hofman. 1998.

DEETZ, James F. *A cognitive historical model for american material culture, 1620 – 1835*. In: MOORE, C. B. (Org.). **Reconstructing complex societies: an archaeological colloquium**. Santa Fé: New Mexico, 1974.

_____. Archaeological evidence of sixteenth and seventeenth century encounters. In: FALK, L. (Org.). **Historical Archaeology in global perspective**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991.

_____. **In small things forgotten: the archaeology of early american life**. New York: Anchor Books, 1977.

DEL PRIORE, Mary. **A família colonial no Brasil**. São Paulo: Moderna, 2000.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas**. Traços da influencia do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2ª ed. Maceió: Ed. EDUFAL, 2002.

_____. **O engenho de açúcar no nordeste**: documentário da vida rural. Maceió: Ed. EDUFAL, 2006.

DOLLAR, C. Some thoughts on method and theory in historical archaeology. In: SOUTH, Stanley. (Org.). **Conference on historic sites archaeology papers**. Comlombia: South Carolina Institute of Archaeology and Anthropology. 1968. p. 3-30.

DRENN, Robert D. **Statistics for Archaeology: A Commonsense Approach**. Nova York: Ed. Plenum Press, 1996.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840/1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FIDELIS, Carleandro. **Pondo à Mesa: Louças Inglesas e o Cotidiano na Alagoas do Século XIX**. Monografia de Conclusão de Curso. Maceió: UFAL, 2007.

FREITAS, José Eustáquio. (Org.). **Reflexões e Contribuições para educação patrimonial**. Belo Horizonte: Ed. Lições de Minas, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa -Grande & Senzala**. 51ª ed, São Paulo: Ed. Global, 1987.

_____. **Nordeste**. 7ª ed. São Paulo: Ed. Global, 2004.

_____. **Vida social no Brasil**: nos meados do século XIX. São Paulo: Global, 2008.

FUNARI, Pedro P. A historical archaeology in Brazil, Uruguay and Argentina. **World archaeological bulletin**, Southampton, v. 7, p. 51-62, 1996.

_____. Etnicidad, identidad y cultura material: un estudio del cimarrón Palmares. In: ZARANKIN, Andrés; ACUTO, Félix. (Org.). **Sed non satiata**: teoría social en la Arqueología latinoamericana. Buenos Aires: Edicionesl del Tridente, 1999, p. 77-96.

_____.The archaeology of Palmares and its contribution to the understanding of the history of african-american culture. **Historical archaeology in latinamerica**, v. 7, p. 1-41, 1995.

_____.South american historical archaeology. **Historical archaeology in latinamerica**, South Carolina, v. 3, p. 1-14, 1994.

_____; ORSER, C. Pesquisa arqueológica inicial em Palmares. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 53-69, 1992.

GASPAR, M.D. História da construção da arqueologia histórica brasileira. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 13, p. 269-301, 2003.

GOMES, Carlos. **Antecedentes do capitalismo**. Eumed. 2008. Disponível em: <www.eumed.net/libros/2008a/372/>. Acesso em: 10 nov. 2011.

GOMES, Geraldo. **Engenho & Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.

HOBBSBAWN, E. J. **A era das revoluções 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HODDER, Ian. **Symbols in Action**. London: Ed. Cambridge University Press, 1982.

_____; **Reading in the past**. London: Ed. Cambridge University Press, 1986.

_____; **Theory and practice in archaeology**. London: Routledge, 1992.

_____; **Interpretación en Arqueología**. Barcelona: Ed. Crítica, 1994.

HODDER, Ian, PREUCER, Robert (Org.). **Contemporary archaeology in theory**. Massachusetts: Ed. Blackwell, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOLANDA, B. B.; PEÇANHA, S. **Uma família brasileira**. v. 1. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007a.

_____. **Uma família brasileira**. v. 2. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007b.

HUME, N. I. **A guide to artifacts of colonial America**. New York: First vintage books, 1991.

_____.*Archaeology:Handmaiden to History*. **The North Carolina Historical Review** **41**. Charleston: Arcadia Press. p.215-225. 1964.

JOHNSON, M.H. **An Archaeology of Capitalism**. London: Ed. Blackwell, 1996.

KOSTER, Henry. Viagens ao nordeste do Brasil. **v.1.Tradução Luís da Câmara Cascudo. Fortaleza: ABC Fortaleza, 2003**.

LEMOS, Carlos. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Ed. Contexto, 1986.

_____. **Transformações no espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX.** São Paulo: Anais do Museu Paulista, vº 1, 1993.

LEONE, M. Interpreting ideology in historical archaeology: The William Paca Garden in Annapolis, Maryland. In: MILLER, D.; TILLEY, C. (Org.). **Ideology, Power and Prehistory.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. The Georgian Order as order of merchant capitalism in Annapolis, Maryland. In: LEONE, M.; POTTER, P. (Org.). **The recovery of meaning: historical archaeology in estern United States.** Washington: Smithsonian Institution Press, 1988.

LIMA, Tania A. **Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991).** São Paulo: Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material, 1993.

_____.; FONSECA, M. P. R. ; SAMPAIO, A. C. ; FENZL NEPONUCENO, A. ; MARTINS, A. H. D. . A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. In: IV Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1989, Santos. Revista Dédalo, Publicações Avulsas, **Anais da IV Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira.** Santos: Universidade de São Paulo, 1989. v. 1. p. 205-230.

_____. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. **Anais do museu paulista, historia e cultura material**, São Paulo, v. 5, p. 93-129, 1997.

_____. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do museu paulista, historia e cultura material** (nova serie), SAO PAULO, v. 3, p. 129-191, 1995.

_____. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **Manguinhos - historia, ciências, saúde**, v. 2, n. 3, p. 44-96, 1996.

LIMA JUNIOR, Felix. **Maceió de outrora.** Maceió: Ed Ufal, V. I 1976.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas boreal.** Maceió: Catavento, 2000.

LITTLE, Barbara. Family resemblances: a brief overview of history, anthropology, and historical archaeology in the United States. In: Majewski, Teresita; Gaimster, David. (Org.). **International Handbook of Historical Archaeology**, Tucson: Springer Science, 2009.

_____. People with history: an update on historical archaeology in the United States. In: ORSER, Charles (Org.). **Images of the Recent Past: Readings in Historical Archaeology.** Illinois: Ed. AltaMira Press, 1994.

MARX, Karl. O Capital (tomo I, II e III). São Paulo: Ed. Nova Cultura Ltda, 1996.

MCGUIRE R. H.; PAYNTER R. (Org.). **The archaeology of inequality: material culture, domination and resistance.** Oxford: Blackwell, 1991.

MCMANAMON F.P. The foundation for American public archaeology. In: Harmon D.; MCMANAMON F. P.; PITCAITHLEY (Org.). **The antiquities act: a century of american archaeology, historic preservation, and nature conservation.** Tucson: Arizona University Press. p 154-175. 2006.

MILLER, George. **A revised set of cc index values for classification and economic scaling of English ceramics from 1787 to 1880.** New York: Historical Archaeology, 1991.

_____. **Classification and economic scaling of 19 th. century ceramics.** New York: Historical Archaeology, 1980.

MOTA, Antônia S. Cotidiano e Cultura Material nos Séculos XVIII – XIX. In: **Ciências Humanas**, v. 5, número especial. São Luiz, junho 2007

ORSER, Charles. **A historical archaeology of the Modern Word.** New York: Plenum. 1996a.

_____. **Beneath the material surface of things: commodities, artifacts, and slave plantations.** New York: Historical Archaeology. 1992. p. 95-10.

_____. **Encyclopedia of historical archaeology.** New York: Ed. Routledge, 2002.

_____. (Org.). **Images of the recent past: readings in historical archaeology.** Illinois: Ed. AltaMiraPress, 1996b.

_____. **Introducción a la arqueología histórica.** Buenos Aires: Ed. AINA, 2000.

ORTON, Clive. **Sampling in Archaeology.** Cambridge: Ed. Cambridge University, 2002.

OTTO, J. S. Artifacts and status differences: a comparison of ceramics from planter, oversser, and slaves sites on na antebellum plantation. **Research Strategies in Historical Archaeology.** South, S. (ed.) New York: Ed. Academic Press, 1977, p. 91-118.

PAYNTER, R. Steps to an Archaeology of Capitalism: Material Change and Class Analysis. In: LEONE M. P.; POTTER P. B. **The recovery of meaning in historical archaeology.** Washington: Smithsonian Press. p. 407-433. 1988.

PÔRTO, Lilian de A. F.; PADILHA, Sylvia. **Processo de Modernização do Brasil, 1850-1930: economia e sociedade, uma bibliografia.** Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, 1985.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (séculos XVII-XIX).** Lisboa: Teorema. 1998.

SAMFORD, P.M., 1997, Response to a market: dating englishunderglaze transfer-printed wares. **Historical archaeology**. n.31. v.2. Rockville: Society for Historical Archaeology. p. 1-30.1997.

SANTANA, M. M. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar, 1970.

SCHÁVELZON, D. **Arqueologia histórica de Buenos Aires I** – la cultura material porteña de lossiglos XVIII y XIX. Buenos Aires: Editorial Corregidor. 1991.

SCHUYLER, R. **Historical and historic sites archaeology as anthropology**: Basic definitions and relationships. In: SCHUYLER, R.L. (Org.). **Historical archaeology**. v.4. Rockville: Society for Historical Archaeology. p. 83-89. 1970.

_____. **Historical Archaeology**: a guide to substantive and theoretical contributions formingdale. New York: Baywood, 1979.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial - 1550 – 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHENNAN, Stephen. **Quantifying Archaeology**. Iowa: Ed. Ioaw Press, 1997.

SOUTH, Stanley. Reconhecimento de padrões na arqueologia histórica. **Vestígios**: revista latino-americana de arqueologia histórica. p. 133-149. Belo Horizonte: Argumentum. 2007.

_____. *Santa Elena: threshold of conquest*. In: LEONE M. P.; JR., P. B.P.(Org.).**The recovery of meaning**: Historical archaeology in the eastern United States. Washington: SmithsonianInstitution, 1988.

SOUZA, M. A. T. **Arqueologia da paisagem e sítios militares. Um estudo de um forte colonial em Laguna** – Santa Catarina, Brasil. **Historical Archaeology in Latin America** 6:113-122. 1995.

SPENCER-WOOD, Suzanne. M. Introduction. In: SPENCER-WOOD S.M.**Consumer choice in historical archaeology**. New York: Plenum Press. 1987.

SPENCER-WOOD, Suzanne & HEBERLING, Scott. Consumer choices in white ceramics: a comparison of eleven early nineteenth-century sites. In: Spencer-Wood, S. (ed.). **Consumer choice in historical archaeology**. New York: Ed. Plenum Press, 1987, p. 55-84.

SUL, 1972 apud: LEONE M. P.; JR., P. B.P.(Org.).**The recovery of meaning**: Historical archaeology in the eastern United States. Washington: SmithsonianInstitution, 1988.

SYMANSKI, Luís C. P.**A faiança fina em Porto Alegre**: vestígios arqueológicos de uma cidade. 1. ed. Porto Alegre: unidade editorial/smc, 2001. v. 500. 168 p.

_____. **Grupos Domésticos E Comportamento De Consumo Em Porto Alegre No Século XIX: O Solar Lopo Gonçalves**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, 1997.

_____. Arqueologia histórica no Brasil: Uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, W. F.; MOI, F. P. (Org.). **Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural**. v.1. São Paulo: Annablume, 2009. p. 279-310.

_____. ; SOUZA, M. A. T. . A Arqueologia Histórica: relações sociais e construção de identidades na região do Rio Manso, séculos XVIII e XIX. In: Laís Aparecida Machado; Leila Miguel Fraga. (Org.). **História e antropologia no vale do rio manso**. v.1.1 ed. Goiânia: Editora UCG, 2006. p. 241-264.

_____. Louças e auto expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. In: **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul** – Cultura material, discursos e práticas. Buenos Aires: Ediciones del tridente, 2002.

_____. Práticas de descarte de refugo e mudanças de visão de mundo em um ambiente rural - o sítio Fazenda Camurugi (BA). **Revista de Divulgação Científica**, 2001, p. 4: 113138.

TOCCHETTO, F. B. Arqueologia da cidade: reflexões e propostas para porto alegre. In: IX congresso da sociedade de arqueologia brasileira, 2000, Rio de Janeiro. **Anais do IX congresso da sociedade de arqueologia brasileira**. Rio de Janeiro: sociedade de arqueologia brasileira/cd rom, 1997.

_____. **Fica dentro ou joga fora?** Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre moderna oitocentista. São Leopoldo: Oikos, 2010.

_____. Et al. **Afaiança fina em Porto Alegre:** vestígios arqueológicos de uma cidade. 1. ed. Porto Alegre: unidade editorial/smc, 2001. v. 500. 168 p.

TRIGGER, Bruce. **História do pensamento arqueológico**. Ed. Odysseus, 2004.

WALK, I. C. Historical Archaeology-Methods and Principles. In: PILLING. A. R. **Historical Archaeology**. Rockville: Society for Historical Archaeology. 1967. p. 23-34.

YENTSH, Anne. **Engendering visible and invisible ceramic artifacts:** especially dairy vessels. v.25. Detroit: Historical Archaeology, 1991.

_____. **The symbolic division of pottery:** sex-related attributes of english and anglo-american household pots. In: MCGUIRE, R.; PAYNTER, R. (Org.). **The archaeology of inequality**. Oxford: Blackwell, 1991.

ZARANKIN, Andrés. **Paredes que domesticam: Arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires**. Tese (doutorado em Arqueologia). Unicamp, Campinas, 2001.

ZARANKIN, André. **Uma revisão sobre la história eldesarrollo de laarqueología histórica em américa meridional.**In: Revista Vestigios, V.1, nº 1. Belo Horizonte: Ed. Argumetum, 2007.

ZARANKIN, A.; SENATORE, M. X. (Org.). **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas.** Buenos Aires: Ed. Del Tridente, 2003.

JORNAIS

DIÁRIOS DAS ALAGOAS, Maceió, p. 05, 04 de mar. de 1858.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, p. 02, 05 mar. de 1858.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, p. 10, 16 mar. de 1858.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, p. 02, 01 de março de 1859.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, p. 03, 15 de abril de 1861.

DIARIO DE PERNAMBUCO, Pernambuco, p. 07, 19 de Abril de 1827.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Pernambuco, p. 01, 21 de Maio de 1827.

DIARIO DE PERNAMBUCO, Pernambuco, p. 03, 19 de junho de 1827.

DIARIO DE PERNAMBUCO, Pernambuco, p. 02, 20 de novembro de 1828.

DIARIO DE PERNAMBUCO, Pernambuco, p. 06, 01 de outubro de 1829.

DOCUMENTOS

ARQUIVO PÚBLICO NACIONAL. **Abertura dos Portos Brasileiros ao Comércio Exterior.** Disponível em:

<<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/Media/Abertura%20dos%20portos.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

GALVÃO, Olympio Eusébio de Arroxelas. **Succinta Descrição do Município de Porto Calvo (Prov^a das Alagôas),** 1881. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Cx. 13, Pacote 01, Doc. 21. 55f.

Livro de Transcrição. **Descrição acerca os bens do engenho Estaleiro.** Registro Imobiliário da Comarca de Porto Calvo, Nº 3-B, folha 349, ano 1941. Cartório de Registro Imobiliário de Porto Calvo.

Livro de Transcrição. **Descrição acerca os bens do engenho Escurial.** Registro Imobiliário da Comarca de Porto Calvo, Nº 3-B, folha 379, ano 1941. Cartório de Registro Imobiliário de Porto Calvo.